

Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça

A História da Formação Docente: a singularidade da Escola Normal  
de Rio Verde, GO (1933-1974)

Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora da Universidade Federal  
de Uberlândia-MG como exigência  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em Educação, sob a orientação  
do Professor Doutor José Carlos Souza  
Araújo.

**SISBI/UFU**



1000204628

Uberlândia/UFU - 2000

MON  
377.8(137-52)  
M 539.3  
TESIMEN

ZILDA GONÇALVES DE CARVALHO MENDONÇA

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE: A SINGULARIDADE  
DA ESCOLA NORMAL DE RIO VERDE, GO. (1933-1974)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre e Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pela Banca Examinadora:

---

Orientador: Dr. José Carlos Souza Araújo – UFU

---

*Riwo Gatti Junior*  
Dr. Décio Gatti Júnior – UFU

---

Dr. Almiro Schultz – UNIT

Uberlândia, 22 de janeiro de 2001.

## RESUMO

Esta investigação busca estabelecer registros sistemáticos sobre a Escola Normal em Rio Verde, GO, a qual era responsável pela formação de professores para a docência primária. Para que isto ocorresse, foi feita uma revisão bibliográfica para se compreender o significado da docência ao longo da história.

A fundamentação teórica possibilitou acompanhar, numa linha de tempo, a gênese e a evolução da formação docente na Europa que resultou na criação da Escola Normal como agência formadora, por excelência, para a docência primária. Nela observou-se que o docente passava pelo crivo da representação que privilegiava a formação moral e ética, em detrimento da intelectualidade.

A investigação levantou algumas referências sobre a implantação da Escola Normal no Brasil observando como ponto relevante, o transplante do modelo europeu sem que fossem consideradas as diversidades contextuais. A Escola Normal no Brasil tinha a responsabilidade de consolidar interesses e objetivos diversos das classes dominantes em diferentes localidades do país. Os estudos sobre a Escola Normal em Goiás mostraram a constituição de uma trajetória marcada pela descontinuidade. Esta situação foi o resultado do descaso político e do desinteresse social e econômico a cerca desta instituição.

Os dados e informações encontradas sobre a Escola Normal em Rio Verde afirmaram que esta surgiu em 1933, pela iniciativa de um professor e foi estabelecida através de uma sociedade civil sob a forma de anônima. A instituição, da forma como surgiu inicialmente, teve duração mínima, mas logo a população buscou outras formas para a sua permanência; ela teve uma trajetória marcada por dificuldades financeiras, falta de professores qualificados e pelo esforço junto aos poderes públicos (municipal e estadual) para que não fosse erradicada da cidade. Esta escola contou com administração persistente da Congregação Agostiniana da Igreja Católica de 1942 a 1964 e das Irmãs de São Vicente de Paula de Gysegem até 1974, quando foi assumida pelo governo estadual e tratada segundo as orientações da LDB nº 5692/71.

## ABSTRACT

This investigation looks for to establish systematic registration about the Normal School in Rio Verde, GO, which was responsible for the teachers graduation for the primary teaching. So that this happened, it was made a bibliographical revision to understand the meaning of teaching along the history.

The theoretical basis facilitated to accompany, in a line of time, the genesis and the evolution of the educational formation in Europe that resulted in the creation of the Normal School as trainer agency, for excellence, for the primary teaching. It was observed that the teaching staff passed for the sieve of the representation that privileged the moral and athical formation, in detriment of the intellect.

The invertigation lifted some references on the introduction of the Normal School in Brazil observing as important point, the transplant of the European model without being considered the context diversities. The Normal School in Brazil had the responsability of consolidating interests and several objectives of the dominant classes in different places of the country. The study about the Normal School in Goiás showed the constitution of a trajectory marked by the descontinuity. This situation was the result of the political disregard and the social and economic indifference about this institution.

The data and information found on the Normal School in Rio Verde affirmed that this institution appeared in 1933, by the teacher's initiative and it was established throught a civil society under the anonymous form. The institution, in the way as it appeared at the beginning, had minimum duration, but soon the population looked for other forms for its remaining as it, that had a trajectory marked by financial difficultties, lack of qualified teachers and searching for the public insttution close to (municipality and state) so that it was not eradicated from the city. This school counted with persistent administration of the Congregação Agostiniana of the Catholic Church from 1942 to 1964 and of the sisters of São Vicente de Paula of Gysengem up to 1974, when it was assumed by the state government and negotiated according to the orientations of LDB nº 5692/71.

## *DEDICATÓRIA*

Ao Jerônimo

Meu esposo querido, amigo e companheiro presente, com quem dividi as dificuldades e alegrias em todas as fases da realização deste trabalho.

À Joice e ao Rafael

Meus filhos, razão da minha existência e da minha luta que souberam renunciar compreendendo minhas ausências.

A minha mãe Luiza e ao meu irmão Jerominho que sempre me ensinam recomeçar.

Às colegas do Curso de Mestrado em Educação-grupo Fesurv-Rio Verde, GO – pelo coleguismo e persistência na busca de nossos objetivos.

À Fesurv

Instituição na qual trabalho e que não tem medido esforços para que seus profissionais sejam cada vez mais qualificados.

“... e aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”.

Gonzaguinha

## *AGRADECIMENTOS*

A realização deste trabalho foi possível graças às contribuições e incentivos de muita gente. Nomeá-las para agradecer é correr o risco de omissão. Mesmo assim, gostaria de apresentar meus agradecimentos especiais a algumas pessoas.

**Ao professor doutor José Carlos Souza Araújo**, pela disponibilidade em orientar este trabalho contribuindo com críticas e sugestões.

**Ao Professor César Romero de Macedo**, pela disponibilidade para ler, sugerir e fazer a revisão dos originais com um encantamento contagiante. Também, por sua colaboração na versão para o inglês do resumo.

**À diretora da Escola Estadual "do Sol"- Maria Barros**, que confiou-me todo o arquivo sobre a Escola Normal preservado por esta instituição.

**Ao professor Valdyr Emerich Portilho** por não fazer reservas quanto ao uso do material iconográfico de seu arquivo particular.

**Às normalistas rioverdenses**, que rememorando suas histórias, contribuíram sobremaneira e viabilizaram este trabalho.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Capítulo I	
<i>GÊNESE DA FORMAÇÃO DOCENTE</i> .....	14
1 – <i>Trajetória histórica da formação docente: o perfil do professor</i> .....	14
2 – <i>Antecedentes da Escola Normal</i> .....	21
3 – <i>Surgimento da Escola Normal</i> .....	25
Capítulo II	
<i>A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL</i> .....	30
1 – <i>Aspectos da Educação no Período Colonial</i> .....	30
2 – <i>Período Imperial: herança da educação colonial e estabelecimento da Escola Normal</i> .....	34
3 – <i>A Escola Normal na Lei Leôncio de Carvalho</i> .....	43
4 – <i>A educação e a Escola Normal no contexto da República</i> .....	45
Capítulo III	
<i>A DESCONTINUIDADE DA ESCOLA NORMAL EM GOIÁS</i> .....	64
1 – <i>Considerações históricas sobre Goiás</i> .....	64
2 – <i>A educação goiana no período colonial</i> .....	68
3 – <i>Período Imperial: a educação e a Escola Normal em Goiás</i> .....	72
4 – <i>A trajetória do ensino e da Escola Normal goiana na conjuntura republicana</i> .....	84
Capítulo IV	
<i>A SINGULARIDADE DA ESCOLA NORMAL DE RIO VERDE, GO</i> .....	100
1 – <i>Rio Verde: aspectos históricos e educacionais</i> .....	102
2 – <i>A Instalação da Escola Normal em Rio Verde</i> .....	113
3 – <i>Aspectos Pedagógicos da Escola Normal</i> .....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	137
BIBLIOGRAFIA .....	142



## ANEXOS

ANEXO N° 1	
Convênio Celebrado entre a Fundação Universitária de Rio Verde e o Colégio Estadual do Sol .....	149
ANEXO N° 2	
Ata de Instalação das Aulas da Escola Normal e Complementar.....	152
ANEXO N° 3	
Ata de Entrega e Recebimento da Escola Normal .....	155
ANEXO N° 4	
Estatutos da Escola Normal S/A .....	158
ANEXO N° 5	
Diário Oficial 20/5/53.....	165
ANEXO N° 6	
Diário Oficial 21/6/53.....	167
ANEXO N° 7	
Questões para Entrevistas.....	169
ANEXO N° 8	
Entrevistas....	172

## INTRODUÇÃO

O historiador, mesmo quando pesquisa o passado, trabalha no presente (Janaína Amado).

O homem é um ser histórico e temporal, que em um contexto, constrói a si e ao mundo pela ação do trabalho. Assim, pela socialização do trabalho em suas diferentes formas, o homem é e está no mundo. Através das gerações, herda valores culturais que o faz um instrumento de conservação histórica e cultural ou, revistando o passado e as lembranças, propõe mudanças.

Para o ser humano, a história é sempre uma possibilidade de estabelecer contato com o passado através de relatos e interpretações de fatos, que contextualizados e ordenados, tomam forma e relevância. O registro, a memória e a análise histórica não são tarefas fáceis. São sempre decisões que implicam em compromisso. Cada relato propõe relação de fatos de acordo com sua significância.

No Brasil, quando se trata de fazer pesquisas ou estudos relacionados à historiografia local, as dificuldades se multiplicam. Os documentos históricos, quando encontrados, apresentam-se em mau estado de conservação e em total desorganização. Nos locais situados em regiões mais interioranas, de maneira geral, não existem instituições que reúnam dados e informações que formem um acervo de fácil consulta ou estudo.

... a documentação local, necessária às pesquisas geralmente está em mãos de pessoas que se consideram “donas” e não querem cedê-la. Isto talvez aconteça porque, em locais menores, onde predominam relações de tipo pessoal e privado, haja mais dificuldade em identificar patrimônio histórico com patrimônio público (AMADO, 1990, p. 11)

Estudar História da Educação no Brasil também é trabalho árduo. Faltam monografias de base para investigações e conseqüentemente a literatura é rarefeita já que a formação docente, vista sob a ótica da História da Educação, constitui uma área temática que oferece vasto campo para pesquisas. Pode-se

observar algum avanço nesta direção a partir dos anos de 1970 com os estudos e pesquisas voltados para a Pós-Graduação. Assim, pode-se dizer que a educação e o ensino no Brasil, durante muito tempo, não foram prioridades para o governo e para a sociedade, havendo uma “despreocupação” com a preservação sob a forma de registros e documentos.

A revisão da literatura ocorreu privilegiando textos e autores que abordavam a formação docente na Europa, uma vez que o Brasil herdou do “velho continente” uma enorme carga de influências. Isto aconteceu em decorrência do “descobrimento” e da ação colonizadora dos europeus, especialmente os portugueses, em todos os setores da história do Brasil. A educação e o ensino, através da escolarização que compõe o contexto euro-brasileiro, foram perpassados pela multiplicidade de culturas, interesses econômicos, políticos, ideológicos e religiosos que construíram a moralidade e a ética orientadoras das ações do povo brasileiro e de sua prática docente.

Revisitando a literatura sobre a formação de professores, foi possível perceber que durante os primeiros tempos, nos séculos XVII e XVIII, as exigências para a realização do trabalho docente recaíam sobre o rigor moral e disciplina daquele que seria denominado mestre. As sociedades humanas, preocupadas com a conservação, reproduziam suas práticas vivenciais, seus costumes e normas culturais que caracterizavam o grupo. Tudo se dava de maneira informal e sem a clara preocupação de instruir, ensinar ou educar. A educação de forma mais sistemática foi preocupação dos tempos modernos que estabeleceu instituições destinadas ao ensino das crianças e jovens.

A escola moderna nasceu no seio do movimento social e de suas interações culturais, com o objetivo de tomar a cargo a educação das crianças, da qual a escola, que existia já na Idade Média, não se preocupava especialmente (NÓVOA, 1991, p. 111).

Para educar crianças e jovens, tornou-se necessária a ação de um docente. Mas quem seria ele? O que o tornaria um bom docente? De que forma seria escolhido? Deveria estar ligado a que tipo de instituição?

Inicialmente pobres e mal preparados, os professores foram nas primeiras décadas do século XIX substituídos por profissionais preparados e formados para o exercício docente pelas escolas normais. Estas se fizeram imprescindíveis nos movimentos e mudanças sociais que exigiram (e exigem) a formação do professor para o início da escolarização.

No Brasil, a história da formação docente é assunto recente. Buscando bibliografias que fundamentam estudos nesta área, encontrei Leonor Tanuri (1979) com a publicação de um trabalho que tratou sobre o Ensino Normal em São Paulo, no período da Primeira República. O estabelecimento da Escola Normal foi apresentado como resultado da “grande efervescência” de idéias que levavam a grandes realizações. Seu estudo tratou, mais especificamente, da estrutura didática da escola normal a partir das reformas que sofreu nesta fase histórica.

BRZEZINSKI (1987), em sua dissertação de mestrado traçou a evolução, a concepção e os níveis da formação para o início da escolarização no Brasil e, em particular, no Estado de Goiás, mostrando a evolução do preparo de docentes para o ensino primário, que identificou as relações das políticas de formação de professores nos diferentes momentos da História da Educação no país. Ela evidenciou a multiplicidade de tendências na prática das diferentes instituições de formação docente e particularizou estudos sobre o Instituto de Educação de Goiás, sempre defendendo a maior e melhor qualificação dos professores que atuam no sistema de ensino.

BRETAS (1991), publicou o resultado de sua pesquisa que havia iniciado em 1971. Nela, relatou fatos históricos sobre a história da instrução no Brasil e em Goiás. Demonstrou como ocorreu a Escola Normal em Goiás com

uma trajetória pontuada por inconstâncias em sua existência, o que a tornava sem identidade e suscetível aos desmandos políticos e jogos de interesses.

VILLELA (1992), resgata a gênese da primeira Escola Normal do Brasil em sua dissertação de mestrado. Neste trabalho, a pesquisadora contextualizou a emergência das Escolas Normais no mundo moderno, ao mesmo tempo que inseriu o Brasil neste panorama global para demonstrar que a Escola Normal no Brasil foi fruto de uma política tradicional, conservadora e patriarcal. Desta forma, fez emergir a trajetória da Escola Normal de Niterói desnudando suas práticas e contradições através do currículo enquanto instrumento de discriminação e marginalização dos submissos, as mulheres e os negros. Também mostrou que esta instituição não resistiu aos revezes das interferências e reformas, sendo extinta no mesmo momento, que estava em alta o incentivo ao ensino particular.

Na publicação de CANEZIN e LOUREIRO (1994) foram evidenciados os meandros, entrelinhas das políticas que trataram sobre a Escola Normal em Goiás. Nela, foram traçadas as origens das Escolas Normais no Brasil Imperial e, em especial, as goianas. A reconstrução que explicita a trajetória da política educacional em Goiás, buscou a criação da Escola Normal em 1858, e a desenrolou mostrando a criação, extinção, recriação desta instituição. Sua marcha histórica foi acompanhada de dificuldades financeiras, desinteresse políticos, jogo de poder, falta de interesse pelo magistério e um discurso político de progresso via educação desvinculado e bem distante das práticas e ações efetivas que evidenciam o compromisso de construir a História da Educação com a Escola Normal, cumprindo o papel de formadora de docentes para o início da escolarização.

ALMEIDA (1995), em seu artigo sobre os Currículos da Escola Normal Paulista, traçou a trajetória da organização curricular que privilegiava a organização curricular para a cultura geral em detrimento dos aspectos

pedagógicos. No seu texto foi apresentada a reforma de 1890, que introduziu influências norte-americanas na organização dos currículos, de forma a priorizar as atividades práticas pelos alunos e construir as chamadas escolas-modelo. Para o sucesso dessa proposta, a formação dos professores teve que se adaptar a essas diretrizes. Desta forma, a pesquisadora destacou o movimento multifocal da formação de professores numa trajetória inconstante, recheada de recortes, desde a institucionalização, a relação com as reformas, com as áreas de conhecimento, a estrutura organizacional e a inserção do sexo feminino no espaço público.

No artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, VIDAL (1996), discute a prática da formação docente do Distrito Federal quando o Instituto de Educação era dirigido por Lourenço Filho. Estas investigações que compunham sua tese de doutorado apresentavam as várias faces da formação dos professores, apresentadas pela política que exigia preparo técnico e pelo compromisso social que cobrava plano de estudos reais da escola que formava professores. Assim, a formação que o Instituto de Educação apresentava era laboratorial e por isso, para cada área de estudo ou atividade, tudo era extremamente controlado, observado, disciplinado, registrado e corrigido.

KULESZA (1999), descreveu a relação conflituosa entre os Liceus enquanto instituições destinadas ao ensino secundário do sexo masculino que buscava o ensino superior e as Escolas Normais, que no seu percurso, acabou por se caracterizar como essencialmente feminina. Conseguiu mostrar como estas escolas, muitas vezes ocupando o mesmo espaço, se influenciaram ao mesmo tempo que iam construindo identidades distintas nos movimentos de evolução, retrocesso e diferenciação, chegando a caracterizar um sistema educacional dual, marcado pelas relações de gênero e de classe social.

Sobre a história da cidade de Rio Verde, as publicações de CAMPOS (1971), CUNHA NETO(1988), PIRES(1998) e LIMA(2000), não apresentaram qualquer detalhamento sobre sua História da Educação. Todos estes autores fizeram apenas relatos de fatos históricos, preocupados em “registrar para não perder”, sem qualquer preocupação com rigor metodológico ou científico que levasse a algum tipo de análise. Todos eles fazem parte do contexto local que prima pela inexistência de estudos e pesquisas formais e sistemáticas, o que fez com que registrassem as histórias do lugar cada um a seu modo.

Diante destes exemplos, foi possível perceber que a história da formação de professores vem ganhando significância, deixando um campo aberto a diversas pesquisas. Os registros e as análises sobre as múltiplas dimensões da problemática da formação docente suscita estudos plurais. Recentemente, tem-se evidenciado trabalhos de pesquisa nos cursos de pós-graduação sobre esta temática. Também destaca a articulação de um grande movimento sobre a questão da formação docente, o que tem estimulado a instituição de comissões e grupos, os quais têm promovido discussões, debates e intervenções nos projetos e cursos de formação de professores. O exemplo mais recente de articulação e debate, foi o caso do decreto nº 3.176, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1999, no qual foi proposto o esvaziamento dos cursos formadores já existentes para a criação de outros.

Nos exemplos mencionados, também ficou evidente que as questões, que hoje nos remetem ao passado da Escola Normal trazem no seu interior a tentativa de, se não recuperar a instituição, pelo menos subsidiar a cristalização da docência como profissão com cursos para formação e qualificação.

Neste panorama, a Escola Normal em Rio Verde, não fugiu à regra de suas homônimas nacionais e estaduais. Sistematizar sua trajetória enquanto instituição para a formação de docentes, no período de 1933 a 1974, constitui o objeto desta pesquisa.

Enquanto professora de História da Educação do curso Pedagogia na FESURV (Fundação do Ensino Superior de Rio Verde, GO) sempre me senti incomodada com a falta de registros históricos sistematizados sobre a cidade em suas múltiplas faces e, em particular, sobre a escola, o ensino, a educação enfim.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objeto de estudo, a história da formação do professor e em especial o papel da Escola Normal enquanto instituição formadora deste profissional. Mas, o meu interesse especial recaiu sobre a origem, o desenvolvimento e a ação da Escola Normal em Rio Verde, GO.

### *Objetivo*

O objetivo específico da pesquisa sobre a Escola Normal em Rio Verde visa estabelecer registros sistemáticos sobre o surgimento e a evolução desta instituição, descrevendo de forma crítica e interpretativa o processo educativo desenvolvido no Curso Normal ministrado pela mesma.

### *Metodologia*

O trabalho realizado nesta dissertação se deu em dois momentos distintos e complementares. Primeiramente, foram realizadas leituras para fundamentação e embasamento teórico sobre o tema. Neste momento, os textos de vários autores foram lidos, outros relidos ao mesmo tempo em que eram feitos os fichamentos, anotações e resenhas fundamentais sobre a temática. Esta fundamentação recebeu o tratamento próprio da pesquisa bibliográfica que iria balizar o resgate histórico sobre a formação docente em geral, como também o exame de fontes que contribuíram para a reconstrução histórica desta profissão no Brasil, em Goiás e particularmente, em Rio Verde.



No segundo momento, pela ausência de documentos e fontes escritas ou iconográficas organizadas sobre a Escola Normal em Rio Verde, foi adotada a técnica da História Oral Temática. As entrevistas constituíram-se em vetores, os quais sob a ação da pesquisadora, explicaram e/ou colocaram a descoberto pontos significativos, que ao serem relatados, esclareceram o que a falta de documentos esconde.

A história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história de tempo presente e é reconhecida como história viva (MEIHY, 1998, p.17).

Pela revisão bibliográfica foi possível ampliar a compreensão sobre o significado da docência, como também proporcionou maior aprofundamento sobre a formação docente em geral e particularmente, através da Escola Normal. A escolha da História Oral como técnica de pesquisa se deu em função do objeto, dos problemas e dos objetivos evidenciados neste projeto.

Para a consecução dos objetivos desta pesquisa, foram feitas visitas a várias instituições. Também foram promovidas inúmeras conversas informais com pessoas que pudessem oferecer senão caminhos, pelo menos, luzes para que esta busca se concretizasse com a reunião de dados sobre a investigação proposta. Numa visita ao Colégio Estadual do Sol, a diretora Maria Barros de Lima não se opôs em permitir que o “arquivo morto” da Escola Normal fosse visitado e vasculhado. Ali, foram encontradas verdadeiras relíquias documentais, que organizadas, poderão servir como referencial para sobre a formação docente.

Esta documentação não apresentou dados suficientes para o desenvolvimento de um trabalho mais elaborado sobre a formação docente e a Escola Normal. Por esta razão, para que os registros históricos se dessem, foi necessária a utilização de fontes orais, as quais privilegiam a memória. Mas

... a memória é seletiva (...). As memórias não são estáticas, não são o passado como realmente aconteceu, mas sua representação. As imagens do presente sempre influenciarão as lembranças, e a partir desta rememoração, constrói-se uma nova versão (MESQUITA, 2000, p. 13).

Por esta razão, na realização da pesquisa sobre a Escola Normal em Rio Verde foi usada a combinação de entrevistas orais gravadas em fitas cassete e transcritas com documentos oficiais e pessoais dos elementos envolvidos no processo.

Pela história oral, o processo investigativo se dá pelo encontro de pessoas enquanto sujeitos de um processo construtor de uma história sistematizada. No encontro, estas pessoas alternam posições de sujeitos e objetos no contexto da pesquisa, no momento que, para as entrevistas há sempre um espaço para o diálogo, a troca de informações, as instigações de lembranças em contraponto com as imagens, vivências e informações do presente.

O processo de reconstrução é construtivo e depende da situação presente. (... ) O registro das histórias permite uma compreensão do modo de ser do indivíduo e do contexto social de sua profissão; não como realmente existiu, mas como estes próprios sujeitos reconstruem suas experiências passadas. (FONSECA, 1997, p. 34).

Fazer uma pesquisa pelos caminhos da História Oral é um desafio e exige ousadia e coragem. Sistematizar a história e suas representações a partir da voz e dos sujeitos contextuais, vivos e atuantes é dar início a uma história sempre aberta. Assim, na busca do rigor metodológico, este processo de pesquisar nos leva a elaborar um texto diferente, “novo” sobre uma realidade concreta que transforma questões, provocações e problemas relacionados com a história, o ensino e a educação em projetos para pesquisa.

Ao fazer opção pela História Oral, enquanto caminho de reconstrução de memórias, é preciso considerar que vamos acordar lembranças silenciadas, que não raro seremos testemunhas de confissões de esquecimentos ou lapsos.

*Colaboradoras (es)*

A escolha das pessoas que seriam as colaboradoras se deu segundo critérios que atendiam aos objetivos da pesquisa, como: ter estudado ou trabalhado na Escola Normal de Rio Verde em alguma de suas fases, disposição para rememorar e buscar informações sobre a Escola Normal enquanto aluna, professora ou diretora e também, autorizarem a publicação das informações reveladas. Diante do interesse suscitado pelo problema em estudo, foram escolhidos diretores (as), professores (as) e alunos (as) que passaram pela Escola Normal de Rio Verde em suas diferentes fases de desenvolvimento. Todos os (as) entrevistados foram ouvidos não enquanto meros informantes de uma categoria de trabalhadores que prestaram serviços em uma instituição, mas como sujeitos/autores de ações e histórias vividas e vivenciadas no processo educativo e nas situações de ensino e aprendizagem. A intenção, em relação a esses (as) colaboradores (as), foi muito mais compreender como se passou a formação docente em Rio Verde desde a autorização da Escola Normal, para então transformar as informações oferecidas em registros históricos sistematizados.

A princípio, a determinação do número de colaboradores se deu de forma aleatória. Então ficou estabelecido que seriam contactados dois ou três informantes de cada década, a partir de 1933 até 1972. As informações sobre o Curso Técnico Magistério seriam coletadas no Colégio Estadual Martins Borges, onde o curso é ministrado até a presente data, momento da polêmica sobre o decreto nº 3.276/99 que estabelece que a formação para a docência primária deverá ocorrer, exclusivamente, em cursos normais superiores.

Os professores (as), os diretores (as) e alunos (as) foram contactados primeiramente por telefone e até mesmo, pessoalmente. Neste primeiro contato, acordavam-se o local e o horário para a realização da entrevista, sempre definidos pelos (as) entrevistados (as).

## *Entrevistas*

Para as entrevistas, foram construídos roteiros específicos que atendiam aos objetivos determinados para as informações de cada grupo de entrevistados: professores, diretores ou alunos. Nos roteiros já ficaram estabelecidas as linhas temáticas para a coleta dos relatos dos colaboradores baseados, quase que exclusivamente, na experiência profissional, vivências e lembranças de cada um, bem como nas suas representações (*Ver Anexo 7*).

As entrevistas, realizadas no período de julho a agosto de 2000, foram gravadas em fitas cassete. O local da entrevista foi, quase sempre, a residência do informante. Alguns poucos, preferiram que a entrevista se desse no local de trabalho. Em todas as entrevistas, conversas “preliminares”, recordações, saudosismos, cafés e muita descontração preparavam o ânimo e o ambiente para a “conversa séria”. Geralmente, o encontro durava, cerca de duas horas.

Antes de iniciar as entrevistas, aconteciam conversas e quase uma “entrevista” da informante sobre minha pesquisa, como me interessei por realizar este trabalho, a sua importância, a minha experiência, os meus estudos. Era uma troca de experiências, de idéias que motivavam o compromisso com a realização da pesquisa, levando-me a perceber meu trabalho num sentido plural. A entrevista, enquanto troca de experiências, foi de extrema importância para despertar minha atenção para determinados elementos que contribuíssem para uma reflexão sobre a minha experiência enquanto professora formadora de outros professores e agentes educativos no curso de Pedagogia. A entrevista é um momento de trocas, em que entrevistador e entrevistado se colocam como iguais e o falar e o ouvir passam a ser uma relação de desfazer amarras e simplificar complexidades.

### *Tratamento das Informações*

As questões abordadas durante as entrevistas tiveram a função de buscar evidências, identidades, datas, nomes e informações sobre a Escola Normal em Rio Verde com todos os seus sujeitos e relações que eram estabelecidos para a formação e atuação docente e social dos professores de ensino primário para a cidade e região.

### *Pesquisa*

Para apresentar os resultados da pesquisa, no I Capítulo revisei a história da profissão docente desde os séculos XIV e XV, de modo a traçar o perfil dos docentes exigidos para cada época e contexto, bem como ter como base os seus elementos formadores. Desta forma, foi demarcada a origem da Escola Normal como instituição responsável pela formação do docente de ensino primário de uma maneira mais geral.

No capítulo II, foram feitas considerações sobre o surgimento, o desenvolvimento e a função da Escola Normal no Brasil. A necessidade de escolarização sempre apresentou-se como fator que exigia a formação de professores para o início do processo escolar, já que era (e ainda é) evidente o despreparo destes profissionais para atender às necessidades da clientela e da sociedade em cada período que situarmos a escola e o ensino.

No III Capítulo, a escola e a educação em Goiás foram situadas, e junto com elas a Escola Normal. Foi feita a trajetória da Escola Normal em seus altos e baixos e a sua relação com os governos instituídos e com a população, que em alguns momentos, a valorizava e a tinha como imprescindível para a formação

não apenas do profissional docente, mas a todo jovem que tivesse como objetivo a continuidade dos estudos. Noutra ocasião, a Escola Normal era desacreditada e não foram raras as épocas em que esta foi fechada e até extinta. Com a Lei nº 5.692/71, esta foi transformada em apenas Habilitação Magistério, e durou até a Lei nº 9.394/96. Esta lei lhe devolveu a nomenclatura de Escola Normal, mas restringiu sua significância ao estabelecer que só poderia atuar enquanto docente, aquele(a) profissional com formação universitária em Magistério Superior.

No IV Capítulo, trato especificamente do meu objeto de pesquisa: a Escola Normal em Rio Verde, GO como instituição formadora dos docentes para o ensino primário na cidade e região. Este trabalho se tornou imperativo enquanto resgate histórico da origem do ensino e da educação no município.

## Capítulo I

### *GÊNESE DA FORMAÇÃO DOCENTE*

#### *1. Trajetória histórica da função docente: o perfil do professor*

A formação docente, desde os tempos mais antigos, foi tema que centralizou as discussões sobre o ensino e a educação. Mas, o que é docência? A função docente iniciou-se em qual momento na história da humanidade? Que valores ou princípios sustentaram a função docente? Qual foi sua relação com as ações sociais, políticas ou ideológicas? A função docente resultou em profissão? Exigiu qual formação para o seu exercício? Qual o perfil profissional do docente? Para responder a estas questões, este capítulo busca evidenciar a gênese da formação docente, destacando as múltiplas dimensões dela exigidas. Pretende-se também estabelecer a relação entre a história da formação docente e o surgimento da Escola Normal enquanto instituição destinada a este fim.

Ao se remontar historicamente à formação docente, percebeu-se que as teorias educativas desde os tempos mais antigos reivindicam do professor características e qualidades que pouco ou nada tiveram com sua formação para o exercício do ensino. As dimensões exigidas como moral, social e políticas se justificavam porque havia a cobrança da formação do caráter, dos hábitos, costumes, valores, normas e exercícios cognitivos ligados ao ensino, a aprendizagem e aos comportamentos das relações humanas. Isso se devia porque a ação docente envolve o discente para ser bem sucedido. Por este motivo, o trabalho docente implicava em vivência cotidiana, comunicação, relações sociais e socialização.

As inúmeras questões relacionadas à docência percorrem a trajetória histórica desta função. A história da docência “se confunde com a história dos homens e o aparecimento das leis e decretos” segundo Avanzini (1997, p. 223). Esteve sempre ligada aos movimentos sociais que nos séculos XIV, XV e XVI revelavam preocupação humanista. A partir do século XV, houve a explicitação histórica de uma prática profissional docente: primeiramente ligada à Igreja e complementarmente sob a tutela do Estado.

A pedagogia moderna de Feltre (1378–1446) e Vives (1492–1540) apresentou preocupações com as novas concepções pedagógicas. A prioridade para o ensino, centrava-se no perfil que devia ter o docente e na relação entre professor e aluno. Estes elementos compunham uma concepção de criança e gestava os princípios da educação infantil daqueles tempos. Os teóricos deste período rejeitavam e condenavam os castigos físicos. Também não concebiam o ensino e a aprendizagem centrada na memorização.

Para Erasmo, Rabelais e Montaigne, a profissão docente era designada pelo aio, educador, pedagogo, instrutor e mestre (Araújo, 1999, p. 7). Ao estabelecer relações e diferenças sobre as representações do docente, concordam que o termo preceptor referenciava-se à pessoa encarregada da educação de uma criança ou jovem. Mestre era o mentor, o indivíduo que dava preceitos ou instruções; era o encarregado da educação da criança ou do rapaz. O preceptor era aquele que assumia integralmente o ofício e a responsabilidade de proporcionar a completa formação moral do jovem a ele confiado.

Dentre os pensadores, o humanista, Erasmo de Roterdã (1466–1536), salientou a importância da instrução e as qualidades morais do preceptor: devia ter bons costumes, caráter, meiguice e honestidade na transmissão dos conhecimentos. Este preceptor não podia esquecer-se de zelar pela mente, como não lhe era permitido ter conhecimentos vulgares. Criticou a significação do docente e alertou que este não devia ser “alguém talhado para a inutilidade da



função”. Por isso não se aceitava que o docente fosse retardado, preguiçoso, imbecil ou glutão.

(...) Erasmo atribui grande importância ao papel do professor. A ele cabe a tarefa de caracterizar as diferenças individuais dos sujeitos e em relação a elas, seguir as modalidades de ensino mais oportunas.

(...)

Erasmo tem alta consideração à função docente, embora manifeste em várias ocasiões um profundo desprezo por muitos mestres pobres, no que diz respeito à preparação cultural e profissional, (CAMBI, 1999, p. 255).

Um dos críticos mais radicais contra o processo educativo dominante do tipo humanista estreito, François Rabelais (1493–1553), criticava o preceptor considerado disciplinador, adestrador. Combatia a vida formalista, insincera e frívola, religiosa, oficial ou escolar. Assim,

(...) a educação palavresca ao invés da realidade, encontrava nele a mais vigorosa condenação. (...) ele patrocinava a que incluía os elementos sociais, morais, religiosos e físicos; a que conduzia à liberdade de pensamento e de ação (MONROE, 1979, p. 197).

A partir destes pressupostos, Rabelais insistia que

os estudos deviam tornar-se agradáveis; por isso os jogos e esportes deveriam ser empregados, além disso, por causa da sua utilidade no desenvolvimento físico da criança e por sua influência prática para os deveres da vida futura; defendia os meios atraentes de preferência aos compulsórios (MONROE, 1979, p. 197).

O contexto social, político e jurídico da França no século XVI, sublinhava a fisionomia assumida pelo intelectual. Montaigne (1533 – 1592) não elaborava uma idéia sistemática de educação, mas afirmava que os mestres eram os mais úteis à humanidade, pois eram os únicos que não melhoravam a matéria-prima que lhes eram entregue, como estragavam e ainda cobravam por estragá-la (ARAÚJO, 1999, p. 13).

Na reflexão de Montaigne, foram expressos o ceticismo e a ironia sobre a formação docente, revelando preocupação com a formação moral da criança. Nela encontraram-se críticas aos pais que tinham como objetivo apenas encher as cabeças de ciência sem se importar com o bom senso e a virtude. Buscava

sempre quem sabia melhor e não quem sabia mais. Para ele, o preceptor era um guia com cabeça bem formada, tinha bons costumes, era inteligente de forma a enriquecer e adornar por dentro um rapaz que devia ser mais honesto do que sábio. Defendia que o preceptor devia ter autoridade incontestável.

Montaigne critica tanto as escolas, os mestres e os métodos de ensino como o programa de estudos. ( ... ) Insiste na inutilidade dos castigos brutais utilizados então. O ensino deve centrar-se no cultivo do juízo e do caráter moral, para os quais a melhor escola é a própria vida (GILES, 1987, p. 140).

Para John Loke (1632–1704), o fundador do empirismo, todo o processo e os aspectos da instrução deviam estar consoantes com os interesses e às necessidades concretas das crianças. Daí,

no processo educativo formativo o “preceptor”, que deve ser “uma pessoa prudente e calma”, com função de “forjar” a criança e mantê-la “longe do mal”. Além da “cultura” e da “seriedade”, o preceptor deve possuir também boa educação e conhecimento do mundo. Deve agir sobre a criança sobretudo através do exemplo (CAMBI, 1999, p. 320).

A figura do professor se configurou na Modernidade a partir do século XV quando a escola comum e popular conseguiu se firmar e, principalmente, quando o Estado passou a regular a instrução pública através dos “professores de ofício”.

Desde o início dos tempos modernos, no século XV, houve a reaparição da preocupação educativa. Para atender à complexidade das relações que se estabeleceram, resgataram a profissão docente a qual teve sua gênese no século XVI, quando

(...) vários grupos sociais, leigos e religiosos, consagram cada vez mais tempo e energia à atividade docente. É uma ação de longa duração, realizada sobretudo no seio de algumas congregações religiosas, ao longo da qual os docentes tendem a abandonar suas múltiplas atividades para se concentrar sobre o ensino, diferenciando assim a função docente de toda uma série de outras funções e erigindo o campo educativo em domínio de investimento de um grupo social específico e autônomo (NÓVOA, 1991, p. 118).

O modelo de cultura visado pelo movimento reformador do século XVI era baseado nos princípios de Lutero. Havia então a centralização e a priorização da educação/instrução.

(...) como obrigação para os cidadãos e um dever para os administradores das cidades (... ) É dever da autoridade temporal obrigar os súditos a manter os filhos nas escolas, especialmente os mais promissores (CAMBI, 1999, p. 249).

A sociedade humana preocupada com a educação, que não deve necessariamente, ser entendida por escolarização, estabelece instituições para o ensino da infância e da juventude.

(...) A escola moderna nasceu no seio do movimento social e de suas interações culturais, com o objetivo de tomar a cargo a educação das crianças, da qual a escola, que existia na Idade Média, não se preocupava especialmente (NÓVOA, 1991, p. 111).

No século XVI, quando as escolas de ensino básico foram abertas para as camadas populares teve o objetivo precípuo de instrumentalizar para a leitura das Escrituras. Até este momento, o clero oferecia os professores que atuavam nas igrejas e conventos. Mas para atender à demanda, buscaram os colaboradores leigos, os quais deviam fazer profissão de fé e jurar fidelidade à Igreja. A partir deste encontro surgiu o termo professor significando o que professava fé e fidelidade, aquele que falava ao público.

(...) Se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui, mas farta na eternidade. (...) Por ser uma vocação nobre e sublime se postulava uma profunda consagração às suas funções, com muita responsabilidade e abnegação, sem esperar grandes vantagens materiais (KREUTZ, 1986, p. 13).

As raízes da concepção do magistério como vocação encontram-se no século XVI, na Alemanha que por motivos religiosos incentivava e promovia a educação. Naquele contexto, o professor era figura estratégica, o guardião da ordem de um sistema sagrado regido por normas e valores religiosos.

O movimento reformista promovia a submissão e advogava a supremacia da ordem estabelecida sobre a individualidade criativa com o objetivo de organizar uma totalidade contextual harmônica. A figura do professor adquiriu importância incontestável já que a ação educativa da escola podia ser vinculada às ações educativas na comunidade.

Assim, o professor seria o pai para “seu” povo, um conselheiro, um consolador, um mediador que teria a função e a importância de um patriarca junto ao povo cristão. Seria o instrumento de mediação entre Deus e a comunidade e como tal agiria como sacerdote que devia à igreja e à comunidade fidelidade e perseverança (KREUTZ, 1986).

Desta forma, nota-se que o que prevalecia era a ética protestante do trabalho que caracterizou a sociedade influenciada pela ação do movimento da Reforma, que teve na burguesia a única classe de trabalho e conseqüentemente uma nova ordem sócio-econômica. No contexto destas diferentes orientações sociais, houve grande preocupação em estabelecer normas que disciplinassem o corpo e fosse estabelecendo a interiorização de regras morais que regulassem o comportamento individual e social dos indivíduos na sociedade. Nesta perspectiva, o adulto necessitava ser civilizado em contraposição à infância, considerada natural.

Estabeleceu-se então uma distância entre o adulto e a criança e desenvolveu uma nova concepção de infância. Esta devia constituir uma classe de idade diferenciada e, neste momento, tornou-se objeto de grande atenção e preocupação, pois a criança, a partir de então, precisou ser cuidada e defendida. Esta concepção guardava em seu interior a filosofia de que a criança não estava pronta para a vida e por isso deveria ser preparada para ingresso no mundo dos adultos.

Desde o século XV, em algumas localidades da Europa, esboçava-se a preocupação em dividir a população escolar em grupos que ficariam sob a

direção de um professor especial. Essa forma de diferenciar a massa escolar, se deu a princípio, pela capacidade e idade. O objetivo era romper com a pedagogia humanista que não distinguia a criança do homem, e confundia a instrução escolar – uma preocupação para a vida – com a cultura – uma aquisição da vida (ARIÈS, 1986, p. 173).

Para legitimar este pensamento, a partir do século XVI foram criadas as classes, estabelecendo assim subdivisões no interior da população escolar.

A nova necessidade de análise e divisão, que caracterizou o nascimento da consciência moderna em sua zona mais intelectual, ou seja na formação pedagógica, provocou por sua vez necessidades e métodos idênticos, quer na ordem do trabalho – a divisão do trabalho, quer na representação das idades, a repugnância em misturar espíritos, e portanto, idades muito diferentes (ARIÈS, 1986, p. 173-174).

Partindo-se dos pressupostos apregoados por La Salle, o docente era o formador do homem que a sociedade necessitasse, e por isso precisava ser cuidadosamente preparado.

La Salle (1651–1719), sacerdote de ordem nobiliar, profundamente religioso, dedica a uma formação integral do homem, através da união entre instrução e educação religiosa. O ensino, para ser dado a todos, deve ser obrigatório e gratuito e conduzido por docentes atentamente preparados (CAMBI, 1999, p. 299).

A mentalidade liberal da época promove irregulares e esparsos ensinamentos sobre a formação de professores sustentada pelos ideais de liberdade e igualdade entre os homens em relação a todos os direitos proclamados desde a Revolução Francesa. A partir desta concepção, a instrução é percebida como resultado da exigência de uma política voltada para a educação através de um sistema que a colocasse tal como o ensino e, concomitantemente, atentasse para as exigências que o contexto sócio-histórico estabelecesse.

NÓVOA (1991, p. 109), afirma que “o indivíduo da espécie humana se torna homem quando consegue integrar um grupo que lhe ensine a cultura e preencha a distância entre o cérebro e o ambiente”. Para “tornar-se homem” pela cultura, esta devia ser transmitida enquanto “memória geradora/regeneradora”

para conservar a complexidade social. A educação, enquanto instrumento de transmissão cultural, é fenômeno recente, marcadamente dos tempos modernos. Assim, a história da formação docente, para alguns pesquisadores como Avanzini, Giles e Cambi data seu aparecimento no século XVII. “Em meados do século XVII aparece pela primeira vez a idéia de que os professores deveriam receber uma formação” (AVANZINI, 1997, p. 224).

Os movimentos sociais e suas variedades de interações sociais contextualizaram o nascimento das escolas modernas. Estas tiveram seu desenvolvimento relacionado a fatores, tais como: a ética protestante do trabalho proposta por Max Weber, a efetivação de regras/normas sobre o uso do corpo, o desenvolvimento de uma nova concepção de infância, ajustamentos de procedimentos e técnicas para “esquadrinhar, controlar, medir e corrigir os indivíduos para torná-los dóceis e úteis” (NÓVOA, 1991, p. 113).

O corpo docente do século XVII caracterizava-se pela diversidade e pela concepção de que o professor não podia viver sem exercer outra atividade remunerada. Assim, neste período, os organismos governamentais começaram a se preocupar com a institucionalização da formação do profissional da educação, que até então não existia. O mestre que era nomeado pelas autoridades eclesiásticas firmava contrato que não lhe garantia a permanência e nem estabelecia o período/tempo para sua atuação. Neste contrato, o que constava eram as obrigações religiosas, comunitárias e docentes, sendo que as docentes quase sempre eram consideradas desnecessárias.

## *2. Antecedentes da Escola Normal*

O mundo moderno ou a Idade Moderna compreende o período histórico entre o final do século XV e o final do século XVIII. Foi um período marcado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas.

O setor político caracterizou-se pela crescente centralização do poder nas mãos dos reis e, conseqüentemente, a estruturação das monarquias nacionais. A ascensão da burguesia e a expansão comercial constituíram-se os fatores de sustentação de todo esse processo. Também contribuíram neste contexto, o Renascimento que possibilitou, artística e intelectualmente, a manifestação da transição dos valores medievais para a orientação burguesa da modernidade; e a Reforma Protestante que provocou a ruptura do pensamento cristão gerando conseqüências religiosas, políticas, econômicas e sociais de grande alcance.

Todo esse processo representou a preocupação em privilegiar a dimensão humana em todos os aspectos, ou seja, representou a tendência antropocêntrica que tem marcado a construção histórica da humanidade.

Na Alemanha, por conseqüência do movimento reformista, propagava-se a universalização do ensino elementar como forma de difundir a fé religiosa. Mas a escola adquiriu neste momento múltiplas funções.

A partir do século XVI, a escola foi percebida como “um dos ambientes em que se organiza e se difunde aquela civilização de boas maneiras que vem realizar um tipo de sujeito humano... menos natural e mais social, mais constituído de normas...” (CAMBI, 1999, p. 307).

O homem moderno concebido como racional e consciente, assumiu novo estilo de vida que modificou o tipo de instrução que ainda prevalecia. O iluminismo apareceu como princípio ideológico orientador das ações modernas, possibilitou aos Estados Modernos, orientações para estabelecer os modernos sistemas de ensino e não deixou de enfatizar a problemática sobre a formação dos professores leigos. Segundo a concepção iluminista, formar um professor público atende a dois objetivos. Primeiro, este professor será preparado para transmitir os bens culturais de forma a garantir a unidade nacional; segundo, com esta formação e sob vigilância e supervisão do Estado e da Igreja seria facilitado o controle, pelo Estado, sobre os cidadãos.

O século XVII mudará profundamente os fins, os meios e os estatutos da escola, atribuindo-lhe um papel social mais central e universal e uma identidade mais orgânica e mais complexa: aquela que, dos anos setecentos em diante, permaneceu no centro da vida dos estados modernos e das sociedades industriais, mesmo na sua fase mais avançada (CAMBI, 1999, p. 305).

Os princípios do racionalismo, na concepção de Descartes, sugeriam um ser humano pensante e que assumia a posição de sujeito. Este sujeito, à luz natural da razão, era portador da capacidade de dominar, principalmente através do conhecimento (Giles, 1987, p. 149). Este pensamento, marcado pelas características da economia de mercado teve pela implantação do Estado Moderno o controle da sociedade civil através do domínio racional. Assim, toda a sociedade passou a ter suas manifestações controladas por uma pedagogia política que promovia e articulava uma educação sob muitas formas e organizada por muitos agentes que convergiam para o envolvimento e a conformação.

Desta forma, a escola se tornou cada vez mais um instrumento central na vida do Estado, pois submetida e controlada por este, propagava a ideologia e a disciplina proposta por ele. Estas eram veiculadas através do processo educativo e pela instrução.

Na Alemanha, por influência das idéias de Lutero (1483-1546), o Estado e a Igreja protestante não priorizavam a catequese cristã como forma de instrumentalizar o cidadão. Nesta perspectiva, a Reforma protestante lançou mão de mecanismo para pressionar o Estado a assumir a tarefa de formar os indivíduos. A aproximação do Estado com o controle das iniciativas educacionais, constituiu o primeiro passo para a formação dos sistemas públicos de instrução.

A partir do momento que a institucionalização da instrução pública tornou-se projeto prioritário na Europa, a Alemanha, desde 1619, regulamentou



a obrigatoriedade escolar infantil e em 1642 estabeleceu leis que regulamentaram a educação primária obrigatória.

O pressuposto de que a publicização da instrução não significou democratizá-la foi sustentado pela preocupação e receio de muitos que acreditavam que, ao oferecer educação para todos, faltasse quem executasse trabalhos rudes e braçais para a sociedade. Desta visão, surgiu a proposta de hierarquizar o ensino pelas diferenças individuais, onde a instrução não desordenasse a ordem social estabelecida. Por isso, tornou-se necessária uma educação especial para o povo.

A tendência educativa nos moldes reformistas da modernidade propôs um ensino diversificado segundo a classe social e o tipo de profissão. Assim, organizaram vários tipos de escolas.

Augusto Hermann Francke (1664-1727) tratou de reformular as bases do ensino secundário. Para Francke, trata-se de uma missão pastoral dirigida sobretudo aos pobres. Em 1694 ... organiza uma escola grátis para os filhos dos pobres da sua igreja. No ano seguinte, funda outra escola para filhos da burguesia, esta paga, ou seja, a escola municipal (Burgerschule). Ao mesmo tempo, funda uma escola para os filhos da nobreza (o Pädagogium). (GILES, 1987, p. 168).

#### A França imbuída pelo ideal da escola pública e gratuita

destaca o trabalho do abade Charles Démiá (1636-1689), que publica um livro defendendo a educação popular. Sob sua influência e direção são fundadas diversas escolas gratuitas para crianças pobres e um seminário para formação de mestres (ARANHA, 1996, p. 111).

Diante das tantas exigências e diversidades, tornaram-se convenientes as escolas sobre a influência pietista. Francke implanta o pietismo através da reforma do processo educativo germânico básico. Pietismo

Em termos culturais, é um movimento de protesto e reação contra a dominação francesa sobre a cultura germânica e, de modo especial, contra as influências do ceticismo francês sobre o pensamento religioso (GILES, 1978, p. 167).

## Inspirados pelo êxito das novidades introduzidas por Francke

os esforços em prol da formação de professores também foram pautados por êxito, e a partir de 1696, reúnem-se candidatos a professor para um seminário diário, tradição que continua até o dia de hoje. Sob as influências de Francke, a Prússia toma dianteira na reforma do processo educativo desde o início do século XVIII, sobretudo quanto à insistência na formação profissional dos professores (GILES, 1997, p. 169).

### *3. O surgimento da Escola Normal*

No contexto da modernidade, o caminho para racionalizar a sociedade passava pela ação iluminada da figura do professor-mestre. Este formado e controlado pelo governo atenderia à proposta de não oferecer igualmente a instrução para todas as classes. A história da formação de professores de alguma forma, está ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que estabeleceu uma nova ordem social a qual tinha por objetivo colocar a burguesia na direção da sociedade. Uma das providências para que isto ocorresse foi a proposta de mudanças radicais no campo da educação, já que esta seria indispensável à formação de cidadãos e dirigentes dos Estados Modernos.

Para atender a esta meta, seriam necessárias instituições específicas mantidas pelo Estado. A escola, enquanto instituição do Estado, seria capaz de manter a unidade nacional através dos conteúdos, valores morais e culturais de maneira generalizada. Foi ainda, o recurso utilizado para dividir os indivíduos em classes sociais, estabelecendo a hierarquia entre elas a partir ideologia de conformismo com a realidade social pregada pela classe detentora do poder governamental.

Para realizar a tarefa de formação de professores, foram criadas e implantadas as escolas normais. A história da Escola Normal se confunde com a história da institucionalização da instrução pública no mundo moderno.

Assim, é possível dizer que as raízes da Escola Normal se encontram nos movimentos, da Reforma e da Contra-Reforma que viam na escola/educação o caminho indispensável para a formação do cidadão. Difundi-se pelas idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população. Esta mentalidade liberal, sustentada pelas idéias de liberdade e igualdade entre os homens frente a todos os direitos, inclusive a instrução, resultou na exigência de um sistema educacional nacional que atendesse a todas classes sociais.

Embora a história da formação de mestres tenha seu registro em meados do século XVII, há informações de iniciativas dispersas ocorridas no século XVI.

...já em 1563 a 2ª Congregação geral da Companhia de Jesus, no seu Decreto 9, determinou que seria instituído em cada Província, na medida do possível, uma Academia ou Seminário Pedagógico destinado à formação de professores (FRANCA, 1952, p. 90).

Também registrou-se

... na primeira metade do século XVII, por iniciativa de José de Calasanz foram estabelecidas escolas normais nos colégios calasâncios da Alemanha e Hungria, quando a expansão das escolas pias tornou insuficiente o sistema de preparação de mestres que vinha sendo utilizado, qual seja, o de colocar os noviços como auxiliares de professores em exercício (RUIZ, 1969, p. 36).

Diante da constatação de que os professores eram leigos e por esta razão não conseguiam acompanhar as inovações, Charles Démia

... em 27 de maio de 1672, funda em Lion, um centro (denominado seminário de São Carlos) que pré-estabelece as escolas normais (AVANZINI, 1997, p. 224).

Quando foi constatado que os professores não tinham qualquer preparo para exercer suas funções para o ensinar a ler, escrever e contar, sem desprezar o ensino da religião,

Considerando as deficiências de preparo, inclusive pedagógico, por parte dos próprios mestres, La Salle (1651-1714) criou um noviciado ou instituto que visava a formação destes, e mais especificamente a formação para a

“vocação” de professor. Em 1690, La Salle cria a primeira Escola Normal da França e talvez de toda Europa (GILES, 1987, p. 161).

Assim, era necessário cuidar da formação dos mestres que eram mal preparados para o desempenho da tarefa educativa.

A formação elementar para o povo era composta pela leitura, escrita, as contas e a formação religiosa. Porém, muitos acreditavam que ler e escrever eram atividades perigosas e que podiam ir contra os interesses das classes superiores.

Preocupado com a formação elementar da população em geral, Condorcet (1743-1794) propunha no século XVIII, um esquema para a educação pública sob a orientação das idéias de uma “educação revolucionária”. Tal educação pública seria sustentada pelo ideal político-democrático que considera “a educação como o melhor apoio da liberdade e igualdade dos homens” (Larroyo, 1974, p. 565). Porém, a idéia de toda sociedade civilizada precisava preparar necessariamente uma classe para trabalhar com as mãos e outra que trabalhasse com a mente persistia. Então, a proposta de escola apresentada por Condorcet se desenvolveu segundo os moldes impostos por Napoleão Bonaparte. Para ele, a educação era o problema político mais relevante, pois dele dependia a cristalização das bases políticas do Estado. “Este impõe a disciplina militar na reforma do processo educativo” (Giles, 1987, p. 208). Assim, as bases políticas do Estado seriam construídas pelas doutrinação política de todos os cidadão pelos professores, os quais deveriam ser formados pelas escolas normais ao nível secundário e superior.

As fronteiras interessadas na formação dos professores se alargaram e no início do século XVIII

... na Áustria com Maria Teresa e José II: o Estado controla toda a instrução, torna os professores funcionários, cria escolas para sua formação (Escolas Normais), desse modo, o Estado “reivindica a função pedagógica, até então controlada pela Igreja” (CAMBI, 1999, p. 338).

No Século XVIII, impôs-se a necessidade da criação da Escola Normal pública e laica como instrumento essencial da profissionalização da atividade docente e formação dos professores. Mas, o início da estatização do ensino foi marcado pelos mecanismos de seleção e controle que sobrepujaram aos meios de formação. Assim, o projeto de formação docente só se realizará a partir do século XIX:

As escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais formados e preparados para o exercício da atividade docente (NÓVOA, 1991, p. 125).

O processo de implantação da Escola Normal ocorreu em meio a um contexto contraditório dado entre a tradicional orientação religiosa para a instrução e as exigências políticas, sociais e econômicas da burguesia da época. O que ficou estabelecido caracterizou a congregação de interesses e princípios de duas instituições poderosas que objetivavam a consecução de seus objetivos.

Durante as primeiras décadas do século XIX, a situação se complica: simultaneamente se desafia o mutualismo revolucionário e o modelo congregacionista, desafiados ambos por potências poderosas, é uma terceira fórmula, por ora incipiente, mas mostra a promessa de um desenvolvimento: A pedido de Napoleão, o decreto de Fourcroy de 1808 permite a criação das "escolas normais destinadas a formar os mestres para escolas primárias (AVANZINI, 1997, p. 226)

Desta forma, para melhorar o nível do corpo docente, a partir do século XIX, com a proposta de democratização do ensino primário nos países mais desenvolvidos, promoveu-se uma intensa implantação de escolas normais para o preparo docente. Neste contexto, o Brasil vivia o momento da implantação e consolidação de sua independência política com um governo que tentava estabelecer-se num Império. Nesta época, alguns setores como o grupo político originário dos grandes barões do café, formado por homens da ala conservadora, influenciados por ideias mais avançadas e transplantadas de países que passaram por mudanças significativas através da participação do povo tentaram construir

caminhos diferentes para a história do Brasil. No que diz respeito ao ensino e educação, mesmo sob influência de ideais resultantes de ações revolucionárias, algumas iniciativas foram transplantadas por grupos da elite conservadora que tinha na escola e educação, os instrumentos de controle e regulação da sociedade. A Escola Normal foi fundada no Brasil para cumprir a função de formadora de docentes para o ensino primário. Porém, os docentes, através de conteúdos e ações, deveriam colaborar para classificar e hierarquizar a sociedade além de também contribuir para solucionar problemas de ordem social, sem gerar custos ao Estado e sem romper com a idéia colonialista e patriarcal que caracterizava todas as relações sociais, econômicas e políticas do Brasil.

## Capítulo II

### *A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL*

Neste capítulo teve-se o objetivo de reconstituir historicamente a formação docente para o ensino elementar no Brasil. A preocupação foi caracterizar o cenário no qual surgiu e se estabeleceu a Escola Normal no país, de forma a facultar a compreensão do papel desta instituição na história da educação brasileira e, em particular, como cumpriu o seu papel de formadora de professores.

Assim, sendo, o que se pretendeu foi estabelecer a reconstituição da formação docente ao nível secundário desde o Período Colonial, até o Republicano atual, de modo a evidenciar a trajetória desta instituição e do seu papel formador, sem contudo esgotar o assunto.

#### *1. Aspectos da Educação no Período Colonial*

Sobre a escola normal no Brasil, tem-se o objetivo de caracterizar o contexto histórico, social, econômico e político de um país que foi construído sob as bases da colonização européia, a qual, implícita ou explicitamente estabeleceu a desculturação como base para uma educação, para a submissão. Durante o período colonial, a educação esteve sob a responsabilidade dos Jesuítas até 1759, quando foram expulsos dos domínios portugueses. Neste tempo atuaram como únicos educadores de profissão e com preparação para tal exercício. Com as reformas implantadas pelo Marquês de Pombal na metrópole e na colônia, esta última sofreu um retrocesso já que não podia cumprir a exigência do exercício da docência por leigos que formasse os servidores do Estado. Mesmo as pessoas de boa vontade não possuíam outra formação senão a

recebida nos colégios jesuíticos. E por isso, impregnada de sua influência e filosofia.

O ensino e a educação no Brasil até o Império não recebiam a atenção do governo, pois, afinal não se constituía em questão de interesse nacional. Somente no século XIX, sob a preocupação com a formação de professores, através da influência dos ideais franceses que atendiam aos interesses da ala conservadora da sociedade e do governo, foi criada em 1835 a primeira Escola Normal no Brasil, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. A partir de então, todas as Escolas Normais criadas nas diferentes localidades do país sofreram toda ordem de peripécias para se manterem. Até 1997, continuaram passando por reformulações e críticas, porém cumpriam, mesmo que minimamente sua função de formadora de professores para o ensino elementar.

Para garantir e facilitar a colonização, segundo os interesses e objetivos do governo português, foram enviados ao Brasil os padres jesuítas que faziam parte da Companhia de Jesus. A sociedade que foi formada no Brasil Colônia foi marcada pela rudeza e assentada numa economia que tinha como base a exploração predatória, visando unicamente o lucro. Nesta sociedade, a instrução não representava valor social, a não ser pela catequese dos filhos dos colonos brancos e índios, através dos quais os jesuítas buscavam conquistar a confiança dos adultos da sociedade que começava a se construir para a fé cristã.

Essa sociedade foi marcada pelo domínio da autoridade patriarcal que dominava, principalmente, a mulher e os filhos. Os jesuítas, aos poucos, conquistaram os elementos passivos das famílias e se transformaram na “única força capaz de se contrapor aos excessos da autoridade patriarcal” (Saffioti, 1969). Esta força se estruturou através da habilidade com os conhecimentos da doutrina cristã, a sutileza com a qual catequizavam os meninos na escola e as mulheres nos confessionários das capelas e igrejas. A Companhia de Jesus



representava a possibilidade de refúgio a todos os seres subjugados pelo poder autoritário e discriminador estabelecido na sociedade colonial.

O trabalho realizado pelos Jesuítas atendia principalmente aos interesses da Igreja Católica que pela ação da Contra-Reforma buscava fortalecer-se através da evangelização que aumentava em número os seus fiéis cristãos. Também cumpria com os objetivos do Estado português que tinha na ação jesuítica a oportunidade de tornar os indígenas dóceis para transformá-los em escravos depois de ocupar suas terras. Portugal também esperava que a ação jesuítica contribuísse para estabelecer a ordem tradicional, conservadora e arcaica que pretendia transplantar do velho continente, além de inculcar a ideologia escravocrata que pregava o conformismo por parte dos submetidos.

Diante desta realidade, o magistério jesuítico vai ser confundido, aqui no Brasil, com sacerdócio já que a formação do padre jesuíta vai prepará-lo para atuar como sacerdote e como educador. O preparo do padre jesuíta, segundo alguns autores, era longo e rigoroso e os conteúdos obedeciam às regras estabelecidas pelo *Ratio Studiorum*. Desta forma, ficam caracterizadas como marca da Companhia de Jesus e forte preocupação com a formação moral fundada na religiosidade.

Plano de estudos, instituído definitivamente a partir de 1599 pela direção da Companhia de Jesus. Este documento regulamentava o governo do colégio, o conteúdo dos estudos e os procedimentos a seguir no processo educativo, inclusive o comportamento dos professores e dos alunos, como também a formação dos próprios professores.

(...) a *Ratio Studiorum* é um documento que traduz a missão educativa da Companhia num programa concreto e prático, um instrumento que será utilizado para estender a Contra-Reforma no ensino para além das fronteiras da Espanha, de Portugal, da França, da Itália, da Áustria, da Alemanha do Sul, da Rússia, até as colônias espanholas e portuguesas no Novo Mundo, na África e nas Índias Orientais (GILES, 1987, p. 136).

No campo educativo,

os jesuítas tinham a formação da elite como objetivo, a fuga do trabalho manual como atitude e o verbalismo como conteúdo e método (CHAGAS, 1984, p. 5).

Os jesuítas ocuparam-se do ensino e instrução na colônia brasileira por mais de dois séculos. Quando em junho de 1759, o marquês Pombal finalmente teve o alvará que expulsou os jesuítas do Brasil e de Portugal, determinou que se tomassem medidas que substituísse o sistema jesuítico de ensino. No Brasil, esta decisão representou o desmantelamento de todo o processo educativo. A criação de aulas esparsas e avulsas acabaram por transformar cada matéria de ensino em unidades autônomas, completamente desvinculadas e descomprometidas com qualquer objetivo que visasse formar intelectualidades. Este sistema de ensino não substituiu a organização jesuítica que era caracterizada pela coerência, ordenação e visão de conjunto dos estudos.

Pela proposta pombalina, o preparo dos professores para as aulas era de baixo nível, revelando, quase sempre, ignorância da matéria que ensinavam e a mais absoluta ausência de senso pedagógico. Esta situação levou à baixa qualidade do ensino, o qual era marcado pela improvisação e pelos salários irrisórios oferecidos aos professores, os quais eram indicados por pessoas importantes, dentre os quais, bispos não jesuíticos. Mesmo neste contexto, a Igreja Católica manteve-se muito influente no tempo do Marquês de Pombal (BRZEZINSKI, 1987, p. 23).

Na proposta pombalina para a instrução, encontrava-se o estabelecimento das “aulas-régias”, para as quais, segundo Laerte Ramos de Carvalho, os professores deveriam ser influenciados por Portugal e por isso eram enviados de lá e aqui deveriam ser escolhidos em concursos públicos. Os professores régios eram vitalícios e para ampliar seu campo de atuação, criavam “filiais” através de pessoas de sua confiança. Como se nota, as medidas que trataram sobre a instrução na colônia eram tardias e incoerentes além de fragmentárias. Tudo isto resultou numa educação marcadamente injusta para com os pobres, antidemocrática e anti-cristã. Isto porque à colônia só era permitida a participação na agricultura e no comércio de forma a não elevar o

status e a honra de quem aqui habitasse, segundo observação de Brzezinski (1987, p. 24).

No contexto que proibiu a ação jesuítica no processo educativo, a Igreja altera sua posição na função educacional e atua paralelamente com professores leigos. Inicia-se nesse tempo o processo de oficialização da laicização da instrução, a qual se constituiu no descaso com a formação de professores para as “escolas de primeiras letras”. Historicamente, o período colonial se encerrou sem qualquer atenção em relação a esta questão. Mas para

o uso semântico do termo “leigo” surgiu no âmbito da religião significando aquela pessoa ignorante dos santos sagrados por não ter sido iniciada nas ordens sacras. A evolução se encarregou de fazer deste termo sinônimo de pessoa que ignora um assunto por não estar preparada para ele. ...Quando se examina hoje a questão do professor “leigo”, está-se claramente sugerindo tratar-se de professores que desconhecem ou são ignorantes do trabalho que fazem e, mais especificamente, daqueles professores que não possuem uma formação básica para lecionar em determinado nível ou série (AMARAL, 1991, p. 14).

No contexto da educação colonial, o que ficou caracterizado foi o completo descaso com a formação de professores para o ensino elementar. O despreparo dos professores e a desorganização do ensino contribuíam para a manutenção da sociedade marcadamente colonial que não se encerrou com a instauração do Império.

## *2. Período Imperial: herança da educação colonial e estabelecimento da Escola Normal*

A sociedade imperial brasileira herdou do período colonial a marca do conservadorismo tradicional, patriarcal e político. Este contexto foi propício à preservação da passividade e ocorreu em decorrência do domínio exercido pelas oligarquias latifundiárias e pela classe burguesa comercial marcadas por ideologias racistas e escravagistas.

TOBIAS (1986) mostrou, através de seus estudos, que a herança da mentalidade pombalina no Brasil, fez com que as províncias almejassem o

estabelecimento das Escolas Normais para a formação de professores que atuassem no ensino primário. A falta de preparo dos professores foi apontada como uma das principais causas do insucesso da escola básica.

No período imperial, o Brasil com base nas “boas intenções” da elite da época, opta por importar modelos estrangeiros, dos quais já se sabia, não haviam sido bem sucedidos na educação nacional.

Em 1834, o grupo político originário dos grandes barões do café, formado pelos homens da ala conservadora, organizou a Escola Normal de Niterói, a qual deveria formar os professores para as províncias. Esta Escola Normal transplantou da França todas as características, não observando as particularidade e diferenças contextuais entre as localidades, o que provocou o fracasso. O Brasil, assim, é transformado em modelo da má qualidade no processo educativo, já que a Escola Normal se manteve com poucos recursos econômicos, dificuldades na adaptação dos conteúdos e metodologias transplantadas da Europa, além da falta de profissionais qualificados para a formação dos professores primário.

Faz-se necessário observar que,

No império, apesar de o artigo 179 da Constituição de 1824 propugnar que a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” – o que colocava o Brasil como o primeiro país do mundo a proclamar a gratuidade do ensino – nada se fez nesse sentido, visto que não havia professores para o magistério (CAVALCANTE, 1994, p. 27).

A Escola Normal, numa visão mais geral, surgiu da necessidade de “escolas para todos” segundo a lei. No Brasil, as condições para a criação desta instituição foram desfavoráveis.

... quando apenas começava a ser organizado o ensino primário entre nós, procurou-se transplantar para o Brasil as mencionadas instituições, fadadas a ter neste país uma existência incerta e atribuída, submetida a um processo contínuo de criação e extinção para só lograr algum êxito – ainda assim não em todas as Províncias - a partir de 1870, quando se consolidam as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária (TANURI, 1979, p. 14).

Há um certo consenso entre os pesquisadores sobre a Escola Normal no Brasil ao colocá-la como “um projeto irrealizado” (Tanuri, 1979, p. 14).

A existência de escolas com o objetivo de formar professores para o curso primário data do século passado ( XVIII ). Tratava-se das Escolas Normais e, segundo Romanelli ( 1988, p. 163 ), “a primeira delas foi criada em 1835, em Niterói, sendo pioneira na América Latina e, de caráter público, a primeira de todo o continente, já que nos Estados Unidos, os que então existiam eram escolas particulares” (CAVALCANTE, 1994, p. 28).

As Escolas Normais foram instituídas pelas Províncias a partir do ato Adicional de 12/8/1834 que atendia à proposta de descentralização que atribuía às Assembléias Legislativas Provinciais “legislar sobre a instrução e estabelecimentos próprios”. Assim, as Províncias eram responsáveis pela instrução primária em seus territórios, ficando o Município da Corte responsabilizado pelo Ensino Superior.

Na prática, percebeu-se um enorme descaso das autoridades responsáveis no setor do ensino popular, primário e normal fora do Município da Corte. Assim, o ensino, de modo geral, atravessou todo o Império sob grande penúria financeira, incertezas e instabilidades provocadas pelas administrações “bem intencionadas”.

Em 1835, a Escola Normal de Niterói, no Rio de Janeiro, foi criada como filha da Escola Normal da França revolucionária. Tinha a incumbência de atender aos interesses dos homens conservadores que formaram o grupo político para sua idealização e implantação. Os conservadores chegaram à vitória sobre os liberais usando as armas da coerção para “manter a ordem” e a difusão ideológica dos princípios do ideal conservador. Para esse grupo, a educação seria o caminho para “civilizar”, para “melhor conhecer e controlar o povo” (VILLELA, 1992, p. 28).

A partir destes princípios, a Escola Normal de Niterói passa a exigir dos professores que nela irão exercitar o magistério, extremo rigor moral, ficando a formação intelectual em segundo plano. Acreditava-se que esta postura

“certamente relacionava-se à sensação de intranquilidade que se vivia naqueles tempos tumultuados por movimentos desordeiros” (NUNES, 1992, p. 30).

O poder constituído pelos governantes neste período característico das Regências Imperiais exigia submissão e obediência de todos os seus funcionários. Sob esta perspectiva, as primeiras Escolas Normais caracterizavam-se pela precariedade dos programas e propostas pedagógicas incoerentes com o seu objetivo. Na verdade, o currículo da Escola Normal apresentava-se semelhante ao das escolas primárias, particularizado-se pela parte metodológica.

Em discurso, sempre se demonstrava preocupação com a qualificação do professor, mas na prática a formação acontecia com a redução do conteúdo ao da escola elementar. Em vários momentos, tanto na Província do Rio de Janeiro quanto em outras, os governos provinciais lançavam mão do aligeiramento da formação de professores e por isto, extinguíam a Escola Normal, prevalecendo a proposta da formação apenas pela prática.

Muitos problemas evidenciavam-se, dentre eles a questão da autonomia pedagógica e a utilização do professor leigo, por ser um trabalhador mais barato e cumprir a função de exército de reserva, servindo como massa de manobra para política e grupos homogênicos:

O professor “leigo” não é um “desvio” do sistema. Pelo contrário, é parte necessária e imprescindível dele, não obstante ser considerado um desqualificado, oficial, legal e socialmente. Este “ator social é o exército de reserva” do sistema de ensino, principalmente para atender às normas rurais e às periferias urbanas (AMARAL, 1991, p. 13).

Aos mestres da primeira Escola Normal do Brasil era exigido o domínio do ensino mútuo para o ensino aos alunos e, de acordo com Vilella (1990), inclusive os professores da província, em exercício, “ficavam obrigados a vir à capital para se instruírem sob pena de serem jubilados com a metade do vencimento ou mesmo exonerados”. Pelo método do ensino mútuo ou lancasteriano, o poder promoveria a “interação” do povo com seus dirigentes o

que facilitaria o cumprimento do objetivo de ordenar, controlar e disciplinar muito mais que instruir. Pelo potencial disciplinador do método de Lancaster e Bell seria possível desenvolver hábitos disciplinares de hierarquia e ordem o que favorecia o exercício do controle “com suavidade e vigilância sem punição física”.

É interessante observar a forma de recrutamento dos docentes adotada pelo governo, seguindo a tendência de criação, controle e administração das escolas de ensino mútuo pela Repartição de Guerra. Os militares foram considerados mais adequados para atuar como lentes nas escolas/aulas de primeiras letras pelo método lancasteriano. Essa preferência evidencia uma aproximação entre a disciplina e a ordem exigida e adotada nas duas instituições – militar e escolar (BASTOS, 1999, p. 110).

O recrutamento de professores parece ter seguido os moldes militares por alguns anos até que, em 1837, por decisão do Império, admite-se a incompatibilidade das funções de militar e professor público.

Pelos estudos de Bastos (1999), a origem das escolas de ensino mútuo vinculadas à Repartição de Guerra foi provavelmente ligada às orientações vindas da Metrópole. Há informações de que em 1815 foram criadas escolas de ensino mútuo em Lisboa, dentro do Exército e da Marinha. “Em 1816, foi criada uma Escola Normal no Corpo da Guarda de Belém, tendo formado 68 professores em 6 meses” (BASTOS, 1999, p. 111).

O estabelecimento do ensino mútuo como método pedagógico se deu pela tese de que a melhor forma de aprender/saber é ensinar, o que corrobora com improvisação de mestres e acaba por contribuir com redução de recursos para a formação de professores e a criação de escolas de ensino primário e normal.

O método mútuo de instrução compôs a História da Educação do Brasil como forma de difusão da instrução elementar às massas trabalhadoras portadoras de um conceito de cidadania reduzido em decorrência da hierarquização da sociedade. Numa sociedade escravista, os escravos são

considerados peças, coisas ou animais, que junto com os homens livres que vivem em condição de pobreza só possuíam a força de trabalho e eram destituídos de quaisquer direitos. Cidadão neste contexto, era conceito dado aos homens livres e possuidores de propriedades que preocupavam em aprimorar seus instrumentos para subjugar e excluir negros, pobres e mulheres, inclusive, proibindo ou dificultando o acesso à escola.

A formação dos alunos–mestres acontecia de forma muito lenta, já que o diretor era o único professor. Essa situação era muito criticada pelos governantes que preferiam uma formação aligeirada.

Mas com a deficiência formadora das Escola Normais ou na falta delas, na província de São Paulo, garantiu-se a docência nas escolas primárias, preenchendo as lacunas através do exame que fora legalizado por lei imperial em 1827. Porém diante dos resultados insatisfatórios produzidos nos primeiros tempos da Escola Normal do Brasil, fizeram os presidentes de algumas províncias, através de seus Inspetores de Instrução, repudiarem a Escola Normal. Como solução para o problema da formação de mestres, sugerem o método austríaco – holandês que propõe os “professores adjuntos”. Este método

consistia em empregar aprendizes como auxiliares de professores em exercício, de forma a prepará-los para o desempenho da profissão docente, de maneira prática, empírica, sem qualquer base teórica (TANURI, 1979, p. 21).

De modo geral, nos primeiros 50 anos do Império (1822–1872) as poucas Escolas Normais do Brasil foram caracterizadas pela mesma mediocridade que sustentava as escolas primárias, as quais sobreviviam de forma rudimentar, colhendo insucessos como resultado do trabalho destas instituições formadoras de professores.

De maneira geral, as orientações da Corte imperial tentavam tratar as Escolas Normais como instituições de utilidade pública, já que a postura de outros países, como por exemplo, os Estados Unidos, era de que o progresso da



nação dependia da confiança que se depositasse na educação. Assim, a Corte, através de seu ministério, procurava fazer com que as províncias cuidassem de criar, pelo menos, “simples seções normais, ao menos para a habilitação dos aspirantes ao magistério” (TANURI, 1979, p. 24).

Em 1847, corria a idéia de aumentar o número de escolas, mas sequer cogitava melhorar a qualidade. E nesta filosofia, logo após a criação da Escola Normal masculina, o governo da província de São Paulo determinou a instalação de um estabelecimento semelhante para o sexo feminino no início de 1847. O seminário das Educandas de São Paulo era destinado às meninas órfãs.

O encaminhamento das órfãs para o magistério, que em parte denota o fato de ser a profissão docente objeto das camadas de nível sócio – econômico inferior, ensejava ao poder público a solução de dois problemas: Fornecer mão-de-obra para as escolas primárias femininas e, principalmente, dar um destino às órfãs que chegavam à idade adulta, possibilitando, deste modo, a admissão de novas educandas (TANURI, 1979, p. 20).

Segundo Tanuri (1979), na prática, esta proposta não funcionou. No decorrer da História da Educação observa-se que o preconceito em relação ao magistério, foi se cristalizando. Isto se deu porque ao longo dos tempos ele sempre foi destinado aos despossuídos economicamente, já que os ordenados eram tão mesquinhos que atraía para a profissão um “cidadão qualquer” que não conseguiu sucesso em outra profissão ou porque é um desvalido sem vontade ou perspectiva.

A profissão, especialmente para o ensino elementar, não só no Brasil, como se observa, foi mal remunerada desde a origem, como também foi sinônimo de desprestígio social.

Pelo senso comum, era corrente a idéia de que a Escola Normal deveria ser destinada às meninas mas não causa espanto diante da história de exclusão que marca o Brasil, que a primeira Escola Normal, fundada em 1835, não tenha recebido nenhuma mulher. Como não surpreende que na co-educação iniciada a partir de 1880, mesmo com o número superior ao dos homens, as mulheres

foram submetidas à extrema vigilância para realizarem seus estudos (VILLELA, 1992, p. 31-37).

Talvez, até por curiosidade, se torne importante esclarecer que a profissão de professor, nasce originariamente no gênero masculino e em todo o mundo, foi mal remunerada e socialmente desprestigiada para quem exercia o magistério primário. Social e politicamente necessários, os professores poderiam ser mal formados, mas seriam muito vigiados e por isso instrumentos seguros para o controle social “sem violência” ou força por parte das elites no poder.

Com o fim do período colonial, o ensino privado encontrou espaço para se estabelecer, especialmente, no trabalho com a instrução primária. De maneira geral, reformas e projetos governamentais que objetivavam disciplinar a ação da iniciativa particular a criticavam. Os estabelecimentos particulares

(...) cuja instalação ficaria condicionada à apresentação de provas de capacidade profissional e de idoneidade moral, sujeitar-se-iam à inspeção governamental ... (HAIDAR, 1972, p. 164).

No município da Corte os primeiros estabelecimentos particulares foram criados em consequência da decadência dos liceus. Estes estabelecimentos objetivando lucros, propiciam adestramento rápido, no que agradavam aos pais, e desmoralizavam o ensino público.

Na segunda metade do século XIX, deu-se maior incentivo ao ensino particular, que “seria fiscalizado pelo governo provincial”. Isto empolgava e aumentava a confiança na iniciativa privada. Para o exercício do magistério particular seriam exigidas as provas demonstrativas da capacidade profissional e principalmente, comportamento civil e moral. Porém, o rigor e o zelo exigido para o ensino particular, nas províncias, ficou apenas na letra da lei. A severidade de sua disciplina e o rigor com o estudo das humanidades o transformava numa instituição atrativa para os que queriam prosseguir os estudos e convertia-se em aspiração de liberais e conservadores. No que diz respeito à Escola Normal, pretendia-se que esta cumprisse com eficiência, o

papel de expandir o ensino primário, aumentando o número de diplomados aptos ao exercício docente. Como incentivo, havia a promessa de privilégio aos docentes que fossem capazes de cumprir tal tarefa, como a concessão de provimento vitalício.

A Escola Normal ao longo de sua trajetória na História da Educação brasileira, sempre foi tida como instrumento manipulado pela sociedade segundo às necessidades e os interesses do movimento histórico de cada época. Foi objeto de controle, de ordenação ou incentivo ao desenvolvimento econômico e político de acordo com o jogo do momento.

De modo geral, as leis brasileiras excluía da escola e da educação a grande maioria da população. Só dispunham do direito ao ensino e à educação alguns poucos representantes das classes “superiores senhoriais”, ficando a escola primária e a Escola Normal como representantes institucionais dos mecanismos de exclusão. Por isso, não teve acesso à instrução, o primeiro filho varão das famílias, o qual herdaria toda a fortuna, os negócios e a direção de todo o clã; as mulheres, independentemente da posição social, os “libertos” e todos os que não fizessem parte da pequena elite senhorial, até aproximadamente, 1880, quando começou, timidamente, a co-educação.

Em vários momentos, a Escola Normal funcionou como apêndice do Liceu, que de acordo com a previsão do tempo, fechava, abria, reabria ou extinguiu-se. Noutro período, experimentou a co-educação dos sexos, por volta de 1880, quando o número de mulheres que cursaram a Escola Normal foi bem superior ao número de homens, e por isso a circulação de alunos e alunas era extremamente vigiada. A exemplo disso, um professor na província de Pernambuco, a partir dos princípios da ética da exclusão e do conservadorismo, mandou construir uma parede no meio de sua sala de aula para que alunos e alunas não se observassem ou tivessem algum contato (VILLELA, 1992, p. 33).

No decorrer da história das Escolas Normais, prevaleceu a preocupação com a inculcação de padrões morais e religiosos convenientes ao Estado. Não houve interesse na formação intelectual de seus mestres. Na prática a formação de professores nasceu atrelada ao serviço de inspeção, pois fazia-se necessário garantir rígido controle sobre os professores para “não gastar tempo e dinheiro com a formação”. O professor antes de tudo tinha que se conscientizar que sua função era de disseminador da moral pregada pela classe senhorial, já que a Escola Normal nasceu ligada à consolidação do poder dos grandes senhores proprietários.

De acordo com Xavier (1994), “a última e mais importante reforma educacional do período imperial foi a Lei Leôncio de Carvalho, de 1879. Além de traçar normas para o ensino primário e secundário do Município da Corte, dispunha sobre o ensino superior em todo o país”. Para esta autora a interpretação que se fazia da lei, estabelecia que o ensino normal era de responsabilidade das Províncias e que as Assembléias Provinciais deveriam legislar sobre esta modalidade de ensino.

### *3. A Escola Normal na Lei Leôncio de Carvalho*

Segundo Aranha (1996), Leôncio de Carvalho foi um audacioso e radical inovador do ensino do período imperial. Ele defendia a liberdade de ensino, de freqüência, de credo religioso e a criação de escolas normais para a formação de professores primários. Também fazia parte de sua defesa, o fim da proibição da matrícula para escravos.

Outro aspecto estimulado por esta lei, foi a organização de colégios com base nas orientações positivistas que valorizavam as ciências de forma a superar as orientações colonialistas tradicionais e conservadoras.

Na verdade, a Lei Leôncio de Carvalho em 1879 vem reforçar os princípios da lei de 1823 no que se refere à liberdade de ensino. Na afirmação de Werebe (1994, p.35), o “florescimento do ensino secundário particular, era manifesto em quase todas as províncias, sobretudo nas capitais. Parece que as aulas avulsas e particulares proliferavam de forma descontrolada, graças à proposta de liberdade de ensino apregoada pela lei.

Outra sugestão da reforma foi que o estado e o ensino assumissem as prerrogativas do positivismo que apoiavam as lutas pela escola pública, leiga e gratuita e que ensinavam as ciências.

De modo geral, o período de reformas sobre o ensino e instrução no Brasil agitava apenas o pequeno mundo intelectual e político da época. Mas as reformas propostas raramente se efetivavam porque quase nunca partiam da realidade, mas de propostas de modelos importados ou de devaneios políticos.

A Escola Normal se firmou a partir da Lei Leôncio de Carvalho de 19/4/1879, que baseada na ousadia e anseio de seu autor, buscou a renovação educacional em meio aos movimentos políticos e econômicos que deram vida à nova ordem que impulsionou a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Mas, seu nascimento, a partir desta lei, se deu atrelando-a aos Liceus que eram as escolas responsáveis pela formação da elite masculina.

Com a intenção de apressar a formação geral e ao mesmo tempo estabelecer o ensino teórico e prático para o exercício profissional do mestre em escola pública, os seus responsáveis legais apenas acrescentaram a cadeira de Pedagogia ao currículo do Liceu. Também os dirigentes educacionais e instrutores usaram as mesmas instalações físicas do Liceu e receberam suas alunas para freqüentar as aulas acompanhadas pelos seus pais ou damas de companhia – as portadoras. Os pais das alunas deviam providenciar os seus bancos de assentos, os quais eram colocados no fundo da sala. Mesmo neste contexto de extremos cuidados,

as Escolas Normais silenciosamente, mas profundamente, arrancaram as mulheres de seus enclausuramentos, elevando-as, instruindo-as e delas fazendo as primeiras professoras do Brasil (TOBIAS, 1986, p.144).

Com a Proclamação da República em 1889, começou uma nova fase na história do Brasil. Pela Constituição de 1891, ficou estabelecido que o governo seria representativo, federal e presidencial. Através do sistema federalista os estados adquiriram autonomia, mas acentuaram-se as diferenças e desigualdades que favoreceram os estados da região sudeste.

#### *4. A educação e a Escola Normal no contexto da Republica*

A Primeira República é também conhecida como República Velha, República Oligárquica, República dos Coronéis e República do Café. Através do poder oligárquico o governo era realizado por um pequeno grupo que estabelecia as regras eleitorais, as quais não eram propriamente democráticas. Em algumas regiões prevalecia a influência e o poder dos coronéis, dos fazendeiros ou criadores de gado.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) provocou alterações na política, economia e sociedade de todo o mundo. No Brasil, iniciou-se uma lenta mudança no modelo econômico agrário – exportador. Uma consequência desse processo foi o aparecimento do surto industrial que no seu bojo trouxe o início da nacionalização da economia com a determinação da substituição das importações, promovendo assim, o nascimento da burguesia industrial urbana.

Os trabalhadores, especialmente os operários italianos e espanhóis, trouxeram a capacidade de organização do trabalho, principalmente urbano, e a formação sindical sob influência anarquista. Neste contexto, de 1917 a 1920, os operários se mobilizaram em grandes manifestações pressionando o governo para a criação de leis que atendessem suas necessidades e interesses.

Os anos 20 foram marcados por inúmeros movimentos de contestação sob influência dos ideais anarquistas e socialistas que tiveram a Revolução Russa de 1917 como referencial inspirador. Muitos acontecimentos marcaram este período: a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, a Semana de Arte Moderna de 1922, as Revoltas Tenentistas, a Coluna Prestes, a Queda da Bolsa de Nova York em 1929. Também caracterizaram os anos 20, os grandes debates e discussões na maioria dos Estados, sobre o ensino e a educação chegando a elaborar um diagnóstico nacional sobre os mesmos.

No que se refere ao ensino e à educação, a Primeira República herda

um ensino primário deficiente, com um corpo docente em geral leigo ou mal preparado. Uma escola secundária – ministrando um ensino preponderante literário, livresco – com finalidade propedêutica, mantida principalmente por entidades privadas e destinado aos filhos das classes abastadas; um ensino superior fragmentado... (WEREBE, 1994, p.37).

No período de 1889 a 1930 vários princípios educacionais foram intensamente discutidos. No que diz respeito às competências educacionais prevaleceu a dualidade de sistemas estabelecidos pelo Ato Adicional de 1834. Neste período o ensino secundário sofre importantes reformas. Nos anos 20, os debates sobre a educação brasileira se multiplicaram e vários Estados realizaram reformas educacionais. Mas, mesmo com esta efervescência que demonstrava interesse sobre as questões inerentes a educação, não havia consenso nacional sobre o ensino e a educação. De alguma forma esta situação tinha respaldo legal, pois

Além disso, a Constituição de 1891 tornou leigo o ensino nos estabelecimentos públicos (art. 72, § 6º) garantindo a liberdade de exercício do magistério, ao proclamar livre o exercício de “qualquer profissão moral, intelectual e industrial” (art. 72, § 24) (ROMANELLI, 1976, p.85).

A partir da desobrigação da União em relação ao ensino primário, de certa forma esta também não se responsabilizou pela formação dos professores a

qual era da competência das Províncias, promoveu a “quase estagnação do ensino na maioria dos Estados” (BRZEZINSKI, 1987, p. 41).

Esta situação é respaldada pela primeira Constituição Republicana, a escola normal é mantida sob a competência dos estados e seu status continua mal definido: não é uma escola secundária, nem tão pouco uma escola profissional, mas sim uma escola de ensino geral que, não obstante, conduz ao exercício do magistério (WEREBE, 1994, p. 42).

No início do período republicano, conhecido como República Velha, deu-se o início às discussões sobre a falta de recursos e a precariedade de condições, por parte das províncias, em manter o ensino elementar. Um dos itens que pesava nestas discussões era a falta de professores. Legalmente, pouco ou quase nada se fez sobre o ensino elementar ou primário. Quanto à falta de professores, houve maior atenção e incentivo à criação de Escolas Normais. (FERREIRA, 1998, p. 67).

Inicialmente, para solucionar o problema da falta de professores até 1920, contou-se com

o desenvolvimento do nível secundário de formação de professores, com visível expansão das escolas normais, congregando uma clientela tipicamente feminina; a desobrigação progressiva da União dos ensinos primário e normal, transferindo responsabilidade para as forças locais; o fortalecimento da tendência pedagógica tradicional, permeando não só os currículos das escolas normais, como generalizando o uso do método expositivo e a regulamentação do exercício do magistério (BRZEZINSKI, 1987, p. 42-43).

Também contou-se com a liberdade de ensino, onde ensinava quem quisesse. Claramente evidenciou-se o incentivo à iniciativa privada para que esta se responsabilizasse pelo ensino, comprovando assim o descaso com a educação.

O ensino secundário que ficava sob a responsabilidade da União foi elemento de inúmeras discussões e reformas, “mas nenhuma significativa e que modificasse estruturalmente os modelos anteriores” (Almeida, 1995, p. 685). As reformas mais expressivas foram: Benjamim Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1901), Carlos Maximiliano (1915) e João Luís Alves



(1925). Estas reformas revelaram, num exame sobre os objetivos para o ensino secundário, as oscilações entre as tendências humanistas e realistas, reveladas pelas correntes de pensamento que marcaram a República do Brasil e ainda hoje são determinantes de nossa cultura: o positivismo e o liberalismo. (FERREIRA, 1998).

Tais reformas não foram implantadas em conseqüência da falta de estrutura e de apoio das elites constituídas pelas oligarquias do café, avessas a qualquer renovação cultural (BRZEZINSKI, 1987).

O ensino na República Velha foi alvo de discussão quanto aos aspectos da laicidade, obrigatoriedade e gratuidade, que não eram temas novos, já que eram discutidos desde o Império. Dessa forma, as discussões e reformas do ensino, a situação sócio-econômica e as reivindicações para o aumento da oferta de educação elementar estabeleceram, segundo Piletti, (1994) a crise da educação elitista nos anos 20 e fizeram acentuar os ideais escolanovistas.

A tônica do momento orientava para a realização da formação propedêutica concomitante com a preparação técnica. A Escola Normal não apresentava qualquer traço de caráter profissional acentuado, pois desaparelhada e modelada, segundo a concepção de ensino teórico-verbalista, não conseguia, segundo Azevedo (1957), satisfazer aos novos ideais da educação.

A incompetência das instâncias governamentais dos Estados e Municípios em desenvolver uma política educacional que satisfizesse às necessidades do ensino elementar público e gratuito, impedia o acesso dos menos favorecidos à educação. Esta situação contribuía para a elitização do ensino através das escolas de ensino particular.

Naquela época, era uma prática comum os transplantes culturais, principalmente franceses, os quais na maioria, fracassavam, visto que o Brasil não dispunha de condições para sua aplicação. Outro entrave no período até 1920, era o casamento da sociedade conservadora e elitista com a tendência

tradicional que se apresentou no Brasil com as mais diferentes abordagens, evidentemente, com ajustamentos, muitas vezes distorcidos, das necessidades da sociedade brasileira (BRZEZINSKI, 1987, p. 45).

A partir de 1930, a sociedade brasileira passou a viver sob a orientação do governo de Getúlio Vargas, que aproveitando-se do contexto político e econômico do país, caracterizado pelo rompimento da “política café-com-leite”, tornou-se o chefe do governo provisório.

Getúlio conduziu com astúcia todos os setores sociais e políticos e quando, se vislumbrou cumprir a Constituição e promover eleições presidenciais, arma a farsa do Plano Cohen, o qual é atribuído aos comunistas, e surpreende a nação com o golpe de Estado em 1937. Nasceu aí o período conhecido como Estado Novo que durou até 1945 e foi caracterizado pelo nacionalismo nazifacista. Construiu-se, para garantia do poder e controle do ditador, uma imagem do presidente “pai dos pobres” e, “protetor dos trabalhadores” e guardião das “boas famílias”.

A Escola Normal atravessa a Primeira República entre altos e baixos. E a partir de 1930 surgiram indícios de uma coordenação na área educacional em nível nacional. Para Romanelli (1976, p. 87), a República “não inaugurou, de fato, uma nova política de educação”. Em 1932, Anísio Teixeira não fugindo à efervescência cultural e pedagógica do período, chamou a educação para cumprir a tarefa de organização democrática. Era função social do mestre e se exigia que ele fosse possuidor de qualidades morais invejáveis e por isto devia ser muito bem preparado.

Assim,

A pessoa a quem confiar as nossas crianças por várias horas durante o dia ( ... ) deve possuir um coração e uma inteligência superiormente formados, o conhecimento aperfeiçoado do seu mister e uma visão social larga e harmoniosa (TEIXEIRA, 1932, p. 2).

No projeto que propõe a reforma para a formação do mestre, Anísio Teixeira transformou a Escola Normal em Instituto de Educação e afirma que há uma confusão de finalidades culturais e profissionais num mesmo instituto que servia mal ambas funções.

O projeto de reforma do Instituto de preparação de professores... busca a formação adequada do mestre.

(...)

Nesse projeto, a atual Escola Normal é transformada em um Instituto de Educação, destinado a ministrar educação secundária e preparar professores primários e secundários (TEIXEIRA, 1932, p. 2).

Muitas eram as questões a serem resolvidas sobre a modernização e inovação educacional, especialmente para o ensino público. A institucionalização da Escola Normal visava resolver o problema da falta de professores habilitados para o ensino primário. Reconhecia-se que o sucesso no ensino elementar dependia da formação que o professor recebia. Também foi cogitado que as Escolas Normais não podiam ser uniformizadas, devendo atender as características e necessidades de cada localidade. Assim com a política de Getúlio Vargas de fixar o homem no campo, os professores rurais foram buscados a contribuir. Na escola rural, o professor, às vezes, representava a única possibilidade de acesso a informações que conduzisse aqueles sujeitos ao vislumbre de outras realidades. Assim, à escola é atribuída, dentre muitas responsabilidades, a de resolver problemas sociais de modo a atender aos objetivos políticos e econômicos.

É preciso reduzir o número de escolas normais, inteiramente uniformes, transformando algumas, localizadas em zonas agrícolas, em Escolas Normais Rurais para prepararem especialmente ao seu papel os futuros professores das escolas rurais (AZEVEDO, 1957, p. 119).

O Golpe de Estado de 1937 fez declinar a confiança dos estados no movimento renovador e impôs um plano centralizador e unitário de uma política educacional para todo o país. Todo esforço era para a formação de um espírito

patriótico e nacionalista, adequado às diferentes classes sociais de forma a assegurar a “paz social”.

A ideologia da formação do homem nacional, obviamente, atingiu a formação de professores, que passou a ser controlada pelo governo da União na sua organização, nos seus objetivos, no seu funcionamento, inclusive no conteúdo de ensino (CAVALCANTE, 1994, p. 28).

Nesta direção, a Reforma de Gustavo Capanema em 1942 representou significativa reorganização no trabalho com o ensino secundário afirmando que “o ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica.”(Documentos da Educação Brasileira – Reforma Capanema, p. 254 ).

O governo do ditador Vargas preocupou-se com o ensino primário. E para diagnosticar a situação do país criou a Comissão Nacional de Ensino Primário a fim de estudar e propor soluções, através de bases políticas, ao ensino elementar e por conseguinte, combater o analfabetismo. Este, foi considerado pelos debates e discussões dos anos 20, o vilão, a causa do atraso do País.

O Governo, neste período não elaborou, em particular, nenhum documento legal que organizasse a educação no seu aspecto mais amplo. “Preferiu editar leis separadas – e mesmo assim uniformes – para os diversos graus e modalidades de ensino” (Piletti, 1997, p. 178). O ensino secundário foi alvo de duas reformas: a primeira, de Francisco Campos em 1931 e a segunda, de Gustavo Capanema em 1942. Ambos foram Ministros da Educação e asseguravam ao curso secundário a finalidade de propiciar a formação geral e a preparação para o ensino superior.

De fato, a política educacional estabelecida pelo Estado Novo só vai ser regulamentada em 1942, quando aparecem as leis orgânicas sobre diferentes aspectos do ensino primário e secundário.

Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino. Ainda uma vez o Governo preferia conduzir-se para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento. Essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Abrangeram elas todos os ramos do primário e do médio, foram complementadas por outras, que passaremos a analisar, e decretadas entre os anos de 1942 e 1946.

Assim, pois, durante os três últimos anos do Estado Novo, foram postos em execução os seguintes decretos-lei:

- a) Decreto-lei 4.073, de 3 de janeiro de 1942:  
- Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- b) Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942  
- Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- c) Decreto-lei 4.244, de 9 abril de 1942:  
- Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943:  
- Lei Orgânica do Ensino Comercial (ROMANELLI, 1995, p. 154).

Neste período, destacaram-se diversos projetos de renovação do ensino público com a implantação do ideário escolanovista.

Dentre os vários recursos que foram criados para organizar, direcionar e regular o ensino, foi elaborada a Lei Orgânica do Ensino Normal teve sua origem no Estado Novo e foi publicada em 1946.

Buscava a uniformização e a melhoria do ensino mediante o estabelecimento de diretrizes e normas de caráter nacional (CAVALCANTE, 1994, p. 33).

As leis orgânicas, no contexto da redemocratização, definiam padrões de educação que visaram a preparação da mão-de-obra, a qual deveria suprir as necessidades capitalistas desenvolvimentistas. A decorrência dessas exigências era justificada pelo surto de industrialização que atingiu o país após a II Guerra Mundial.

Essa leis consagram a separação da educação escolar em dois ramos: a escola voltada para o lazer e a ilustração, representada pelo ensino secundário tradicional; e a escola para o trabalho, para aqueles que não teriam maiores chances de ascensão social pela via escolar (CAVALCANTE, 1994, p. 34).

Partindo dos ideais de segregação social via escola e educação, a Reforma Capanema elitizou o ensino secundário de caráter propedêutico. As demais formas de ensino secundário foram desprestigiadas, inclusive o ensino normal.

Os estados foram responsabilizados pela reorganização dos cursos formadores de professores primários, em atendimento à Lei Orgânica do Ensino Normal, mas deviam seguir os modelos ditados pelo poder central.

O momento histórico se caracterizou por um índice muito alto de professores leigos (quase 50%), com os Estados necessitando de docentes habilitados, já que eram muito evidentes as falhas e distorções no processo de formação dos professores primários.

A Constituição de 1946 propôs a redemocratização nacional. E neste espírito, Clemente Mariani, em 1948, apresentou um anteprojeto de LDB com base no trabalho realizado sob a orientação de Lourenço Filho. No âmbito das discussões políticas deste anteprojeto surgiram muitas divergências e em 1959, Lacerda apresentou um substitutivo, que dentre outras providências, ampliava a defesa da iniciativa privada para o ensino.

Em meio a muitas incertezas e alterações sócio-políticas e econômicas marcando o Brasil, a Lei 4.024/61 foi publicada como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que já nasceu caduca e defasada para aquele momento. Os 13 anos de tramitação para sua promulgação fizeram com que suas "inovações" fossem diluídas e se apresentassem sem efeito.

Quanto ao Ensino Normal a lei estabelece no capítulo IV, art. 52:

O Ensino Normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

A partir de 1964, a história do Brasil foi marcada pelo medo, o arbítrio e a restrição dos direitos políticos. Destacaram-se as contradições entre a ideologia política e o modelo econômico urbano-industrial que o governo militar implantou a qualquer custo para toda a sociedade brasileira consolidando a tendência de internacionalização do mercado interno onde se estabeleceu a conjugação entre os lucros obtidos com o emprego de tecnologias de ponta e o congelamento dos salários das classes populares.

O modelo político caracterizado pelo autoritarismo foi legitimado por duas correntes. Uma, estribada na “ideologia da ordem” representou o grupo hegemônico civil-militar que promovera o golpe em nome da segurança nacional e paz social. A outra, era garantida pela “ideologia tecnocrata” assumida pelos técnicos do governo que se comprometeram com o desenvolvimento econômico a qualquer custo.

A tecnocracia, então, passou a orientar a política educacional de forma mais ampla, havendo profunda colaboração do Ministério do Planejamento. Os tecnocratas sob a influência dos militares assumiram a forma ideológica “tecnocrata-militar”.

Nesta visão, a educação transformou-se em instrumento de promoção e aceleração do progresso econômico e social. A educação recebeu o transplante e a adaptação das teorias econômicas que tinham como meta a racionalidade, a eficiência e a produtividade. O que ocorre é o desastre da deformação da escola, do ensino, dos educadores. A interferência governista e técnico-economicista servem como mecanismos controladores da liberdade de pensamento e da criatividade.

Os reflexos na educação e cultura foram catastróficos. Houveram profundas reestruturações das representações estudantis, sendo a partir de 1967, consideradas subversivas.

A escola de ensino médio foi controlada através das disciplinas de Educação Moral e Cívica, OSPB e através dos “professores de confiança”. O objetivo do governo era “educar politicamente” a juventude. Para cumprir com esta meta são utilizadas propostas (impostas) curriculares que exalava o caráter ideológico e manipulador destas disciplinas. Além, é claro, dos livros didáticos distribuídos pelo governo, os quais deveriam ser utilizados por vários anos.

Para garantir que os militares atingissem seu intento, muitos estudantes foram presos e inúmeros professores demitidos. O controle das escolas e principalmente das universidades era feito pelo terrorismo e pela reforma tecnicista que transplantou para a escola, o modelo empresarial. Nesta perspectiva, a “racionalização” capitalista era a meta e portanto, a ordem era tratar a educação como capital humano.

Coerente com este pensamento, foi transplantado o modelo behaviorista que tem como característica o mérito de condicionar comportamentos, combinado-o com a proposta taylorista a qual induz à execução do trabalho. O resultado foi a educação tecnicista que incorporou os ideais de racionalidade, organização, objetividade e eficiência. Para cumprir tais ideais, o professor foi transformado em técnico, auxiliado por outros técnicos que transmitiam conhecimentos técnicos e objetivos eficientes no alcance da eficiência e da produtividade. ”O objetivo era o desenvolvimento desde que os empenhos nesse sentido estivessem em acordo com as prerrogativas do governo” (FERREIRA, 1998, p. 98).

Com a lei 5.692/71 houve a desativação da Escola Normal destinada à formação de professores para o ensino elementar a qual passou a ser denominada “Habilitação Magistério”. Esta habilitação considerada socialmente “esdrúxula”, perdeu a identidade, os recursos humanos e materiais necessários à especificidade de sua função.



A LDB de 1971 tornou todo o ensino secundário profissionalizante. Legalmente, esta determinação trouxe vantagens, as quais foram repudiadas na prática por falta de recursos humanos e materiais que atendessem à demanda. Isto posto, conferiu-se que a profissionalização não se efetivou por falta de professores especializados e por as escolas não contarem com infra-estrutura necessária; o que possibilitou a formação do “exército de reserva” para o mercado constituído de mão-de-obra desqualificada.

Esta situação viabilizou a dependência brasileira dos países desenvolvidos porque:

( ... ) o caráter tecnocrático da reforma, segundo o qual os valores da eficiência e da produtividade se sobrepõem aos pedagógicos. Além disso, a alegada neutralidade técnica, que asseguraria a administração e o planejamento despolitizados, na verdade camufla e fortalece estruturas de poder, substituindo a participação democrática – fundamental em qualquer projeto humano, sobretudo pedagógico – pela decisão de poucos. Portanto esta reforma, aparentemente apolítica, foi, de fato, política (ARANHA, 1996, p. 216).

O processo de transição para a abertura democrática “lenta, gradual e segura” projetada a partir de 1976, tinha como objetivo “entregar o poder aos civis”. Mas a abertura não dependia somente da vontade, interesse e ações presidenciais. Enquanto processo histórico, havia que se definir o significado de democracia, uma vez, que esta palavra em nossa cultura possui significado abstrato. Também não se poderia esquecer as políticas ditatoriais, o fantasma da recessão e as diferenças de interesses das classes sociais.

A idéia, que sempre foi cultivada pela maioria dos políticos e setores dominantes, é que o povo brasileiro não é preparado para qualquer ação consciente e por isso não sabe votar. Esta idéia fortaleceu a posição excludente da elite que tomou para si o direito de governar.

Por isso, na questão da abertura, militares, burguesia e a maioria dos políticos concordavam: o controle da distensão política não poderia escapar

( ... )

A pressão dos movimentos sociais – greves, organizações de bairro, entidades profissionais – foi fator fundamental para a conquista da abertura mas não para garantir sua condição realmente democrática (RODRIGUES, 1992).

Desta forma, os militares foram autorizados, pelas elites e pela “ignorância e passividade do povo” a exercerem seus governos. Assim pelo plano de abertura estabeleceram-se os rumos e os limites das ações das classes dominantes e determinaram as condições para a ocorrência das ações das classes populares de forma a não lhes causar quaisquer transtornos.

O fim da ditadura não ocorreu como forma de regalo à sociedade brasileira. Esta, embora coberta pela cinza da ditadura, continuava viva e não deixou de se apresentar em suas buscas, cavando espaços e exigindo formas mais democráticas para se construir a nação brasileira. A crise econômica e alguns fatos políticos como o caso Rio-Centro, que teve o envolvimento de militares que ficaram impunes, contribuíram sobremaneira para que a ditadura militar findasse.

Mas para que os militares entregassem o poder aos civis muito havia para ser feito. Nas lutas para que se restabelecessem as eleições diretas para presidente, as classe dominantes trataram de promover contatos e acordos com a oposição, e salientaram suas preferências. Neste contexto “de simpatias” Figueiredo aceitava conversar com Tancredo Neves, que fez coligação com José Sarney, para concorrer nas eleições indiretas com Paulo Maluf. Neste clima, nasceu, nas palavras de Tancredo, a Nova República. Mas com a sua morte o governo coube a José Sarney. Por isso, a “Nova República” foi marcada pelo domínio de velhas ( e conhecidas ) políticas de clientelismo e corrupção, realidade que frustrou e desiludiu os brasileiros.

José Sarney herdou da ditadura, um Brasil sucateado e à beira do abismo. No que diz respeito à educação havia toda sorte de descabros. Até 1983, segundo censo da época, havia mais de 60 milhões de analfabetos e

semiletrados e a tendência marcante era a privatização do ensino que já vinha com o incentivo desde a ditadura.

Todavia, se as mazelas deixadas foram grandes, em contrapartida o movimento histórico produziu, no contexto da luta de classes, algumas situações novas e promissoras para as classes populares e para a viabilidade da democracia. (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 221).

Segundo Ghiraldelli Jr. (1990), os partidos progressistas desenvolveram em seu interior, políticas educacionais e pedagogias mais claras e definidas; os movimentos sindicais do professorado são redimensionados; as entidades ligadas às atividades dos trabalhadores da educação começaram com movimentos reivindicatórios e grevistas com organização e dimensões jamais vistas nesta categoria. Também foi notória a ação dos sindicatos com seus adeptos politizados e com poder de atuação revigorado. A organização de intelectuais e teóricos tomou força e várias conferências brasileiras de Educação foram realizadas para diagnosticar, criticar, discutir e buscar novos rumos para a educação do país. Neste contexto, as produções teórico-científicas foram revisadas, assumindo a partir de então o ideário progressista. Os vários programas de Pós-Graduação em Educação colocaram em prática enorme quantidade de estudos científicos e conseqüentemente houve aumento das publicações. Aumentaram e diversificaram as revistas ligadas à educação.

Nos anos 80, especialmente 1983, houve grande número de encontros para debater, discutir, analisar e propor a reformulação dos cursos formadores dos educadores e dos recursos humanos para a educação.

A revista *Veredas* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo publica alguns debates que ocorreram no ano de 1983. Em julho deste ano, ocorreu na XXXVI Reunião Anual da SBPC debate promovido pela Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador em São Paulo. No mês de outubro, no Encontro Estadual, a Comissão Estadual de Goiás reuniu-se para discutir a Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos da

Educação e em novembro esta temática fez parte dos debates do Encontro Nacional promovido pela SESu/MEC quando reuniu educadores e educandos de todo o país em Belo Horizonte.

A exemplo destes encontros para debates e discussões, nos próximos anos ocorreram outros momentos de grandes embates com formulações de propostas e garantindo a participação efetiva de entidades sérias e comprometidas com a educação nacional. O objetivo era contribuir efetivamente com os constituintes e mobilizar o país em torno da seriedade com que deve ser tratada a educação brasileira.

Este quadro, embora positivo, não resolvia os problemas cruciais relativos à educação e ao ensino no Brasil. Esperava-se que com a promulgação da Constituição em 1988, logo fosse elaborada uma nova Lei de Diretrizes e Bases para educação Nacional. Os educadores e suas entidades representativas se mobilizaram para oferecer suas contribuições. Mas a nova LDB levou oito anos em tramitações e discussões e ao ser promulgada, levava a herança de negociações, interesses, gastos e privilégios políticos.

É inegável a apresentação de avanços em vários setores da educação e do ensino brasileiro. Porém, algumas áreas que ao longo da História da Educação e do ensino que sempre apresentaram deficiências, não tiveram soluções com a promulgação da lei 9394/96. Um dos pontos nevrálgicos da educação brasileira é a formação docente e este aspecto se torna calamitoso quando se refere à educação básica do ensino fundamental.

A LDB nº 9394/96, em seu capítulo VI que trata dos **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**, fixa no art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida com formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (CARNEIRO, 1999, p. 145).

A formação de professores sempre foi (e ainda é) aspecto da maior importância para a educação básica. O ideal sempre foi que os professores fossem portadores de formação adequada em nível de graduação, pelo menos. A realidade brasileira, complexa e adversa, contribuiu para que “pessoas de boa vontade”, pessoas mal sucedidas em outras profissões, ou qualquer um acredite ser portador de “qualificação” para ser professor. O processo educativo tecido por leigos no Brasil é uma realidade que assusta e exige que atitudes sejam tomadas.

A LDB de 1996 tentou elaborar uma estratégia que forçasse a formação do docente para a educação básica e determinou a “criação de institutos superiores de educação” os quais seguiriam as orientações regulamentadas pelo art. 63 da mesma lei. Assim, por força da LDB, o técnico em magistério que formou até agora, os professores para primeira fase do ensino fundamental foi extinto, pelo menos nas grandes metrópoles. A lei trouxe de volta a denominação Normal, que havia sido extinta pela Lei 5.692/71 que estabeleceu o técnico magistério. Para que se garantisse o cumprimento da LDB de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1999, pelo Decreto 3.276/99 estabelece que “professores devem ser formados, exclusivamente, em cursos normais superiores, uma modalidade que não existe nas faculdades e universidades brasileiras”(RAINHO, 2000, p. 22).

A lei procurou definir a organização dos institutos superiores de educação, os quais são apresentados como instituições de caráter profissional que objetivam a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica. Os cursos que podem ser oferecidos são: Curso Normal Superior – para formar docentes da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, curso de Licenciatura – para formar professores das séries iniciais do ensino fundamental e do ensino médio; programa de formação Continuada – para a atualização profissional dos docentes da educação básica;

Programas de Formação Pedagógica para alunos do ensino superior que não estejam cursando licenciaturas específicas do Ensino Fundamental, Médio ou Profissional; Programas Especiais de Formação Pedagógica – oferecidos aos portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar disciplinas ou áreas de conhecimento nas séries finais do Ensino Fundamental, Médio ou Profissional de nível técnico e Pós-Graduação, indicada àqueles já graduados que objetivam atuar na Educação básica. Esta formação será de caráter profissional (CARNEIRO, 1999, p. 146-147).

A partir da proposta da lei, os Institutos Superiores de Educação apresentam-se como a solução para todos os problemas da formação e preparo docente do País. Mas é preciso considerar que o Brasil se apresenta multicontextual em suas diferentes regiões, além do que, já existe uma intensa crítica nas universidades, que vem se acumulando ao longo dos anos, sobre a formação de professores. Evidenciam-se vários aspectos que apontam para as deficiências na formação docente e para a necessidade de propostas e projetos coerentes e articulados pelo próprio MEC.

Os institutos Superiores de Educação podem vir a ser o espaço apropriado para a implantação de propostas ( ... ). Mas para isso eles não podem ser concebidos como um mecanismo paralelo à universidade e como uma alternativa que teria vindo resolver um problema para cuja solução a universidade se revelara incapaz (SAVIANI, 1998, p. 221).

No momento em que se cogita a implantação da lei, no que se refere à formação docente, iniciam-se também as polêmicas e controvérsias em torno da questão.

Diante do decreto 3.276/99, o Curso Técnico Magistério (que recupera a nomenclatura Normal pela nova LDB) deve acabar, pelo menos nas grandes metrópoles e os cursos de Pedagogia, mais uma vez, vêem sua identidade questionada. Ambos os cursos perdem o status de formadores de docente para o ensino fundamental.

Mas o decreto consegue instaurar reações diversas em todo país em torno de suas determinações. O Conselho Nacional de Educação vinha debatendo a formação do docente de forma a cumprir o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o qual afirma que só serão admitidos, a partir de 2007, docentes com nível superior para atuar no magistério da educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental. Em questão: reformula-se a licenciatura em Pedagogia ou cria-se outro tipo de graduação?

Segundo a interpretação de muitos educadores e estudantes do curso de Pedagogia, o decreto 3.276/99 causa revolta e indignação.

O caderno Campus do Jornal Estado de Minas traduziu a insatisfação nos meios estudantis ao abrir a manchete AI-5 da Educação – comparando o Ato Institucional número 5, nos tempos da ditadura, ao “golpe” praticado pelo decreto 3.276 (RAINHO, 2000, p. 22).

Inúmeros especialistas se apresentam inconformados, como é o caso de Vera Lúcia Alves Brito, coordenadora de Pedagogia da FE da UFMG.

“Há 15 anos o curso de pedagogia forma os professores das séries iniciais, oferecendo uma formação mais ampla, que não restringe ao ensino de metodologias de ensino. Por que não permitir que a formação de professores continue assim?” (...) A proposta dos cursos normais superiores fala na possibilidade de carga horária reduzida, chegando a metade do tempo de formação do pedagogo (RAINHO, 2000, p. 23).

Os cursos normais superiores reabilitariam a Licenciatura Curta que fora criticada até sua extinção? A pedagogia foi excessivamente criticada nos anos 80 pela formação marcadamente técnica e sem visão de conjunto. Os cursos Normais Superiores, tal como foram propostos, não estarão refazendo o caminho já superado?

Nem tudo estava definido. O decreto enfrentou oposição no Congresso, onde entre os descontentes, um grupo deu entrada a um processo alegando inconstitucionalidade e outro simplesmente susta o decreto na Câmara. Em agosto de 2000, foi estabelecido que se modificasse na lei a exigência de

formação exclusivamente por Escolas Normais Superiores para a sugestão de que a formação se dê preferencialmente realizada por tais instituições.

A polêmica e a insatisfação instaladas não chegam ao fim. É certo que para resolver o problema da formação docente não basta transferir o curso normal para Universidade. Há muito o que se decidir, e, o que se espera é coerência, profissionalismo e compromisso de todos os envolvidos de modo a não gerar prejuízos para educação de modo geral e nem para os profissionais que dela fazem parte.



## Capítulo III

### *A DESCONTINUIDADE DA ESCOLA NORMAL EM GOIÁS*

No terceiro capítulo deste trabalho o que se pretende é historicizar, mesmo que minimamente, o Estado de Goiás e sua educação enquanto contexto marcado por um discurso que dizia compreender a necessidade da formação docente e a concordância com a implantação e manutenção da Escola Normal. A intenção é possibilitar a compreensão de como a Escola Normal goiana, vivendo uma história e uma prática marcada pelo descaso e pela descontinuidade, influenciou o surgimento e a trajetória de Escola Normal em Rio Verde.

#### *1. Considerações históricas sobre Goiás*

Desde 1570, época em que o rei de Portugal proibiu a caça e o aprisionamento de índios nas proximidades das cidades do litoral brasileiro, os paulistas, famosos “desbravadores” por suas entradas e bandeiras, decidiram buscá-los nos sertões, onde não havia fiscalização.

Partiram para os longínquos sertões do norte do País, principalmente nos Estados do Amazonas e o Pará e na confluência dos rios Tocantins, e Araguaia, em terras que eram goianas e que atualmente, pertencem ao Estado do Tocantins (FERREIRA, 1990, p. 31).

As terras goianas foram descobertas, logo no primeiro século de colonização brasileira, período em que aventureiros de diversas expedições, “entradas”, “descidas”, “bandeiras” percorreram parte do território goiano. As entradas “eram expedições oficiais, organizadas pelo governo com o objetivo de explorar o sertão, dentro dos limites do território português, estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas (Cotrin, 1995, p. 101). Palacin (1975) sugere que as descidas eram expedições fluviais religiosas, principalmente jesuíticas que

embrenhavam para o interior através dos rios Tocantins e Araguaia, com objetivos missionários. E as bandeiras eram expedições organizadas militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada participante entrava com uma parcela de capital, que representava comumente, um certo numero de escravos (PALACIN e MORAES, 1975, p. 9).

Entretanto, inexistem informações confiáveis que, realmente, validem estes fatos.

Estas expedições, organizadas principalmente na Bahia, centro então da colonização, eram umas de caráter oficial destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais, e outras empresas comerciais de particularidades organizadas para captura de índios (PALACIN e MORAES, 1975, p. 6).

No decorrer do século XVII, muitos registros efetuados faziam referências a inúmeras bandeiras e descidas que passaram por Goiás. As bandeiras paulistas que objetivaram a captura e aprisionamento de índios, cada vez mais escassos, quase sempre iam até o extremo norte do antigo estado de Goiás, na região do Estreito.

A primeira bandeira, que partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593) (PALACIN e MORAES, 1975, p. 7).

Também se têm notícias da expedição de Sebastião Marinho, que chegou ao alto do rio Tocantins e conseguiu descobrir riquezas minerais (Ferreira, 1990).

Houve outros tipos de expedições que vieram para as terras goianas. As “descidas” dos jesuítas ocorreram através do Estado do Pará. Os Jesuítas estruturaram um sistema altamente eficiente para o aldeamento e acumulação dos indígenas e então, organizaram expedições fluviais, que via rio Tocantins, chegaram a Goiás.

É interessante observar que os bandeirantes e os jesuítas objetivavam tão somente a exploração e a colonização. Nenhum tinha intenções de fixar-se em terras goianas e/ou criar povoações.

Por este motivo, costuma-se atribuir a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, o título de descobridor de Goiás. É sabido e comprovado que ele não foi o primeiro a chegar em Goiás; mas foi quem, primeiramente, o fez com o objetivo de fixar e estabelecer residência com a família em terras goianas.

No contexto que a história brasileira foi registrada através dos ciclos econômicos, a história de Goiás teve início no ciclo do Ouro.

A ocupação de Goiás se deu, primeiramente, na região do Rio Vermelho, onde fundou-se o arraial de Sant'Ana, que algum tempo depois foi denominado Vila Boa e mais tarde, tornou-se a Cidade de Goiás, a qual, por duzentos anos, foi a capital do território.

Nos arredores de Sant'Ana, inúmeros outros arraiais foram surgindo, principalmente, nas margens de córregos e rios transformados em centros de garimpo. As notícias sobre as riquezas das minas recém-descobertas chegavam às mais longínquas localidades, causando furor e grande corrida, de pessoas de diferentes partes do país para as terras (e minas) goianas.

O povoamento em Goiás, em consequência da mineração do ouro, ocorreu de forma irregular e instável, sem qualquer planejamento ou ordenação. Onde fosse encontrado ouro, ali surgia a povoação. Quando se esgotava o ouro, a povoação desaparecia. Nos primeiros vinte anos de exploração, Goiás foi percorrido e vasculhado por grande número de bandeiras.

Neste período de exploração aurífera, dois terços do atual Estado de Goiás permaneceu sem nenhuma povoação. A ocupação humana nas zonas despovoadas, se deu pela expansão da pecuária e da lavoura de subsistência nos séculos XIX e XX.

Goiás, que pertenceu à Capitania de São Paulo até 1749, tornou-se capitania independente à partir desta data. Em seu aspecto social Goiás foi enfático na distinção entre as pessoas livres e escravas. Durante o início da colonização e exploração das minas, os escravos predominavam em número.

Mais tarde, com a decadência da mineração, diminuíram os escravos e aumentou o número de pessoas livres. Diante deste quadro, a população goiana era composta basicamente por negros e mulatos, os quais eram numericamente superiores aos brancos.

É interessante ressaltar que durante o período aurífero em Goiás, houve a supervalorização do “mineiro”. Este título pertencia àqueles que eram proprietários da mina. Era considerada a profissão mais honrosa e que oferecia maior status social, o que não ocorria com o “roceiro”, que era profissão desprezada e sem nenhum prestígio.

A administração da província sempre foi entregue à minoria branca portuguesa, a qual concentrava todo poder e toda riqueza. Para muitos estudiosos, aí se formou o germe do futuro coronelismo goiano, que marcou épocas posteriores. Esta minoria branca que esteve em evidência na época do ouro em Goiás, com a decadência da mineração migrou para outras regiões, quase desaparecendo das terras goianas.

Goiás foi segundo produtor de ouro do Brasil, bastante inferior a Minas – aproximadamente 1/6 – e um pouco superior a Mato Grosso – talvez 10/7 – (PALACIN e MORAES, 1975, p.23).

O apogeu da mineração não durou muito. Ser rico durante este período era possuir mais de 250 escravos, o que não era difícil. Com esta soma os “mineiros” se faziam poderosos. Através da mineração, não houve em Goiás a formação de uma classe média com condições para agir com autonomia. O fato é que, mesmo entre os brancos, a pobreza era geral e somada com a ignorância, o analfabetismo e às péssimas condições de sobrevivência apenas caracterizam o contexto da província de Goiás e Brasil.

Pouco deste ouro ficou no Brasil, nada ficou em Goiás. Em virtude do “pacto colonial”, ( ... ) os produtos do Brasil iam para Portugal que os vendia para o exterior; Portugal, em troca, enviava para o Brasil homens, administradores, exércitos, produtos comerciais, sobretudo produtos manufaturados.

( ... )

Em Goiás, em 1800, além dos antigos índios, havia mais de 50.000 hab., havia cidades construídas, estradas e caminhos, fazendas em produção. O capital que pagou tudo foi o ouro, e isto é o que ficou para Goiás da época do ouro (PALACIN e MORAES, 1975, p. 24-25).

Com a decadência da mineração, os governos da província e do Brasil tomaram várias medidas administrativas, mas não alcançaram qualquer êxito. A tentativa de encontrar outro produto que gerasse lucro fácil, com o ouro, fracassou. E a sociedade goiana entra em decadência junto com a decadência do ouro, provocando, segundo Palacin e Moraes (1975), a ruralização e a regressão a uma economia de subsistência resistente a qualquer tipo de progresso ou evolução.

O mal mais profundo da decadência, e que está na raiz de todos os outros, é o desprezo pelo trabalho, o gosto da ociosidade. (...) trabalham, portanto, o indispensável para não morrer de fome. O mesmo faziam os negros forros; se como fiscores num dia conseguiam o necessário para alimentação da semana descansavam o resto do dia (PALACIN, 1976, p. 198-189).

## *2. A educação goiana no período colonial*

Durante a colonização do Brasil a educação ficou sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, a qual atuou de 1549 a 1759, época de sua expulsão do Brasil e de Portugal.

As entradas de padres jesuítas rumo aos sertões de Goiás aconteceram através da cidade de Belém, subindo o rio Tocantins. O objetivo precípua dessas entradas era a busca de índios para o aldeamento e catequese.

Os jesuítas, obedecendo a ordens régias, atuavam como administradores espirituais das aldeias e tinham como obrigações ensinar a Língua Portuguesa e o Catecismo aos indígenas aldeados. Além disso, deveriam cuidar para que os “bugres” trabalhassem nas roças para sua sobrevivência. Nos planos e ações destes religiosos não aparecia qualquer menção sobre o ensinar a ler e escrever, enquanto atividades próprias da escola. O ensino da língua portuguesa se dava

pela prática, na conversação. Também lhes ensinavam orações simples para torná-los cristãos dóceis.

Por estes motivos, não há registros positivos ocasionados pelas missões jesuíticas para as nações indígenas ou para os colonos que se fixaram ao norte da Capitania.

Das experiências realizadas na Capitania de Goiás com as missões jesuítas, (...) se pode concluir que a Companhia de Jesus não fundou nenhuma escola, propriamente dita, nos sertões por eles explorados, como fizeram em outros lugares. Suas intenções eram aproveitar a imensa força indígena existente em estado bárbaro neste gigantesco território, ainda sem dono definido, cristianizando o gentio e treinando-o no trabalho útil das fazendas de engenho e criação de gado, que pretendiam fundar para a manutenção deles, índios, e dos membros da companhia, e para o incremento de seu comércio com outras nações, vendendo o que sobrasse (BRETAS, 1991, p. 23 - 24).

Até 1750, período que coincide com o fim do mandato de D. João V, os jesuítas eram portadores de grande prestígio e influência em todos os domínios da Corte Portuguesa.

D. João V, no final de seu reinado, através de um alvará, concedeu à Ordem dos Oratorianos a incumbência de ensinar. Isto significou, que por alguma razão a Coroa Portuguesa pretendia interromper o monopólio do trabalho jesuítico no ensino.

Na sucessão do trono, assume D. José I que após as tramitações políticas, escolheu para Primeiro Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde, Marquês de Pombal, com todos os poderes de seu antecessor. Por não possuir origem nobre, escandalizou a nobreza. Tinha como objetivo promover profundas reformas em todas as instituições portuguesas a fim de transformar Portugal em uma nação desenvolvida. Político habilidoso, logo conquistou a confiança de El Rei e dominou os nobres.

Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tendo já conseguido o aniquilamento da nobreza, inclui em seus planos a destruição da Companhia de Jesus. Não se conhecem os verdadeiros motivos que levaram o grande ministro a odiar os Jesuítas. Talvez tenha sido motivado por uma antipatia

gratuita, talvez pensasse que a influência dos Jesuítas na Corte, através da qual estes sempre faziam os Reis decidir em favor (BRETAS, 1991, p. 25).

A Capitania de Goiás que só era lembrada por seu ouro e diamante que abastecia os cofres portugueses, não sofreu nenhuma consequência com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil e de todos os domínios portugueses. No Brasil foram fechadas quase todas as escolas até então funcionando, exceto algumas mantidas por particulares e outras poucas religiosas das ordens Carmelita e Franciscana.

Goiás nada sofreu com a extinção da Companhia. Na época desse ato, os Jesuítas que se achavam nas Aldeias de São José e Formiga tinham sido já recolhidos ao seu convento. Não fundaram escolas de ler e escrever em território da Capitania de Goiás. Deve-se lembrar que os jesuítas só fundaram escolas em cidades, vilas e povoações da orla marítima, com exceção de São Paulo onde tinham colégio (BRETAS, 1991, p.30).

Segundo os objetivos da Coroa Portuguesa, o abandono do Brasil era de suma importância. Não era conveniente que a sua colônia mais rica prosperasse no comércio, indústria ou instrução. Por isto, para que não chegasse a um estágio que pudesse almejar sua independência, era mais seguro assegurar-lhe a pobreza, a dominação e a ignorância.

Com a expulsão dos jesuítas, Pombal criou escolas Régias. Estas escolas teriam como professores pessoas leigas as quais formariam os estudantes para atenderem aos interesses e objetivos do Estado Português e não às necessidades da Igreja.

Pombal propôs que fossem introduzidas novidades quanto aos métodos e teorias a serem ensinadas nas Escolas Régias. Mas, nem mesmo ele conhecia o suficiente outras noções novas e válidas que resultassem em um ensino eficiente. O que se sabe, é que para atingir os seus intentos, radicalizou e expulsou os Jesuítas de todos os domínios portugueses. Os professores ficaram sem nenhuma orientação oficial. Não se sabia que método utilizar ou a que livros recorrer no Brasil e em Portugal. Diante deste desatino, os professores ensinavam como

7

tinham aprendido com seus mestres. No Brasil, por esta razão, a proposta de ensino e educação dos Jesuítas sobreviveu, já que era a única base que os colonos conheciam.

De modo geral, a Escola Régia não foi eficiente. Esta escola que deveria ser mantida pelos cofres reais, não recebia a devida atenção e zelo. Os mestres régios recebiam os seus ordenados sempre atrasados, o que os transformava em figuras miseráveis e desvalidas que não conseguiam sustentar suas famílias e saldar seus compromissos. É necessário ressaltar que a preferência, nesta época, era pelos mestres casados e pais de família.

Diante de tais circunstâncias, não se deve concluir que a Escola Régia em Goiás tenha sido um fracasso. Esta seria uma conclusão injusta. As Escolas Régias funcionaram mal, é certo; não deram o resultado que dela esperavam, é verdade, mas houve, sim um saldo positivo, devido à dedicação e ao desprendimento dos mestres principalmente no período inicial, chegando alguns deles a darem de si tudo que havia de energia e zelo, e esgotando-se até a inanição, até a morte (BRETAS, 1991, p. 87).

Segundo Brzezinski (1987), a posição geográfica do território goiano dificultava a comunicação com as outras capitanias mais desenvolvidas e por conseguinte não haviam facilidades na influência do ensino jesuítico ou das aulas régias. Para esta autora, a economia com base na mineração provocou a ausência, a inexistência de uma sociedade coesa e estruturada e, portanto, que não exigia escolas:

O caráter efêmero e itinerante da economia mineira não exigia uma sociedade coesa e estruturada capaz de solicitar, dentre outras instituições, a ESCOLA. O sucesso das minas não serviu como meio de fixação da população; ao contrário. As povoações ( ... ) não tinham nenhum caráter permanente (BRZEZINSKI, 1987, p. 25).

Neste contexto, prevaleciam as grandes extensões de terras, os investimentos de capital eram escassos. O isolamento geográfico contribuía para a pouca utilização da mão-de-obra, a precariedade das estradas e a inexistência de transportes fez da pecuária a atividade econômica mais viável para Goiás.



Assim, a sociedade goiana em estado de pobreza e falência, não conseguiu acompanhar o modelo agro-exportador desenvolvido em outras regiões. As transformações processadas na economia goiana no decorrer dos séculos XVII e XIX não tiveram destaque, pois sua sociedade permanecia “distante e ilhada dos grandes centros. O tempo em Goiás permanecia parado” (BRZEZINSKI, 1987).

Pode-se dizer que na Capitania de Goiás, diante do contexto sócio-econômico-político que predominava, não houve dedicação de ninguém ou qualquer ordem ao ensino elementar. Os Jesuítas eram proibidos pelas ordens régias, os leigos eram impossibilitados, as outras ordens religiosas não encontraram qualquer respaldo:

A falta de um plano global de ensino ou mesmo uma rede regular de escolas, a inexpressiva freqüência às aulas existentes e a irrisória remuneração do professor conduzem à afirmação de que não houve instrução pública em Goiás no século XVII e ela foi embrionária no século XIX (BRZEZINSKI, 1987, p. 27).

### *3. Período Imperial: a educação e a Escola Normal em Goiás*

Em Goiás e em todo país, no período do Império, a educação apresentou-se como fracasso causado por questões econômicas, técnicas ou políticas.

A Independência encontrou Goiás em profunda estagnação econômica e social, pelo desaparecimento de sua economia mineradora e conseqüentemente, pela perda de sua significação Política. (...) em termos de amplitude social do fato, a maioria da população não tomou conhecimento dele, sendo que a Independência significou o descontentamento de segmentos dominantes da sociedade goiana como uma administração que não correspondia mais às suas exigências (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 41).

A partir de 1822, o contexto da Independência do Brasil que caracterizou o Primeiro Império e o período das Regências foi marcado pela disputa e centralização do poder pela Corte e a descentralização do poder nas províncias.

7

Na luta pela centralização do poder, houve a forte influência da ideologia liberal européia. No Brasil, os ideais liberais foram encarnados pela classe burguesa que se posicionou como classe revolucionária que defendia a dignidade e o valor humano, a igualdade de direitos. Toda esta ideologia estaria formando o homem livre que agiria pela livre iniciativa.

Em meio aos ideais liberais, a burguesia dominante se posicionou na defesa da escolarização para todos. O objetivo era formar cidadãos com condições de participar do processo político de forma a fortalecer e consolidar a democracia burguesa. Neste contexto, a escola tornou-se o instrumento indispensável para o estabelecimento da burguesia enquanto classe dominante.

A defesa da escolarização pelos liberais provocou a expansão da escola elementar, que legalmente, deveria ser obrigatória e gratuita. Concomitante a esta preocupação, apareceu a necessidade de formação de “professores primários”.

Para validar estas propostas, foi aprovada a Lei de 15 de outubro de 1827 que determinava a criação de “escolas de primeiras letras” em todas as vilas e lugarejos. Para estas escolas ficou estabelecido que o método seria o “ensino mútuo” ou método de Lancaster. Também sugeria a criação de escolas para meninas nas cidades mais populosas. Tornou-se, diante destas prescrições, evidente o interesse de centralizar o sistema de ensino através de uma “didática” oficial e para a efetivação desta escola surgiram indícios de preocupação com a formação do magistério brasileiro. Porém, o Estado se desobrigou desta necessidade ao estabelecer que os professores deveriam instruir-se a curto prazo e à custa de seus ordenados. Também não se responsabilizou pela manutenção das escolas primárias e secundárias.

Desta forma, a formação de professores passou a ser da competência das províncias. Ficou através deste posicionamento consolidada a dualidade de ensino. Ou seja, haveria o sistema central e o sistema provincial de ensino. O

objetivo era descentralizar o sistema de controle e responsabilidade sobre a escolarização. Porém, as províncias não apresentavam as mínimas condições econômicas e sociais para participarem efetivamente deste processo. Por isso, quase nada realizaram, haja vista que também participaram da confusão que estabelecia como sinônimas a descentralização e a democratização do ensino.

Em Goiás, o ensino mútuo, estabelecido pelas autoridades, foi muito bem aceito, mesmo antes da lei de 1827. Foram encontrados registros de solicitação a D. Pedro I em 1825, quando reivindicavam que a província custeasse o envio de uma pessoa a São Paulo para habilitar-se no método de ensino mútuo.

A pessoa indicada para habilitar-se foi um militar porque, esclarecia o presidente (Caetano Maria Lopes da Gama), outra pessoa poderia se deslumbrar com os atrativos de cidade mais desenvolvida e não retornar a Goiás. A solicitação foi indeferida, mas o Imperador prometeu enviar da Corte para Goiás pessoa apta ao método (BRZEZINSKI, 1987, p. 29).

Havia uma forte pressão para que os professores adotassem o método do ensino mútuo. O professor que adotasse o método oficial era privilegiado com a liberação de verbas para o financiamento de matérias e utensílios escolares e aluguel do prédio onde funcionaria a escola. Mas as concessões que incentivavam a adoção do ensino mútuo continuavam através de bônus financeiro àqueles professores concursados, além de recompensas que atingiam exatamente os pontos mais sensíveis da profissão, ou seja, salário, direitos e vantagens. Para os professores, era honroso adotar o método oficial e atender aos padrões e proposições do Imperador.

As condições financeiras da província de Goiás prejudicaram amplamente a adoção do método de Lancaster:

A escola goiana de ensino mútuo não passou de um pálido e temido arremedo disso tudo. O fracasso do sistema lancasteriano, não só em Goiás, mas em toda parte do Brasil, assim como em outros países, se deu principalmente à indisciplina, gerada pela monotonia dos exercícios e pela incompetência natural e falta de força de comando dos decurões (BRETAS, 1991, p. 150).

Também participou deste contexto, a questão política que perdurou em Goiás. Mesmo após a Independência, a presidência da província e os principais cargos públicos continuaram sendo assumidos por indivíduos portugueses. Somente em 1831, quando eclodiu o movimento de rebeldia “nacionalista”, houve a nomeação de goianos para a presidência da Província.

Em 1835, o primeiro presidente goiano da província – José Rodrigues Jardim – afinado ao que ocorria no Império, criou uma lei específica para regulamentar o ensino primário na condição de público ou particular. Ficava desta forma reforçada a posição, pela qual, o governo central se responsabilizaria pela educação das elites e as províncias cuidariam da instrução popular. Em Goiás, o ensino secundário e superior não existiam.

A lei nº 13, de 1835, estabelecia que a instrução primária contaria de dois graus: no primeiro ensinar-se-ia a ler, escrever, a prática das quatro operações e a doutrina cristã; e, no segundo, a ler, escrever, aritmética até as proporções, a gramática da língua nacional e as noções gerais dos deveres morais e religiosos (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 12).

Através dessa lei, os pais foram responsabilizados pelo preparo e instrução elementar de seus filhos:

Nos termos da Lei, a obrigatoriedade de ensino era posta no sentido de os pais assumirem o compromisso de preparação de seus filhos para que estes pudessem receber uma instrução elementar (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 13).

A preocupação do governo de Goiás em integrar a província no cenário do Império esbarrou em muitos obstáculos. Enquanto as províncias do sudeste brasileiro se preparavam para a expansão do café, Goiás continuava em seu isolamento e inércia. Acreditou-se que o ensino das primeiras letras seria a solução para impulsionar a regeneração do atraso sócio-econômico e cultural “crônico”, da província.

O que prevalecia nesta época era a profunda fidelidade à integridade do Império, por isso os governos central e das províncias e os setores sociais

dominantes somavam forças contra qualquer ação ou movimento que colocasse em risco a ordem estabelecida. No Brasil, as elites do poder temiam o envolvimento de participantes de movimentos com representantes na sociedade brasileira. Estavam certos de que as massas populares não tinham autonomia e liderança suficiente para se organizarem em função de seus interesses. Por isso, era preciso cuidar para que continuassem submissas e com a possibilidade de participação e interferência nas decisões políticas, limitadas.

Quanto ao Magistério, de acordo com a lei,

as condições para assumir as cadeiras limitavam-se a professar a religião católica romana, ter mais de 21 anos, bom comportamento e os conhecimentos exigidos na lei. Não havia preocupação expressa com a formação docente mais especializada. Em relação à Escola Normal o governo provincial não cogitava de sua existência. A habilitação do professor, nos termos da lei, deveria ser feita através de concurso (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 14).

Este quadro prevalecia por a sociedade goiana, por sua característica rural e pelas precárias condições de sobrevivência.

Porém,

(...) era prática usual das famílias abastadas economicamente, ajustar um professor de instrução primária para ensinar seus filhos, as cadeiras de instrução pública elementar existentes eram frequentadas por filhos de pessoas abastadas ou mais esclarecidas (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 14).

No fim do período colonial e nos tempos imperiais do Primeiro Reinado, eram escassos os profissionais liberais formados que viviam em Goiás.

A partir do momento que foi inaugurada a Assembléia Provincial, em julho de 1835, houve a expectativa de que “leis sábias” fossem elaboradas para solucionar vários problemas da província, inclusive o do ensino. Segundo Bretas (1991, p. 171) “o problema estava mais na dificuldade de se encontrar mestres, do que na vontade dos governantes”.

Inúmeros foram os obstáculos para que se efetivasse a instrução em Goiás. Dentre eles, destacaram a distância entre “as aulas” (ou seja, as escolas),

7

a escassez das rendas públicas, a pobreza de grande parte das famílias que não conseguiam sustentar seus filhos fora de casa para que se dedicassem aos estudos, desleixo de muitos pais que, por falta de conhecimento, não percebiam a necessidade da instrução, e há ainda aqueles que, por “em nome do amor”, repugnavam qualquer tipo de estudo.

Em mensagem à Assembléia, no dia de sua instalação ( 01/6/1835 ), o presidente Jardim sugeriu que, para resolver de imediato, os problemas apresentados, que se exigisse dos candidatos ao magistério apenas que

saibam ler, escrever, as quatro operações aritméticas, suficientemente para ensinar, e o Catecismo ou doutrina cristã, e que tenham boa conduta e capacidade para desempenhar as obrigações de mestres, e tenham “ordenados proporcionais ao seu trabalho” ( BRETAS, 1991, P. 172).

Dentre as várias medidas e alternativas para resolver o problema da instrução sem onerar os cofres públicos “são permitidas escolas particulares, independente de licença, desde que seus professores sejam habilitados em exames públicos” (BRETAS, 1991, p. 72).

A província de Goiás persistiu com uma economia centrada na pecuária e com uma produção agrícola praticamente inexistente. A explicação ficava por conta da deficiência dos meios de transporte o que dificultava enormemente a comercialização. Portanto, a Província permaneceu estagnada e isolada, praticamente em todos os aspectos.

Com este cenário, não é de estranhar que Goiás não tenha feito parte da expansão e do desenvolvimento provocados pela lavoura cafeeira.

O período que compreende o segundo Reinado foi caracterizado pela política de conciliação entre o poder central e o poder provincial. Para tanto, os administradores da Província continuavam sendo pessoas escolhidas de fora e os vice-presidentes seriam escolhidos entre os políticos e chefes locais. Desta forma, a luta pela autonomia da Província estava vinculada aos interesses e

objetivos de grupos locais, os quais garantiam sua interferência direta na política local.

Diante deste quadro, a escola pública secundária só foi aparecer em Goiás em 23/2/1847, através da criação do Liceu de Goiás pela Lei nº 9, de 20/6/1846.

O Liceu, em seus primórdios representava a agregação de cadeiras para que houvesse a instrução secundária. Mas a sua existência não foi tranqüila. O Liceu passou por diversas reformas, funcionava precariamente e não conseguia cumprir adequadamente a função de oferecer conhecimentos às pessoas que compunham o quadro administrativo da Província. Sua função propedêutica minguada não oferecia preparo para o Ensino Superior.

As famílias tradicionais tinham o costume de enviar seus filhos aos centros mais evoluídos do país para formá-los, principalmente bacharéis em Direito, e ao regressarem, transformavam-nos em políticos e representantes da política vigente.

Muitas pessoas insistiam que o Liceu deveria transformar-se em internato para servir aos filhos de proprietários rurais. Até então, a escola só atendia a jovens estudantes da Capital. Em função de tamanha insistência, o Liceu foi transformado em internato.

As escolas e o ensino em Goiás persistiam mas não progrediam. Em 1848, o presidente da Província Antônio de Pádua Fleury professou que “a instrução pública só seria bem sucedida quando houvesse a habilitação de homens profissionais em Escola Normal”:

A partir da década de 40 e 50, delineava-se mais claramente, nos discursos dos administradores, a indicação de que a ineficiência da instrução pública devia-se à falta de pessoal habilitado para o Magistério, à precariedade financeira da Província, à dispersão da população, à indisposição dos pais e à inexistência de um sistema de fiscalização das escolas (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 17).

Os legisladores goianos, então, em 1850, enfatizaram que para regularizar o ensino primário seria indispensável uma escola de habilitação para professores além de uma inspeção sistemática e criteriosa da sala de aula.

Em 1858, o presidente Gama Cerqueira afirmou que o melhoramento do ensino primário na província de Goiás dependia essencialmente da formação de profissionais mais habilitados, assim como de reformas graduais de todo o corpo docente do magistério. Para isto seria indispensável a criação da Escola Normal.

Buscando resolver as questões apresentadas pelo ensino, através da Resolução nº 15 de 28/7/1858 foi criada a Escola Normal na Capital da Província para preparar e habilitar os “aspirantes do ensino”. Nesta época não havia interesse pelo exercício do Magistério, pois os salários ou eram irrisórios ou eram inexistentes e além da desqualificação do professor, ainda havia o agravante da composição da sociedade goiana estar assentada em bases rurais e agrárias que não privilegiavam o ensino e a escola.

Com estas evidências, a Escola Normal foi criada legalmente, mas na prática não teve sua instalação efetivada.

Em 1862, depois de a Resolução indicar a criação da Escola Normal, Pereira de Alencastro reconhecia a importância da habilitação do professor para o desempenho de sua função, mas considerava que o curso Normal não era um “ensino meramente prático” e sim “um curso regular de humanidades” que implicava despesas não suportáveis pelos cofres da Província e do Estado que, portanto, não podiam investir na especialização do Magistério (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 18).

Durante este período, foram-se estabelecendo os primeiros esboços de uma escola pública, e a Igreja Católica teve presença relevante no ensino.

(...) para se exercer o Magistério exigia-se a apresentação do atestado do pároco comprovando professar-se a “religião do Estado”. O público subordinava-se ao religioso (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 19).

Na busca de alternativas, o presidente da província, a partir de 1858, empenhou na criação de um seminário que seria anexado ao Liceu. Neste momento também aparecem os primeiros indícios que apontam para a



participação feminina no Magistério. Porém esta participação sofreu restrições e limitações.

( ... ) o regulamento de Instrução Pública e Particular, de 1868, explicita as condições do exercício da função. As mulheres casadas deveriam apresentar autorização do marido para lecionar; as viúvas, a certidão de óbito; as separadas judicialmente, a certidão da sentença comprovando não terem sido a causa da separação. As mulheres solteiras, só podiam ser nomeadas aos 21 anos, se residissem com os pais ou tutores; residindo sozinhas, somente, após 25 anos. Além desses limites, a mulher somente podia lecionar em turmas de sexo feminino, bastante reduzidas (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 19).

Goiás, a partir de 1860, teve uma reorganização política que expressava os interesses das famílias tradicionais em participar da direção e governo da província. Estas famílias eram originárias dos descobridores e povoadores das terras goianas e portanto, compostas por proprietários de terras. Através de casamentos endogâmicos, as famílias iam constituindo clãs familiares assegurados pela pessoa do coronel. Com esta constituição, formaram-se grupos políticos fechados que dominaram política e economicamente Goiás desde o Império até 1930. O controle do Estado, de modo geral, também ficou nas mãos de grandes proprietários de terras ou de pessoas letradas, principalmente, bacharéis em Direito que estudavam em Cursos Superiores nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, preferencialmente, e que ao retornar a Goiás, ingressavam na política e nos grupos de “mando” numa conjugação de interesses.

Permeando esta realidade, a educação de nível superior tornou-se importante para os grupos dominantes, já que os diplomados neste nível estariam aptos a preencher o quadro geral da administração pública do Estado.

Durante os anos 1860–1870, o contexto histórico brasileiro foi marcado por transformações de ordem econômica e política, quando contumazes debates confrontavam ideologias. Para compor o quadro de cotejo houveram: a Questão

Religiosa, a Questão Militar, a Abolição da Escravatura, a Criação do Partido Republicano, para citar os mais conhecidos.

No cenário desta trama, aqueles que defendiam pensamentos liberais e positivistas alinhavam uma educação com a concepção de que esta era essencial na construção da cidadania, insubstituível na produção do progresso da nação e imprescindível no processo de recuperação da sociedade. A responsabilidade da educação cresceu na teia deste período marcado pela inexistência de partidos, mas que teve retratadas diferentes tendências políticas.

No período de 1871-1878, a Província de Goiás foi governada pelo conservador Antero Cícero de Assis que reconheceu a necessidade de formação de professores para que atuassem no ensino da escola primária. Porém, este presidente não viu possibilidade desta formação acontecer através da Escola Normal, porque segundo ele, faltavam professores habilitados para administrar o curso Normal. Como solução, ele sugeriu que se submetesse quem quisesse lecionar aos ensinamentos do Liceu.

A falta de regimento que normalizasse as ações do governo facilitaram o afloramento de sua tendência centralizadora de modo geral e dúbia em relação ao ensino. Ao mesmo tempo que defendia sua necessidade, se desobrigava de sua consecução.

A história que foi construída nos próximos anos orientou para o estabelecimento dos partidos e para a elevação dos liberais, nacionalmente. O partido liberal goiano foi composto por famílias tradicionais, como: Bulhões, Caiados, Fleurys e Siqueiras. Destas família surgiram os liberais clubistas que defendiam a obrigatoriedade do ensino nos termos da Lei de 1835. Os clubistas também não dispensavam a liberdade do ensino, entendida como liberdade e incentivo para a iniciativa particular, que marcou presença principalmente a partir de 1879.

No âmbito nacional, o Segundo Reinado foi cenário para a conciliação entre o poder central e o poder provincial. Neste período ficou acordado que os presidentes das províncias continuavam sendo pessoas escolhidas de fora e para a vice-presidência seriam incorporados os chefes políticos locais. Já neste momento houve muitas discussões que buscavam a autonomia das províncias, porém a atrelava aos interesses de grupos locais que tinham ação de interferência direta na política.

No que diz respeito ao ensino e à educação havia um discurso de preocupação e interesse por parte dos dirigentes políticos. Em 1848, o presidente da província Antônio de Pádua Fleury considerou que a instrução pública alcançaria sucesso somente através da habilitação de "homens profissionais em Escola Normal". Em 1850 em meio aos andamentos para a regularização do ensino primário, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de uma escola de habilitação de professores e inspetores sistemáticos para as salas de aula. O presidente da província, Gama Cerqueira, enfatizou em 1858 que a melhoria do ensino primário estava condicionada ao preparo de um pessoal, somada a uma reforma gradual daqueles que exerciam o magistério. A resposta para esta problemática encontrava-se portanto, na Escola Normal que foi legalmente criada, mas na prática não se efetivou.

As dificuldades para o estabelecimento da Escola Normal foram de dimensões imensuráveis para a época. Uma questão grave era a não existência na Província de alguém habilitado para dirigir a Escola Normal. Então foi solicitado ao Ministro do Império que enviasse alguém para esta função. Segundo Bretas (1991, p. 304) este pedido jamais foi atendido, pois as autoridades imperiais alegavam que havia insuficiência de pessoas entendidas em Pedagogia. A saída foi a insistência em usar o Liceu para o aperfeiçoamento de professores primários e, por mais ou menos vinte anos, não se evidenciou qualquer preocupação com a formação docente.

O quadro da educação e o ensino em Goiás não era animador. Nas escolas públicas a frequência era inexpressiva, e as particulares sequer eram frequentadas. A Igreja Católica exercia presença marcante no ensino onde o público se subordinava ao religioso”.

Seguindo a tendência da época, o grupo dos Bulhões defendia a formação educacional com suportes científicos, a partir do modelo positivista. Para este grupo, o ensino deveria ser leigo e para assumir a face científica era obrigatória a redimensão e a reorganização da Escola Normal, a qual deveria assumir caráter profissionalizante. Acreditavam também que o magistério estava preparado para as condições femininas, já que às mulheres eram postuladas qualidades como brandura, paciência, dedicação e amor (CANEZIN e LOUREIRO, 1994).

Mais uma vez, discurso e prática foram contraditórios. Se por um lado houve o discurso que exaltava a necessidade de uma Escola Normal para formar professores, qualificar o ensino primário sob o destaque da “vocação” natural da mulher para a função docente, houve em contrapartida o descaso com a formação profissional. A partir desta postura as qualidades femininas eram suficientes para suprir as necessidades profissionais. Além disso, as idéias positivistas de profissionalização do magistério eram conflitivas com a concepção científica que tratava sobre o ensino.

Neste contexto de contradições, a mulher foi buscada e apresentada como solução já que os homens se recusavam ao exercício do magistério primário.

No governo do presidente Spínola (1879-1881), foram elaboradas algumas propostas com características mais progressistas no campo da educação. Contudo a Escola Normal não foi de fato instalada e nesta gestão, o sistema de ensino não foi reestruturado.

As matrículas para a Escola Normal não corresponderam às expectativas e durante um determinado tempo ela ficou desacreditada. Em 1886, a Escola Normal foi extinta e o Liceu foi reestabelecido com a cadeira de Pedagogia.

#### *4. A trajetória do ensino e da Escola Normal goiana na conjuntura Republicana*

A segunda fase da Escola Normal caracterizou pelo período de 1903 a 1929. Anexa ao Liceu, formava pouquíssimas normalistas. A partir de 1920 aumentou a procura pela educação escolar e a exigência de investimentos por parte do governo. Com o advento dos grupos escolares e das escolas isoladas, houve exigência de grande demanda de professores primários. Assim houve ampliação do Liceu e da Escola Normal como incentivos à escolarização pública. Porém, de modo geral, o ensino secundário coube à iniciativa privada, que tinha o apoio dos setores governistas.

O crescimento das matrículas na Escola Normal se deu concomitantemente com a expansão da escola primária por causa da exigência do diploma de normalista para o exercício do Magistério nos grupos escolares (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 59)

A partir de 1926, as matrículas e o interesse pela Escola Normal aumentaram. A exigência de normalistas para atuarem nos grupos escolares foi somada à proposta de melhor remuneração, o privilégio de ter nomeação efetiva sem concursos e ainda, o prêmio: um anel de ouro, oferecido pelo governo do Estado, a quem concluísse a Escola Normal.

No cenário brasileiro, fervilhavam discussões e reformas no setor da educação. Os defensores do progresso e da modernidade tentavam estabelecer as idéias escolanovistas como alternativas às práticas educativas vigentes. Goiás, no que tange à educação, respeitava e reconhecia a hegemonia paulista; via na educação de São Paulo, um modelo a ser seguido tanto no aspecto

administrativo quanto no metodológico. A tendência escolanovista praticada por São Paulo estabeleceu parâmetros educacionais para Goiás.

Por volta de 1928, o secretário, César da Cunha Bastos, buscou soluções viáveis para o ensino através da proposta: estabelecer um plano possível de ser executado e para que isso fosse possível propunha uma reforma do ensino, começando pelo preparo dos professores, além das mudanças nas cargas horárias das disciplinas e nos exames de promoção e/ou reprovação.

Os grupos de oposição afirmavam que o fracasso da educação no Estado de Goiás não estava centrado no salário, mas na precariedade do aparelhamento pedagógico. E neste discurso, a figura do professor congregava o êxito ou o fracasso no processo de ensino e aprendizagem, onde subentendia-se que o professor era quem sabia e quem possuía maturidade e poder de decisão sobre os alunos ignorantes e imaturos, carentes de um tutor. O discurso da oposição deixava também implícito que o remédio que solucionaria todos os problemas educacionais seria a formação do professor.

A centralidade na educação, no povo e no professor como elementos fundamentais de constituição do progresso não se dá pela relação crítica com a sociedade, e nem pela profissionalização maior dos educadores, mas numa dimensão estreita de inculcar a “nova” mentalidade dos tempos modernos (VEIGA, 1992, p. 16).

A região centro-sul do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi palco para a expansão da cultura cafeeira e para o desenvolvimento industrial. O café e a indústria expandiram e exigiram mais espaço. Por esta razão, expandiram-se as fronteiras agrícolas rumo ao interior do país. Esta situação fez com que Goiás fosse inserido, enquanto “região periférica do capitalismo” como produtor agropecuário para atender ao mercado consumidor do Centro-Sul. (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p.58).

Estradas de ferro e estradas de rodagem, representando progresso e desenvolvimento interligaram o sul e o sudeste goianos modificando as condições e as relações de trabalho. As forças produtivas progrediram e

construíram um Estado de Goiás mais capitalista. Junto com progresso econômico ocorreu a intensificação do fluxo migratório e o aumento da população. “Estas transformações e o crescimento do aparelho burocrático do Estado fizeram aumentar a procura pela educação escolar” (...) (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 58 –59).

Num momento em que o espírito de transformação foi a marca, buscou-se a educação como instrumento de equalização social. Pela educação, pretendiam-se trabalhar as diferenças individuais de modo a ajustar o indivíduo à sociedade.

Através de atos legais, como a Lei nº 527 de 1916, Goiás se viu inserido nos princípios do escolanovismo o qual estabelecia nova concepção de aluno, professor e currículo em detrimento da concepção tradicional.

Em Goiás, que prevaleciam as influências de toda ordem vindas de São Paulo, se deu também o “pacto eleitoral” que propunha o uso dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado para que os grupos hegemônicos se mantivessem no poder, o que ocorreu até 1930. A escola, enquanto um dos aparelhos ideológicos do Estado, foi chamada a realizar sua função específica: manter e melhorar a sociedade.

Em Goiás houve

... a partir de 1923, um aumento significativo das vagas nas escolas, tanto primárias quanto secundárias. ( ... ) Quanto ao ensino secundário, esta expansão se deu fundamentalmente na iniciativa particular, graças ao aumento do número de escolas nas principais cidades do Estado. Em termos de ensino público, a educação se deu tanto no Liceu como na Escola Normal. (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 59).

Com o advento dos grupos escolares e da escola normal, a preferência passou para as normalistas, que traziam com seus diplomas a prova de competência. Nas localidades onde só havia escolas isoladas e nenhuma normalista, permaneceu a praxe de se nomearem professores leigos. ( ... ) O valor maior estava na idoneidade dos candidatos (BRETAS, 1991, p. 604).

Orientações do governo federal, através de Reformas como a João Luiz Alves e Rocha Vaz, estabeleciam que os estudantes e professores fossem

controlados ideológica e politicamente. Para esse fim foi criada a disciplina de EMC (Educação Moral e Cívica) nos currículos do ensino primário e secundário para “educar” os alunos. Quanto aos professores, em nome de pressupostos de qualidade embasada na ciência e na técnica, o governo preocupou-se com a implantação de uma nova política educacional que tivesse como parâmetro o controle do sistema escolar.

Quanto à Escola Normal, havia um discurso moralizador que resultava em fiscalização dos colégios particulares com excessivo rigor.

No país, de maneira geral,

... o governo desenvolve uma política educacional que tem como parâmetros o descompromisso com a oferta e a manutenção do ensino (contenção) e o empenho em dotar o sistema escolar de uma infra-estrutura de serviços capaz de garantir a presença da ciência na escola (ampliação do controle). No nível operacional, essas diretrizes impõem severas restrições ao sistema escolar, com adoção de medidas que incluem desde corte de salários até o fechamento de escolas (PEIXOTO, 1992, p. 6).

Nestes termos o poder executivo do Estado foi autorizado a reorganizar o Liceu e a Escola Normal. Para o Liceu, foi aberto crédito para as despesas necessárias. Quanto à Escola Normal, esta deveria se reorganizar sem onerar os cofres do Estado. A ênfase apresentada nos discursos centrava a formação do professor como solução para todos os problemas educacionais, já que pela visão positivista, ele era o “elaborador de homens”.

Na prática, haviam muitas dificuldades para o funcionamento da Escola Normal. De 1903 a 1929 a Escola Normal funcionou anexa ao prédio do Liceu e formou pouquíssimas normalistas.

E para que a Escola Normal cumprisse realmente suas funções de formadora de profissionais do magistério, era indispensável libertá-la da dependência do Liceu, sem o que continuaria a ser o estabelecimento inexpressivo, sem vida própria conforme sempre fora, justamente por causa dessa dependência (BRETAS, 1991, p. 516).



Então, em 1926 recomeçaram as conversas sobre a separação do Liceu e a Escola Normal. Esta propôs sua autonomia em seus programas de ensino e horário de funcionamento, embora mantivesse o mesmo diretor. A separação só ocorreu em 1929.

Neste período deu-se o aumento da procura pela Escola Normal. Com a exigência do diploma normalista para ingressar e trabalhar nos grupos escolares, as matrículas aumentavam a cada ano. Além disso, haviam outros incentivos.

( ... ) as matrículas no Curso Normal aumentavam cada ano, devido ao interesse despertado nos jovens para a carreira do magistério nos grupos escolares, e a outros incentivos como a remuneração que fora garantida por lei, e, quem sabe, o anel de ouro que a normalista poderia usar nos dedos, “com uma pedra de ametista, circulada de brilhante, contendo aos lados, em gravação, um livro e uma pena”. Estava, portanto, com todos esses incentivos, valorizado o professor normalista (BRETAS, 1991, p. 515).

Em seguida, ocorreu a crise e a transição política, econômica e social das oligarquias que se revezavam no poder. O grupo oligárquico que dominou a Velha República rompeu com a política “café-com leite” no início de 1930. No Contexto da crise, Getúlio Vargas assumiu o governo do país e logo se transformou num chefe de Estado forte e centralizador, imprimindo em todos os setores da sociedade extremo controle, de modo a criar condições para sua manutenção no poder. Para tal, imprimiu-se como marca de seu governo, um discurso nacionalista e moralizador. A escola e a educação não foram isento.

O período que se seguiu após 1930 foi marcado por intensas crises econômica e política. A crise do café promoveu como consequência o êxodo rural, provocando o crescimento populacional das cidades. Estas estavam passando pelo processo de industrialização. Ao mesmo tempo tiveram que enfrentar a urbanização com uma crescente massa de desempregados de origem rural e imigrante.

Com o surgimento das fábricas, nasceu também a classe operária numerosa, mais politizada pela influência da imigração estrangeira,

conseqüentemente mais reivindicadora. A participação das massas trabalhadoras no cenário político brasileiro era inédita e o governo preocupou-se. Tornou-se necessário criar mecanismo de controle e contenção das massas.

As mudanças, realizadas em sua maioria, entre 1932 e 1935, tem como objetivo ampliar a presença do Estado na escola como forma de garantir uma abordagem científica no tratamento das questões educacionais (PEIXOTO, 1992, p.6).

Vargas, apesar de ter que enfrentar divergências políticas fez o jogo do poder com a sociedade brasileira e aquilo que caracterizava reivindicação popular, ele fazia acontecer. Foi o caso do Ministério da Educação e Saúde que era uma velha reivindicação dos profissionais da área. O seu discurso disciplinador trazia como componente a ênfase na eficiência também da educação.

E permitem ao Estado usá-la como instrumento de controle social, transferindo-lhe, do ponto de vista formal, funções como classificar, hierarquizar, distribuir indivíduos na estrutura social e, principalmente, torná-los aptos à participação. ( ... ) mais importante que aprender a ler, escrever e contar é comemorar o aniversário do presidente, o dia da árvore e outras datas. É desfilar pelas ruas empunhando bandeiras e flâmulas com retratos das autoridades (PEIXOTO, 1992, p. 8).

Com a implantação do Estado Novo, o autoritarismo recrudescceu em defesa de uma política repressora para a “defesa da pátria contra os comunistas” alinhada aos interesses dos governos centralizadores nos diferentes movimentos da história. Em nome da competência, o Estado Novo, garantido pelo autoritarismo constitucional, enfatizou a socialização do aluno e transformou a escola num laboratório de aplicação de seus propósitos. Esta foi transformada numa instituição destinada a “cooperar nas soluções das questões sociais e na difusão de valores civicos” (PEIXOTO, 1992, p.8). Ou seja, a escola deveria se portar como exemplo de instituição a serviço dos interesses oficiais e por isso sua organização e processo de trabalho deveriam estar subordinados aos órgãos de administração do governo.

Com o processo de industrialização, houve a corrida para a busca de empregos nas fábricas e indústrias. Mas a exigência da qualidade da mão-de-obra passava pela alfabetização e pela escolarização. O alto índice de analfabetismo da população brasileira transformou-se no responsável pelo atraso do país em relação aos países desenvolvidos. Então ocorreu o aumento da procura pela escola primária e conseqüentemente aumentava-se a exigência de um maior número de professores formados para o exercício do magistério primário com maior nível de qualidade de ensino. Em conseqüência disso, houve grande incentivo à iniciativa privada para o aumento da abertura de Escolas Normais, como também era proposta a interiorização e ruralização da sociedade e do ensino no país.

Em Goiás, a transição oligárquica e o processo ditatorial de Vargas encontrou em Pedro Ludovico Teixeira a personificação de todos os ideais e interesses da centralização do poder federal. Foi escolhido interventor federal pela nova composição oligárquica centralizadora. Sob a forma de ação revolucionária, Pedro Ludovico, juntamente com civis goianos, arrebatam Goiás pela região do sudeste goiano, atingindo a cidade de Rio Verde no sudoeste. Em 27/10/30, deu-se a ocupação do Palácio do Governo do Estado.

Pedro Ludovico durante o seu governo não promoveu qualquer inovação em nenhum setor. Preocupou em tornar reais as imposições de Vargas e por isso lhe foi característico o discurso moralizador, as ações ostensivamente violentas, onde prevalecia o princípio de que a liberdade significava obediência e ainda as práticas dos jogos políticos que o levassem a ser o vencedor.

#### Quanto à educação

Em Goiás, ( ... ) a política educacional da União foi rigorosamente seguida, porém a educação não permaneceu como meta prioritária de Pedro Ludovico. Comparando-se o período de 1930 – 33 com o início do Estado Novo, observou-se uma retração do setor educacional, porque o interventor concentrou todos os esforços na construção da nova Capital, deixando os demais aspectos administrativos quase que no esquecimento (BRZEZINSKI, 1987, p. 88).

Pelas condições do ensino para o início da escolarização primária, Pedro Ludovico reconhecia a importância da Escola Normal para a formação de professores primários, como a considerava, também o principal veículo para a transmissão das modernas teorias educacionais. Porém, tinha a consciência das limitações, até mesmo impossibilidades do sistema de ensino goiano adotar a proposta pedagógica da Escola Nova.

A educação a partir de 1930, incorporava novos significados e adquiria importância para o ajuste do sistema econômico-político-administrativo do Estado intervencionista. Um dos objetivos deste Estado era formar um exército de trabalhadores que atendesse, em nome do nacionalismo, o interesse capitalistas. Mas, havia o grande problema do analfabetismo que obstaculava qualquer avanço. Assim,

para reduzir o índice de analfabetismo, democratizar as oportunidades de escolarização e concretizar os fins propostos pelo Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, era mesmo necessário preparar os professores de que o Estado não dispunha (NEPOMUCENO, 1994, p. 66).

Diante deste quadro, viu-se a necessidade de uma nova regulamentação para a Escola Normal, de forma a expandi-la em número, rumo ao interior do Estado, como também criar condições e estímulos para gerar maior procura pela mesma.

A ênfase na Escola Normal resultou numa preocupação em regulamentar o Curso Normal e expandi-lo. Um dos objetivos do regulamento foi estimular e facilitar a criação de escolas normais no interior do Estado (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 76).

Os incentivos para a busca da Escola Normal se deram pelo estabelecimento de regras quanto ao exercício do magistério. Nas escolas primárias que houvessem vagas a serem preenchidas, a preferência era por aqueles que portassem diplomas de normalistas. Além dessa preferência, foram criados prêmios para aquelas pessoas que cursassem a Escola Normal.

Nos anos 40, em Goiás, o objetivo maior era apressar a formação do professor leigo e embora houvesse restrições e limitações em relação à idade para o exercício do magistério para o ensino primário, neste período esta exigência foi ignorada. De modo geral, a Escola Normal tornou-se responsabilidade das prefeituras e da iniciativa privada.

Um dos aspectos da política educacional de Pedro Ludovico foi a expansão das Escolas Normais via estímulo à privatização. Na concepção do governo, era necessário promover o aparecimento de novas Escolas Normais sem onerar os cofres públicos (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p.76).

As Escolas Normais particulares, embora sob incentivos, dependiam da autorização do Estado e da confirmação do Ministério da Educação e Saúde. Eram obrigadas a atender às exigências quanto às instalações, prédio e material didático, além de privilegiar um corpo docente com formação adequada, contratado através de concursos e receber remuneração condigna. Desta forma, o Estado se desobrigava de quaisquer responsabilidades sobre o ensino e a formação de professores e se autorizava como fiscalizador e controlador do processo formador e do exercício docente em nome da qualidade.

No cenário político e social que caracterizou o país, Goiás não se achava apto a introduzir a reforma escolar proposta pelo ideário escolanovista por falta de "maturidade intelectual: era um projeto a ser concretizado. Esta postura em relação à escola se dava devido à crença do governo de que ela deveria ser um centro irradiador e construtor de professores em Goiás de forma a atender à "ideologia de segurança nacional, do patriotismo e do autoritarismo" que compunham as diretrizes nacionais da educação que ainda prevaleciam. Assim, todos os apelos eram para a área educacional contribuisse para a consecução do plano de "reorganização dos serviços públicos do Estado".

Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, unidos por identidades históricas, nacionalistas e centralizadoras, passaram a defender a ruralização do ensino como forma de conter o êxodo rural e transformar os homens em

... unidades produtivas e sempre romper com o atraso tecnológico da produção agrícola. Goiás, como um Estado agrícola, (...) deveria ser por excelência, o locus da implantação do ensino rural (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 83).

A partir de 1945, iniciou a campanha pela redemocratização do país:

O Estado de Goiás procurou engajar-se na nova política de redemocratização brasileira, com grandes dificuldades, devido à instabilidade característica do período de transição para o novo regime (BRZEZINSKI, 1987, p. 99).

Neste momento, os discursos sobre a redemocratização do ensino foram retomados juntamente com os princípios incorporados pela Constituição de 1946.

Em todos os Estados foi dada a incumbência de reorganizar seus sistemas de formação de professores "primários" nos moldes da Lei Orgânica do Ensino Normal.(...)

O Estado de Goiás, com suas dificuldades peculiares, tentou seu amoldamento às leis federais a partir de 1947. Contudo, o verdadeiro Instituto de Educação de Goiás, numa ampliação da Escola Normal oficial, surge somente em 1956, como centro de gravidade da formação de professores para o início de escolarização (BRZEZINSKI, 1987, p. 96).

O Instituto de Educação de Goiás em 1948 estabeleceu o tempo de três anos para a formação de professores primários. As demais Escolas Normais adotaram o sistema intensivo de formação em dois anos, cumpridos após o curso ginásial com currículo especial. Este curso Normal de dois anos ficou conhecido como Complementar e era autorizado pela Lei Orgânica do Ensino Normal e pelo Regulamento do Ensino Normal de Goiás (CANEZIN e LOUREIRO, 1994).

Em 1950, o contexto político de Goiás mais uma vez se mostrou em sintonia com a política do país. No quadro eleitoral que representava o processo de escolhas "democráticas" para o governo, venceu Pedro Ludovico em Goiás e Getúlio Vargas foi eleito o presidente do Brasil que volta ao poder "nos braços

do povo”. Ambos pertenciam ao mesmo partido político: PDS (Partido Democrático Social).

Pedro Ludovico realizou um governo marcado pela produção de energia elétrica, construção de rodovias, urbanização de Goiânia e muitos atos de violência. O destaque foi a invasão da Assembléia e o assassinato de um jornalista que lhe fazia oposição. Este cenário deu a Goiás, em âmbito nacional, o título de “terra de bandidos”.

Em 1933 houve o lançamento da pedra fundamental para construção de Goiânia. Em 1937 deu-se a mudança definitiva do governo, embora, do ponto de vista urbano, a cidade estivesse nascendo.

Desde os anos 40, com o “batismo cultural” de Goiânia (1942), enquanto capital do Estado, somada à campanha “Marcha para o Oeste”, a política de ocupação, imigração e o desbravamento das terras goianas, a expansão das vias de comunicação contribuíram para aumentar o contingente populacional e o fluxo de imigração no Estado. Para contribuir com esta situação ocorreram outras realizações nos anos 50, como o início da construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília.

O processo de urbanização provocou a expansão do acesso à escola, fazendo crescer o número de matrículas e dando grande impulso aos cursos ginásial e secundário. A Escola Normal neste período não sofreu nenhuma alteração, continuando em “acomodações acanhadas e provisórias e com reduzido número de alunos”. Em 1951, o governo tentou resolver o problema da baixa procura pelo curso Normal oferecendo bolsas e em 1952, fez convênios com as escolas particulares para “a manutenção do curso de Formação de Professores, subvencionado pelo Estado” (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 103).

Toda a preocupação com a educação e com a política de formação de professores esteve vinculada ao ideário desenvolvimentista e tecnicista que norteou os passos dos governos a partir de Juscelino Kubitschek de Oliveira:

Por esta época, a idéia de planejamento econômico crescia rapidamente, articulada à euforia desenvolvimentista. Cada vez mais afirmava-se a idéia de estreita ligação entre educação e desenvolvimento. (...) Isto levou a que se integrasse o planejamento da educação com o planejamento econômico e social global (BRZEZINSKI, 1987, p. 137 - 8).

Na segunda metade dos anos 50, a marca da euforia desenvolvimentista promovida por Kubitschek imprimiu ao setor educacional brasileiro forte influência norte-americana, a qual já vinha despontando desde os anos 40. Goiás, como era praxe, apresentava-se sintonizado com as propostas dos planos do governo federal. A formação e a função do professor integravam os parâmetros orientadores do desenvolvimentismo e no caso do Estado de Goiás, representavam grande problema. Neste sentido, a orientação para solucionar o problema foi a criação de Escolas Normais e Cursos Normais Rurais nas regiões mais desenvolvidas do Estado. A partir de 1956, na falta de professores formados e habilitados, deu-se início à habilitação de professores leigos para lecionar e exercer funções de lideranças no seu espaço social. Desta forma, em Goiás, a prioridade foi para a formação de professores através de treinamentos nas diferentes áreas de apoio ao ensino. Assim, o projeto de internacionalização da economia que caracterizava o período, oferecia a lógica do tecnicismo para o ensino.

Nessa lógica delineava-se a formulação de uma pedagogia tecnicista que enfatizava a metodologia, as técnicas de ensino, o aperfeiçoamento técnico do docente como expressão de modernização, em coerência com o desenvolvimentismo (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 108).

A fim de estimular a demanda pela Escola Normal, foram criados Cursos Normais Regionais em várias cidades do Estado de Goiás, inclusive a Escola



Normal Regional de Rio Verde com 38 alunos (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 104).

Para atender à determinação contextual da política desenvolvimentista, praticamente ficou estabelecido que à educação cabia preparar técnicos. Esta situação provocou reações e críticas por parte dos educadores que viam nos estudantes seres com senso crítico mais apurado que os profissionais bem treinados e instrumentalizados.

Mas o curso Normal que vinha ao longo da história se mantendo na “corda bamba”, continuava enfrentando problemas com o número de procura e a frequência, principalmente, a masculina.

A preocupação do Estado com a frequência masculina não se prendia ao objetivo específico de preparar homens para a docência primária, mas ao de possibilitar-lhe o acesso ao segundo ciclo secundário e posteriormente, ao ensino superior (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 104).

A função preparatória dos cursos normais para o exercício no magistério primário não atraía estudantes, principalmente, os rapazes. Estes davam preferência para o estudo propedêutico que viabilizasse o ensino superior.

Nesse sentido, o magistério primário apresentava-se como profissão mais indicada à acomodação do padrão “doméstico” ao padrão “profissional”, passando a ser exercido pela maioria da população feminina economicamente ativa, visto que a disseminação de estabelecimentos de “ensino primário” nas comunidades brasileiras foi muito grande nesta época e o período relativamente curto do horário de trabalho docente facilitava aquela acomodação (BRZEZINSKI, 1987, p. 139).

Os anos 60 foram palco para o auge e o declínio do populismo como base política no Brasil.

Em Goiás, o período de 1960 a 1964 teve como governo Mauro Borges Teixeira. A ênfase de sua política foi voltada para as ações e projetos de reformulação da máquina estatal, investimentos na expansão e apoio à agricultura. A política agrária por ele defendida tinha como objetivo incorporar e mobilizar os trabalhadores rurais, inclusive os posseiros para a promoção do

9

progresso do Estado através do apoio aos planos governamentais. No que diz respeito à modernização das máquinas governamentais, Mauro Borges tinha como bases sustentadoras as concepções de desenvolvimentismo e planejamento.

Para a área educacional, o governo de Mauro Borges orientou-se para a realização de experiências com a educação de adultos e propôs que os esforços e ações fossem conjugados entre Igreja e Estado. Também fazia parte de sua orientação a racionalização do funcionamento da Secretaria de Educação e Cultura no que concerne aos aspectos de formação e recrutamento de professores.

Todo o sistema educacional do país a partir de 1961 teve regulação pela Lei nº 4024/61, a qual orientava para a descentralização nacional da educação.

Em Goiás, à luz do discurso sobre a competência profissional, houve a proposta de modernização das relações políticas. Porém, ficou claro que os discursos eram para ser pronunciados e o clientelismo, fortalecido pelos conchavos e apadrinhamentos, era a prática para garantir a nomeação do sem número de leigos que foram transformados em profissionais, não pela formação e profissionalismo, mas pela subserviência ao poder e aos interesses da máquina estatal personificada na figura dos políticos governantes.

CANEZIN e LOUREIRO (1994) referenciam que em nome da qualidade dos serviços prestados pelos professores nas escolas primárias, o governo Mauro Borges firmou convênios com Escolas Normais particulares para garantir a gratuidade do Ensino Normal a quem o procurasse. Ao mesmo tempo, estabeleceu diretrizes para a redução da formação de professores através da Escola Normal, dando ênfase à criação de Centros de Treinamento para o cumprimento da tarefa formadora de docentes para o ensino primário. Esta ação era respaldada pela alegação de que as Escolas Normais eram incompetentes para formar professores, o número de escolas primárias estava em ascensão e

9

para agravar a situação, os professores formados pelas Escolas Normais não atuavam como professores primários, fazendo do Curso Normal um trampolim para a Universidade ou então, utilizavam do status de formadas para arranjar “bons casamentos”:

O centro de treinamento era considerado a fórmula adequada para o tratamento do déficit de professores na medida em que as Escolas Normais não correspondiam às exigências. (...)

O papel dos centros de treinamento seria então, formar professores, em curto espaço de tempo, em condições de dedicação plena ao Magistério (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 121).

Os Centros de Treinamento, enquanto prioridade no campo educacional para a formação de professores, representava a saída para a baixa procura pelas Escolas Normais e fortalecia a concepção de que o profissional é, de fato, formado na prática. Esta postura encontrou ressonância nas propostas dos organismos internacionais com suas políticas de “investimentos” financeiros nos países da América Latina. As medidas da política educacional do governo do Estado, desta forma, sintonizavam com o imediatismo do populismo.

O golpe de 1964 ocorreu no momento em que a burguesia e a classe trabalhadora acirraram a luta em defesa de seus interesses. A condição de classes antagônicas acentuou a diversidade de objetivos e estimulou a sociedade a se posicionar segundo a identidade dos seus interesses.

Desta forma, o novo modelo político que foi instalado no país representou uma ruptura que pôs fim à experiência democrático/populista ensaiada nos anos pré-golpe e fez despontar outra época na história política brasileira. Esta época atendia pelo codinome militarismo, garantido pelo autoritarismo dos atos institucionais que promoviam as repressões para a sociedade civil em geral e especialmente direcionadas aos setores mais intelectualizados, politizados e organizados.

As escolas, os professores e os estudantes em geral representavam para os governos militares grande perigo para ordem e segurança nacional. Por esta

razão, eram alvos de toda ordem de perseguições, torturas e repressões. Era necessário fazê-los silenciar e obedecer.

No quadro político dos governos militares que se iniciou em 1964, a questão escolar foi apontada como uma das grandes preocupações e entendida como um instrumento de intervenção privilegiado tanto na esfera da produção como na esfera ideológica. Sob os princípios da segurança e do desenvolvimento nacional, a ideologia da Escola Superior de Guerra passou a interferir de forma decisiva na reestruturação do sistema educacional (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 129).

Neste contexto, o sistema educacional tornou-se vulnerável aos caprichos do regime militar e nos próximos anos foi alvo de reformas para a adequação de forma a servir aos interesses técnico-burocráticos que marcaram os tempos do militarismo.

Em Goiás, o período de 1971-1975 foi governado por Leonino Caiado. No que diz respeito ao ensino, este estava sob a regulação da Lei nº 5.692/71 que reformulou e implantou a terminalidade dos estudos para o segundo grau, estabelecendo a profissionalização compulsória para todos os estudantes secundaristas. O Curso Normal, neste contexto, foi legalmente descaracterizado como formador do professor primário.

As condições de desenvolvimento sócio-econômico que caracterizaram Goiás estiveram acentuadas no crescimento da urbanização do Estado que, conseqüentemente, promoveu o aumento na produtividade econômica. Esta realidade trouxe na bagagem o crescimento da oferta de educação escolar, o que provocou a exigência de aumento no número de professores formados. Pela tendência postulada pelo "progresso" do Estado, houve o incentivo à expansão dos Cursos Normais para as cidades mais populosas.

É interessante ressaltar a orientação encaminhada às escolas e professores para o atendimento do aluno trabalhador nas redes de ensino. Esta orientação era encontrada nos conteúdos de ensino e nos discursos dos formadores dos profissionais para a docência:

A expansão das matrículas nos cursos normais a grosso modo é marcada por uma clientela diferenciada da que predominou até a década de 50. Muito provavelmente, na década de 60, a entrada de uma clientela originária dos setores populares delineia um novo perfil do professor (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p.139).

O Curso Normal, descaracterizado em sua identidade e em condições precárias, continuou cumprindo com a função de formadora de profissionais para o mercado de trabalho oferecido na área da educação. A concepção que imperava era que os problemas educacionais eram resultados da má formação dos professores. Por esta razão, os governantes justificavam a presença e o crescimento numérico dos professores leigos. Toda esta situação serviu como conteúdo para os discursos dos políticos. O que não foi assumido, é que na verdade, este quadro cumpria as diretrizes de uma política orientada para minimizar e restringir as verbas para a educação.

Pela lei nº 5.692/71, o Curso Normal passou por um processo de descaracterização e desprestígio. A proposta governamental de maximizar rendimentos através de mínimos custos de forma a promover maior produtividade, implicou na transformação das escolas secundárias em centros de formação da mão-de-obra. Para atender a esta diretriz, o Curso Normal foi transformado em habilitação de 2º Grau, priorizando as matérias específicas. Desta forma, assumiu um caráter mais pragmático que orientou para o aligeiramento da formação, atendendo desta forma a exigência do mercado de trabalho.

A profissionalização do 2º Grau estabelecida pela Lei 5.692/71 apresentou-se como inovação no setor da educação. Porém, provocou protestos e debates acirrados por parte dos educadores e setores sociais mais conscientes e comprometidos, com o exercício da docência. Em 1982, através de uma nova lei, de nº 7.044/82 eliminou-se a obrigatoriedade e alterou o currículo de modo a retirar a ênfase nas matérias específicas.

No decorrer da história da educação nas últimas décadas, evidenciou-se entre os estudantes e na sociedade em geral, grande desinteresse pela profissão, principalmente para a atuação nas séries iniciais. Isto ocorreu devido, muito mais, aos fatores sócio-econômicos que pela determinação da formação profissional:

... na depreciação do salário real dos professores, o que veio diminuir o interesse pelo ingresso na profissão e provocar a evasão dos professores habilitados, em especial, os das séries iniciais de escolarização, cuja remuneração era e continua sendo a mais baixa (BRZEZINSKI, 1987, p. 191).

O Estado de Goiás ao longo do processo histórico não se desvencilhou das práticas clientelísticas no que se refere à administração da Secretaria de Educação e Cultura. Estas práticas transformaram esta Secretaria num setor de maior quadro funcional público, que enquanto categoria, ainda hoje, é reconhecida como a mais mal remunerada.

Na atualidade, a política educacional goiana apresenta-se alinhada à política nacional. Portanto, na Lei nº 9394/96, são feitas interpretações particulares e sem fundamentos que incentivam a desativação dos Cursos Técnico em Magistério, sem considerar a realidade contextual de regiões que ainda sofrem com a insuficiência na oferta do ensino e educação, deixando, mais uma vez, uma lacuna na formação do professor com nível médio.

## Capítulo IV

### *A SINGULARIDADE DA ESCOLA NORMAL DE RIO VERDE, GO*

Este capítulo constitui o objeto de maior interesse para esta pesquisa. Nele, além de uma visão panorâmica sobre a cidade de Rio Verde, objetiva-se sistematizar dados e informações sobre a singularidade da trajetória histórica da Escola Normal. A pesquisa sobre esta instituição recaiu no período de 1933 a 1974: 1933 foi a data de criação da Escola Normal; 1974 quando foi transformada em Técnico em Magistério por força da LDB nº 5.692/71. Nesse mesmo ano, transferida para o Colégio Estadual Martins Borges.

A cidade viveu os acontecimentos que lhe caracterizaram considerando a sua inserção no contexto histórico brasileiro. Assim, a educação e o ensino rioverdense resultaram da política brasileira para a educação. No caso da escola e do ensino normal observaram-se além da conjuntura local, a determinação legal que vigorou no percurso histórico desde a sua criação até quando todo o ensino secundário foi, compulsoriamente, transformado em ensino técnico-profissionalizante.

#### *1. Aspectos históricos e educacionais de Rio Verde*

Rio Verde é uma cidade localizada no sudoeste goiano, distante em 220 Km de Goiânia, a capital do Estado de Goiás; possui hoje cerca de 110 mil habitantes, conta mais de 150 anos de fundação. No que diz respeito à historiografia da cidade, a bibliografia é parca.

Acredita-se que a origem da cidade esteja ligada ao movimento bandeirante paulista que penetrou a vasta região do sudoeste goiano a partir de

1607 em busca de ouro, prata, pedras preciosas e do aprisionamento de índios para a escravidão.

Assim por volta de 1830, chega aos sertões do Rio Verde, provenientes da Capa Branca, província e bispado de São Paulo, José Rodrigues de Mendonça com sua esposa Florentina Cláudia de São Bernardo, de cor parda, e família. “José Rodrigues de Mendonça era analfabeto e, segundo contam, impiedoso e destemido” (CAMPOS, 1971, p. 14).

O sudoeste goiano se descortinava enquanto vastíssimo império de terras a serem conquistadas e desbravadas. A lei nº 11, de 05 de setembro de 1838 isentava por 10 anos, as pessoas que estabelecessem no território goiano, “do pagamento dos Dízimos de Miunças e impostos da criação de gado vacum e cavalari”. Incentivou assim, a ocupação em massa, dos solos do sudoeste goiano desde meados do século XIX. As atividades mais praticadas eram a pecuária rudimentar que foi iniciada na região por indivíduos originários de Minas Gerais, que também praticavam a agricultura de subsistência. A pecuária era extensiva e desorganizada. A agricultura cabocla privilegiava o cultivo do milho, feijão, arroz, mandioca e, de forma pouco freqüente, a cana e o algodão.

O primeiro passo para a construção da freguesia de Rio Verde provavelmente ocorreu quando, em 1846, José Rodrigues de Mendonça e sua mulher Florentina Cláudia de São Bernardo doam terras a Nossa Senhora das Dores para formação de seu patrimônio e construção da capela subordinada à Freguesia de São Francisco D’Assis dos Anicuns.

Aos poucos foram se reunindo habitantes em torno da Capela de Nossa Senhora das Dores. Estes começaram a reivindicar a emancipação e a criação da Freguesia das Dores de Rio Verde, o que acabou por ocorrer em 05 de agosto de 1848, pelo vice-presidente da Província de Goiás, Antônio de Pádua Fleury.

Resolução nº 6 de 5 de agosto de 1848  
 Antônio de Pádua Fleury, Vice Presidente da Província de Goyaz:  
 Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléia legislativa  
 Provincial Resolvêo, e eu Sanccionei a Resolução seguinte:



Art 1º - A Capella da Senhora das Dores erecta no Districto do Rio Verde e filial à Freguezia de natureza collativa, conservando a mesma denominação.

Art 2º - O Parocho desta Freguezia perceberá a congrua annual igual a dos mais parochos da Provincia.

Art 3º - Servirá de limites à nova Freguezia o Rio Verde além do Turvo desde as suas primeiras vertentes até a sua fóz no rio dos Bois, e por este abaixo até confluir no Parahiba, e por este abaixo até a sua foz no rio Grande, ou Paranhã, e por este abaixo até a sua confluência no rio do Pardo, e por este acima até as suas primeiras vertentes no Espigão Mestre, e dahi por huma linha recta até as primeiras vertentes do rio Grande, cabeceira do Araguaia, que serve de divisão com a Provincia de Matto Grosso.

Art 4º - Não será provida de Parocho a nova Freguezia da Sanhora das Dores, sem que primeiro os seos habitantes promptifiquem a matriz, e a aparamentem com todos os objectos necessarios para a decente celebração de Officios Divinos, e administração de Sacramentos.

ART 5º - Ficão revogadas todas as disposições em contrario. Mando por tanto à todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução desta resolução, pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente, como n'ella se contem. O Secretario do Governo da Provincia de Goyaz aos cinco dias do mês d'agosto de mil oitocentos e quarenta e oito, Vigesimo setimo da Independencia, e do Imperio.

Antonio de Padua Fleury

Para V. Ex. Vêr

Bento José Pereira a Fez

Foi publicada nesta secretaria do Governo aos 5 de Agosto de 1848

O Conego Feliciano José Leal

Registrada no Livro 1º de Leis as fl.

Aurelio Caetano da Silveira Pinto (CUNHA NETO, 1988, p. 37-38).

Diante das características do processo de fundação, Rio Verde não apresentou preocupação com escola ou ensino. Vários desbravadores não tinham o propósito de fixar em solos goianos, pois o objetivo era apenas a exploração através da aventura.

Chegar, trabalhar, enriquecer, mas depois regressar, eram os verbos mais pronunciados pelos aventureiros, e por isso, todas as casas que eles construíram nos arraiais e nos campos, não tinham elegância nem conforto (PIRES, 1998, p.16).

A primeira escola primária de Rio Verde provavelmente foi criada em 1851, mas durante muito tempo o cargo ficou vago, já que não foi encontrado professor qualificado que o assumisse. Até 1856, não foram encontrados

registros sobre a existência oficial de escola para a instrução primária na Vila das Dores de Rio Verde.

Em 1857, com a resolução nº 10 de 9 de novembro foi criada na referida vila uma cadeira de instrução primária, ficando sob a responsabilidade do presidente da província a fixação do ordenado e a obtenção de um professor com as necessidades básicas do lugar (PIRES, 1998, p. 24).

De acordo com os apontamentos de Onaldo Campos (1971) não havia permanência de mestres no cargo de professores primários. Foi registrado que muitos abandonavam a escola, mas não foram descritos os motivos. Durante muito tempo, o ensino foi exclusividade para o sexo masculino. Somente em 1876 foi criada uma escola para o sexo feminino. Neste mesmo ano houve a sugestão para suprimir a escola para ambos os sexos devido à falta de freqüência dos alunos.

A instrução pública chegou a Vila de Rio Verde por volta de 1878. Para freqüentar esta escola os interessados deveriam prestar exames sobre: "leitura, escrita, doutrina, costuras, cartilhas, sílabas e monossílabas". No ano de 1879, haviam 44 alunos matriculados, mas apenas 13 chegaram aos exames finais. A grande ausência dos alunos foi causada pela epidemia do defluxo (gripe) (PIRES, 1998, p. 25).

Em 1882, a Vila do Rio Verde foi elevada à categoria de cidade, conservando os limites já estabelecidos. Pela resolução nº 517, de 07 de julho de 1874, "nenhuma povoação poderia ser elevada à categoria de freguesia à vila ou cidade sem ter primeiro um edifício público para escola de primeiras letras do sexo masculino". Rio Verde possuía este edifício já fazia algum tempo.

Quanto aos aspectos educacionais, Rio Verde se caracterizou por criar e extinguir estabelecimentos escolares com muita freqüência. Em 1910, foi criado o Instituto de Ciências e Letras. Em 1911, este estabelecimento funcionou com 08 alunos e 07 alunas no primeiro ano. No segundo ano, num total 28 matrículas, 13 eram do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Em 1914 foi fundado o Colégio Rômulo Franklin com a concessão de auxílio, pela intendência, de 880 \$ 000 (oitocentos e oitenta mil réis). A Lei municipal de Rio

Verde nº 11 cria em 1916 o regulamento do ensino municipal. Em 1917, com esforços e empenho de alguns “comerciantes e capitalistas da cidade” foi fundado o Instituto “João Pinheiro” que “funcionava em regime de internato e externato e contava com corpo docente de qualidade (CUNHA NETO, 1988, p. 186).

O Colégio São Vicente, dirigido por irmãs de caridade foi criado em 1920.

Foi construído sob a orientação de Samita (Jerônimo Antônio Coimbra), com o dinheiro do povo. Na revolução de 1924, as freiras fugiram de Rio Verde e o povo assaltou o prédio e roubou o mobiliário (20 camas boas) (CAMPOS, 1971, p. 147).

O Grupo Escolar Eugênio Jardim, destinado ao ensino primário, surgiu pelo esforço e empenho dos representantes políticos do sudoeste goiano junto ao poder legislativo. Foi criado com base na lei nº 694, de 27 de julho de 1921, que autorizava a criação de cinco grupos escolares no Estado.

Logo após a instalação do Grupo Escolar da Capital, alguns municípios passaram a pressionar o Governo para que este lhes desse o mesmo benefício. Entre esses contavam-se Catalão e Rio Verde. Tendo sido aquele o primeiro a pleitear um estabelecimento desta ordem (BRETAS, 1991, p. 510).

As primeiras cidades que usufruíram da Lei nº 694 de 27/7/1921 foram Catalão, Bonfim (hoje, Silvânia) e Rio Verde. Catalão cansou de esperar ajuda do Estado para construir seu grupo escolar.

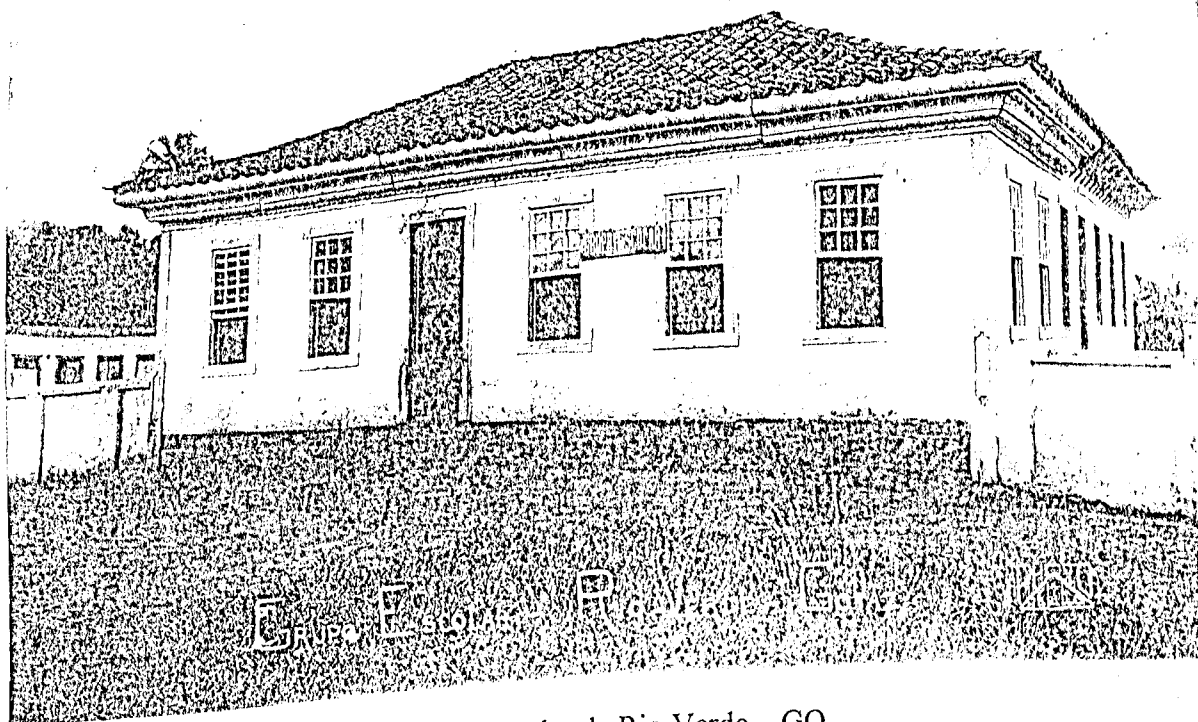
(...) adquiriu uma casa velha, grande, e adaptou-a, fazendo alguns retoques, desmanchando e construindo paredes, até construir 4 salas, desiguais, para aula. Em seguida ofereceu-a ao Governo, apresentado quatro nomes de professores para serem nomeados. Bonfim e Rio Verde construíram prédios próprios, e apresentam também ao governo nomes de professores normalistas para serem nomeados. Os pedidos destas últimas cidades foram aprovados, não acontecendo o mesmo com o de Catalão ( BRETAS, 1991, p. 511).

Esta lei, criou cinco grupos escolares em Goiás, “um na capital, dois no Sul e dois no Norte”. Cada professor deveria receber vencimentos de 200 \$ 000

mensais e o diretor receberia mais 100 \$ 000 mensais como gratificação e deveria ser um dos professores.

O Grupo Escolar Eugênio Jardim, em Rio Verde, foi inaugurado em 26 de julho em 1922, com o nome de Grupo Escolar de Rio Verde, mas foi devidamente oficializado pelo governo do Estado em 1923. Sobre o Grupo Escolar Eugênio Jardim,

sua construção e funcionamento foi no início da década de 1920. Funcionava onde hoje é o Clube dos Bancários à Rua Urcesino Gusmão. Foi transferido para Rua Rui Barbosa onde é o Fórum local, atualmente sua sede é edificada na Rua Costa Gomes, esquina com Laudemiro Bueno. (...) seu nome se deve ao desembargador Sr. Eugênio Jardim, que muito lutou para edificação (PIRES, 1998, p. 79-80).



Grupo Escolar de Rio Verde – GO

Também houve o Colégio Nossa Senhora da Consolação com vagas para externato e internato.

De 1921 a 1924 funcionou o Colégio Nossa Senhora da Consolação. Era dirigido por freiras, que vieram com o Mons. Bruno Alberdi Zugadi, em 12 de maio de 1921. Recebia uma subvenção do município de 4:800\$000 anuais (CAMPOS, 1971, p. 147).

Para substituir o Colégio Nossa Senhora da Consolação depois da revolução de 1924 foi criado o Colégio Novaes de propriedade de Eleuthério de Souza Novais. Em 25 de junho de 1925 foi extinto.

As escolas estabelecidas em Rio Verde não foram gratuitas. As autoridades municipais estabeleciam como e quanto deveriam ser pago nas anuidades escolares, conforme as modalidades internato e externato.

No dia 02/3/1933 ocorreu a instalação das aulas da Escola Normal e Complementar em Rio Verde. Em 30/4/1934 esta foi entregue à Sociedade Anônima que buscou o estabelecimento da Escola Normal, o mobiliário e o material didático necessários ao funcionamento da mesma. Também nesta data foram transferidos a esta Sociedade Anônima todos os direitos para administrar a Escola Normal e Complementar.

Em 1935 foi criado o Patronato Agrícola de Rio Verde. Em 1938 o mesmo passa a ser denominado “Escola Profissional Rural” de Rio Verde, sendo extinta da cidade em 1940, mas foi reaberta na Fazenda Cabeleira (hoje Fama). Funcionava junto a esta escola, a Escola Normal Rural “destinada a formar a mentalidade agrícola indispensável ao progresso material que o país (e o Estado de Goiás) vinha aspirando” (NEPOMUCENO, 1994, p. 142).

Rio Verde em 1940 tinha o ensino ministrado nos seguintes estabelecimentos oficiais de ensino: Grupo Escolar Eugênio Jardim, Escola Normal e escola Profissional Rural.

A cidade contava com quatro pequenas bibliotecas. Uma pertencente à municipalidade e as demais aos estabelecimentos de ensino: Escola Normal, Escola Profissional e Grupo Escolar. Dispunham ainda as citadas escolas, de pequenos museus, nos quais encontravam interessantes elementos dos reinos vegetal e animal (CUNHA NETO, 1988, p. 229).

O interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, pelo decreto nº 124 de 15/10/1948 oficializou a criação do Colégio Estadual Martins Borges, embora sua fundação tenha ocorrido em 04/3/1947. Neste Colégio iria funcionar o curso

ginasial, representando outras possibilidades para quem pensasse em continuar os estudos.

Em 1948, por iniciativa de César da Cunha Bastos que buscou colaboração da comunidade rioverdense, foi construída a Escola Estadual Cunha Bastos. Para mantê-la foi fundada a Sociedade Amigos da Instituição.

Em 1955 foi fundada a Escola Primária Moreira Guimarães, no governo de Sebastião Arantes.

No governo de Paulo Campos, este em conjunto com seu secretário, o professor Waldyr Emerich Portilho, transplantaram para Rio Verde o Ginásio Agrícola de Urutaí. Assim, o ginásio Agrícola de Rio Verde foi autorizado pelo MEC a funcionar em 27/4/1967. O ano letivo iniciou em 02/5/1967. Em 25/1/1968, pelo decreto nº 62178 foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde substituindo assim o Ginásio Agrícola. Nesta Escola foi ministrado o ensino médio concomitante com o Curso Técnico Agrícola, que ofereceu habilitação em agropecuária até 1997. A partir deste ano o Governo Federal, através do MEC e da SEMTEC, começou a reorientar a Escola Agrotécnica para abandonar o Ensino Médio, e se estabelecer apenas como Escola de Formação Profissional Técnica. Em 1993 foi transformada em autarquia, ligada ao Ministério da Educação e do Desporto através da lei nº 8731.

O ensino superior surgiu em Rio Verde como resultado de um movimento comunitário irrompido em 1967 "com o nome de Grupo de Promoção Social". Este grupo se transformou em outro grupo de trabalho denominado ÚNICO (União para o Interesse Comunitário), que dentre outros feitos idealizou a criação de uma Faculdade de Filosofia. A idéia teve pronta aceitação pela população local e em 1968, foi realizado o primeiro vestibular para o Curso Polivalente de Letras Modernas, como extensão da Universidade Católica de Goiás. O Colégio do Sol, em 1968, dispôs de suas dependências para o "Curso Universitário Experimental". ( *Ver Anexo n. 1*). A manutenção do

Curso Superior ficou sob a responsabilidade da SERVE (Sociedade de Ensino de Rio Verde) até o fim do ano de 1970.

Neste ano, já contando com o apoio do Executivo Municipal, entidades de classes, comércio, etc., a manutenção do curso foi entregue à FURV (Fundação Universitária de Rio Verde) e desvinculou-se da Universidade Católica de Goiás, passando à condição de Faculdade isolada (CUNHA NETO, 1988, p. 194).

Com estrutura econômica-financeira insuficiente para sustentar a continuidade de suas atividades, a FURV encerrou sua participação em 1973, transferindo o seu patrimônio à Prefeitura Municipal de Rio Verde, obedecendo a seus estatutos.

O executivo municipal, tendo como prefeito Eurico Veloso do Carmo, criou em 19/3/1973 a Fundação de Ensino Universitário de Rio Verde com mais três cursos Pedagogia, Ciências e Estudos Sociais com Licenciatura Curta. Em agosto de 1973, foi autorizado o primeiro vestibular para estes cursos. A FURV (Fundação Universitária de Rio Verde), por ser uma faculdade isolada, não possuía autorização para utilizar o termo "universitário". Teve, então, sua denominação trocada para FESURV (Fundação de Ensino Superior de Rio Verde) sob a lei de criação nº 1.313 de 15/4/1974. Atualmente a FESURV oferece 12 cursos superiores para graduação, cursos de Especialização Lato Sensu de acordo com a participação e iniciativa das coordenações de cada curso e participa, através de Convênio, do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, com qualificação para Mestrado, com a UFU-MG (Universidade Federal de Uberlândia-MG).

Rio Verde, possui atualmente 3 estabelecimentos de ensino público mantidos pelo Estado para o ensino de 1ª à 4ª série do ensino fundamental, 7 com ensino de 5ª à 8ª série, 3 escolas com ensino de 1ª à 8ª série, 3 instituições trabalham da 5ª série ao 3º ano do ensino médio. São 6 os estabelecimentos particulares de 1ª à 4ª série, 5 os que trabalham com o ensino de 1ª à 8ª série, 5

atuam da 1ª série ao 3º ano do ensino médio e 2 duas escolas trabalham apenas com o ensino médio e preparatórios para vestibular.

O ensino público da rede municipal, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, mantém na zona urbana 14 escolas destinadas à educação infantil, 24 escolas para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries e 6 escolas ministram o ensino de 5ª a 8ª séries. Dentre estas escolas, 4 delas mantém classes de aceleração. Também através da Secretaria Municipal de Educação é desenvolvido o projeto "Educar para Crescer" voltado para a educação de jovens e adultos. Este projeto dispõe de 13 escolas destinadas à alfabetização e ao ensino fundamental e mais 6 escolas que oferecem o ensino médio. Nos distritos, em 2 escolas há a oferta de educação infantil, 2 estabelecimentos ministram o ensino de 1ª à 4ª séries, e também 2 escolas são destinadas ao ensino médio. Sob a administração da Secretaria da Educação encontram-se 10 creches e nelas é oferecida educação infantil. Na zona rural, a rede de ensino municipal mantém 28 escolas com ensino fundamental de 1ª à 4ª séries e 6 escolas para o ensino de 5ª a 8ª séries.

Atualmente, Rio Verde é um município que apresenta grandes possibilidades. Caracteriza-se por ser região de imigração com perspectivas progressistas por fazer ligação com os grandes centros do país. Além da marca da agropecuária como atividade econômica de peso, o município já está se transformando em centro industrial e atrai inúmeras indústrias.

Considerada como uma cidade em franco desenvolvimento Rio Verde é área estratégica em vários aspectos da economia, segurança e política. Com a instalação das indústrias, o contingente populacional está aumentando e a faz crescer desordenadamente, aumentando o contingente de mão-de-obra, desemprego, miséria e violência. Também fazem parte deste contexto, as transformações culturais que modificam a fisionomia da cidade e alteram os valores, os costumes, fazendo despontar uma história multirregional.



Neste contexto, cada vez que se necessita de dados, documentos ou qualquer referencial histórico-documental encontram-se grandes barreiras. Muitos fatores são responsáveis pela inexistência de levantamentos documentais e críticos sobre a história de Rio Verde em suas diferentes abordagens. O caso da História da Educação não é diferente. O que se encontra em alguns poucos documentos históricos sobre a cidade são apenas menções dos nomes das escolas e as datas de criação e/ou extinção das mesmas. Quase nunca se referem aos professores e sua formação, e nada se encontra sobre sua ação pedagógica e educativa.

## *2. A Instalação da Escola Normal em Rio Verde*

Na realização desta pesquisa, para conseguir informações sobre os aspectos pedagógicos e educativos, foram realizadas consultas aos arquivos da Escola Estadual do Sol, a documentos e materiais iconográficos que pertenciam à dona Othília Emerich, os quais foram encontrados na biblioteca particular do Professor Waldyr Emerich Portilho. Também foram realizadas entrevistas com ex-alunas e ex-professoras da Escola Normal de Rio Verde. Logo após a realização das mesmas, em uma agenda, eram feitas anotações de alguns pontos relevantes ou lembranças que se fizeram importantes no momento da entrevista. A escuta da fita, primeiramente ocorria logo em seguida à entrevista, para lembrar e fixar detalhes. No momento da transcrição, a opção inicial foi por transcrever na íntegra as falas sobre os temas abordados na entrevista. A seguir, a fala da entrevistada foi reorganizada, retirando alguns vícios ou dando-lhe uma ordenação mais formal. Todo este trabalho ocorreu em função da compreensão de que a transcrição acaba por se tornar uma interpretação, uma recriação dos diálogos estabelecidos durante a entrevista.

A Escola Normal e Complementar de Rio Verde S/A foi fundada pela iniciativa particular do professor Aristides Patrício de Araújo e foi por ele dirigida nos seus dois primeiros anos.

O estabelecimento da Escola Normal e Complementar se deu através de uma sociedade civil sob a forma de anônima em 02/3/1933. Esta instituição seria regida por um estatuto e pela legislação vigente no país. O ato de sua criação ocorreu quando Oscar Campos Júnior era o prefeito interino. Nesta ocasião, o prefeito acumulou a função de Inspetor Escolar. Os professores autorizados a lecionar para os (as) alunos (as) da Escola Normal e Complementar eram, na maioria, profissionais liberais como engenheiro civil, advogado, promotor público que concordavam em colaborar para a redução do analfabetismo. Este era o discurso dos governos federal e estadual, que diziam precisar preparar o espírito patriótico. Também haviam normalistas que trabalhavam as matérias mais específicas.

Examinando a ata de instalação das aulas da Escola Normal e Complementar, foi observado que foram matriculados (as) na Escola Normal, no 1º ano, em 1933, um total de 18 candidatos, sendo 5 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Na Escola Complementar, no 1º ano, o total de matrículas foi de 13 alunos (as). Do sexo masculino haviam 4 e do sexo feminino foram 9. *(Ver anexo n.2)*

O corpo docente da Escola Normal e Complementar foi organizado de acordo com o artigo 3º do Regimento do Ensino Normal do Estado, como ficou determinado pelo regimento da escola.

Através da ata de entrega e recebimento da Escola Normal, em 30/4/1934, o diretor, professor Aristides Patrício de Araújo entrega a Escola Normal de Rio Verde à Comissão Administrativa Interina, bem como todo o material didático e utensílios da mesma escola. *(Ver anexo n.3)*.

A Sociedade Anônima que foi fundada para administrar a Escola Normal tinha como função fundar e manter um estabelecimento modelar de Ensino, nos graus primário, complementar e normal para ambos os sexos. A admissão dos (as) estudantes poderia se dar sob a forma de internato, semi-internato e externato. A instituição fora criada por tempo indeterminado e o regulamento da sociedade anônima determinava que ela não podia ser extinta. Em caso da possibilidade de extinção, obrigava-se o repasse do patrimônio para um estabelecimento municipal que apresentasse finalidade semelhante. Compunha a Sociedade Anônima, 78 acionistas, com ações nominativas no valor de cem mil réis (100 \$00).

Os documentos sobre a Escola Normal revelaram que a diretoria da escola foi formada por 4 membros: diretor geral, diretor técnico, secretário e tesoureiro. Seriam eleitos por dois anos, podendo ser reeleitos. A princípio, ficou estabelecido que o Diretor Geral e o Tesoureiro não receberiam vencimentos, já que seus serviços eram considerados de relevância para a sociedade. O diretor técnico e o secretário receberiam os ordenados mensais de 450 \$ 000 e 260 \$ 000 respectivamente, sendo obrigados a ministrar pelo menos 3 aulas no Estabelecimento da Sociedade. Exigia-se que estes cargos fossem ocupados por pessoas que fossem ou que viessem a ser professores.

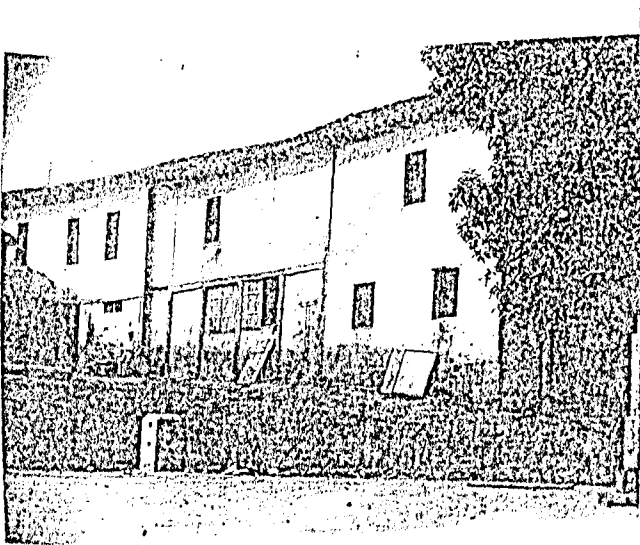
No dia 21/5/1934, em virtude das inúmeras dificuldades e transformações, deu-se a transferência da propriedade da Escola Normal à população rio-verdense. Deu-se a entender que as grandes transformações ocorreram em função do "novo aparelhamento" da instituição.

Para a abertura e funcionamento da Escola Normal de Rio Verde, dona Java Leão Arantes, rememorando, informou que o prédio foi cedido pelo senador Martins Borges, e que tal imóvel era utilizado como lugar pousos de viajantes, com carros de bois, que iam à Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) e ao Triângulo Mineiro fazer compras de suprimentos em geral.

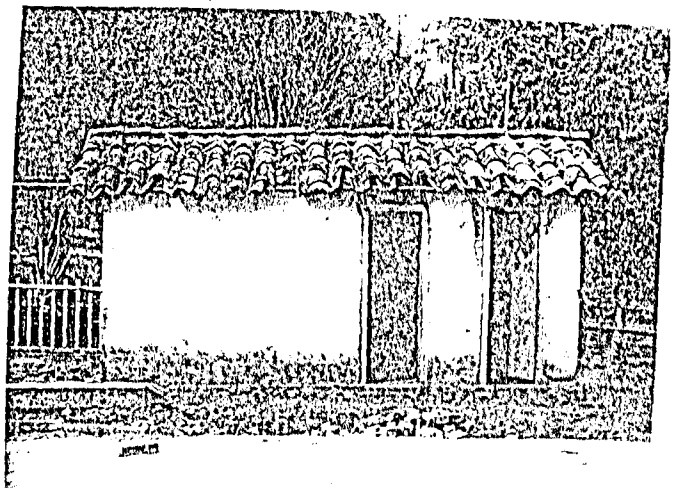
Ao ser transformado em escola, o prédio foi separado em pavilhões que serviram de internato para rapazes e moças separadamente, como também ficou estabelecido os cômodos que serviriam à administração e em quais funcionariam as salas de aula. Faltavam na ocasião os “gabinetes” (sanitários). Foram então construídos, embora geminados, um para o sexo feminino e outro para o masculino.



*Dona Java Leão*



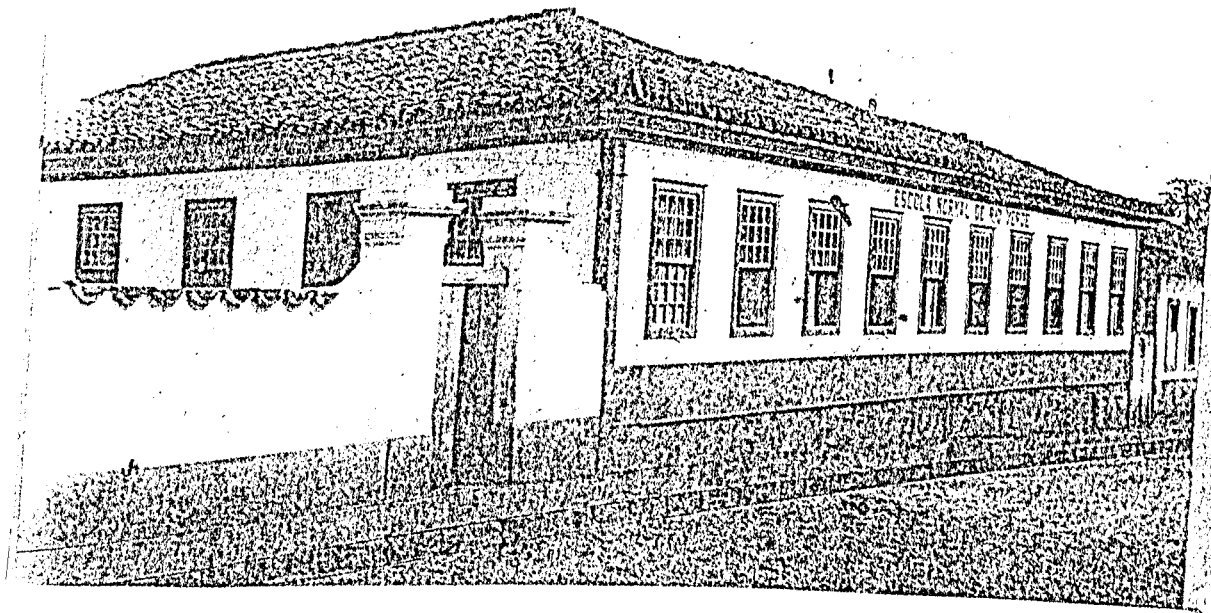
*Parte interna da Escola Normal de Rio Verde com vista parcial da Quadra de Esporte*



*“Gabinetes” (sanitário) masculino e feminino da Escola Normal de Rio Verde*

A Sociedade Anônima de Acionistas da Escola Normal de Rio Verde, reuniu em 19/12/1935. Na ocasião, houve a discussão sobre a permanência da diretoria, a aprovação de uma comissão que elaborasse os Estatutos para a Escola Normal, a aprovação da comissão que cuidasse da reforma do prédio onde funcionava a Escola. Também foi acordado como a diretoria deveria

proceder na aquisição de utensílios para o funcionamento do internato na mesma Escola.



*Escola Normal de Rio Verde, GO até 1947.*

Em 1936, Othília Emerich assumiu a direção da Escola e nesta época discutia-se se os professores deveriam trabalhar como horistas. Também questionaram o valor de 4\$ pagos por aula dada. Nesta reunião da Sociedade Anônima dos Acionistas, responsável pelo funcionamento da Escola Normal, foi deliberado que a diretora perceberia o ordenado de 6:000\$000 anuais. Dona Othília era educadora enérgica e rígida, com extenso currículo de prestação de serviços em renomados colégios da região sul de Minas Gerais. Fazia parte de uma família com tradição no trabalho de abertura, administração e consecução do ensino. Em Rio Verde, ela mantinha o internato misto. Contam que esta educadora era muito dedicada, persuasiva e exigente. E como naquela época a cidade continuava não dispondo de pessoas qualificadas para o exercício do magistério, ela convencia os imigrantes que eram profissionais autônomos que chegavam à cidade, a colaborarem como professores. Segundo depoimentos,

conseguiu-se formar um respeitado quadro de docentes composto por médicos, advogados, juizes, magistrados além de normalistas.

Ficou estabelecido na reunião da Sociedade Anônima de Acionistas da Escola Normal de Rio Verde, ocorrida em 09/2/1936 e registrada em ata, que na escola deveria haver um vice-diretor, o qual devia permanecer nela durante todo o período letivo. A sua função seria suprir as faltas dos professores, quando ocorresse.

Para manter o internato, em reunião, os acionistas da escola decidiram observar documentos que a "Pensão", entendida como alojamento, deveria ser fornecida pela diretora a uma "razão de 80\$000 por aluno. No caso de "falha" de renda da Escola, ficou acordado com o prefeito da época, que a prefeitura deveria garantir os ordenados no ano de 1936.

Em janeiro de 1937, realizou-se a Segunda Assembléia dos Acionistas para a constituição de Sociedade Civil, sob a forma de anônima, já que muitos membros haviam desistido. O capital para investimento em dinheiro foi convertido em bens móveis. Nesta ocasião também foi realizado um inventário dos bens e do capital de que a Escola Normal era portadora. Todos os dados foram registrados em cartório juntamente com os Estatutos da Escola Normal S/A em 05/3/1937. (*Anexo nº 4*).

Através de verificações no livro para registros de notas, as matérias que compunham o currículo da Escola Normal em 1939 na primeira série, eram: Anatomia, História Natural, Física, Química, Desenho, Matemática, Português, Literatura, Música, Canto, Educação Física e Trabalhos Manuais. Para a segunda série as matérias eram: História e Geografia do Brasil, Biologia Educacional, Desenho, Psicologia, Metodologia, Português, Literatura, Higiene, Educação Sanitária, Música, Canto, Educação Física e Trabalhos Manuais. Na terceira série, ensinava-se: História e Geografia de Goiás, História da Educação,

Sociologia Educacional, Desenho, Psicologia, Metodologia, Prática de Ensino, Puericultura, Música, Canto, Educação Física e Trabalhos Manuais.

As matérias que compunham o Curso Complementar eram: Aritmética, Desenho, Francês, Caligrafia, Geografia, Ginástica, História do Brasil, Moral e Cívica, Orfeão, Português, Ciências Naturais, Trabalhos, Aplicação, Comportamento, Asseio Pessoal e Asseio de Quarto.

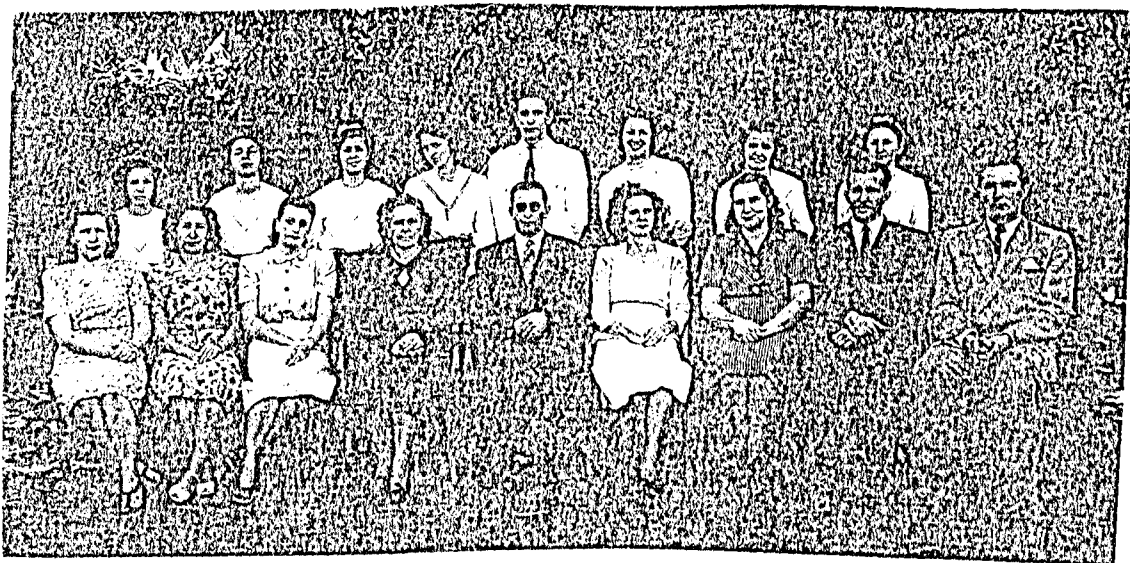
A Escola Normal, de confissão católica, incluía nas matérias de ensino, o ensino religioso em caráter facultativo.

Até 1940, o Curso Normal era oferecido em 4 anos. O Curso Complementar, cursado antes do Curso Normal, tinha duração de 2 anos. Este curso, segundo alguns depoimentos, acontecia a partir da 3ª série primária e muitas vezes substituía o estudo e a seleção de Admissão. Os(as) alunos(as) que concluíssem o Complementar não precisavam cursar o ginásial. Havia, neste momento, o incentivo do governo pela realização de cursos rápidos e intensivos que agilizassem a escolarização da população. As matrículas para o Curso Complementar foram significativamente superiores até 1942. A Escola Normal, segundo anotações no Boletim de Informações, respondido pelo secretário da escola, o padre César Rodrigues, em atendimento ao Serviço de Estatísticas da Educação do MEC, também mantinha um Curso Primário. Este curso servia como escola de aplicação, destinada às aulas práticas e ao estágio sobre administração escolar para quem estudava na Escola Normal.

Examinando boletins de informações, anotações, e observações das pastas arquivadas na Escola Estadual "do Sol", ficou evidente que, de modo geral, a Escola Normal de Rio Verde sobreviveu a duras penas, já que não haviam recursos financeiros para o seu adequado funcionamento. A parte que deveria ser suprida pela Prefeitura, quando era encaminhada, ocorria com longos atrasos, o que provocava desânimo e descontentamento em todos os trabalhadores da escola. Esta situação fez com que várias vezes a Escola fosse

fechada para novas turmas, se comprometendo apenas com a formatura daquelas já existentes.

Em 1942, a Escola Normal de Rio Verde foi entregue à administração de religiosas da Congregação Agostiniana. Passa a ser denominada por Escola Normal de Rio Verde sob a proteção de Santa Rita de Cássia, mantendo também o curso Complementar.



*Formandos da Escola Normal acompanhados de seus professores – 1947*

As irmãs Agostinianas garantiram o funcionamento desta até 1947, com o curso realizado em 3 anos e com internato garantido para o sexo feminino. Neste ano, a escola foi fechada por falta de recursos para sua subsistência, e as irmãs Agostinianas mudaram para a cidade de Jataí.

Esta situação coincidiu com a suspensão dos cursos normais nos Estados por determinação do Governo Federal que estabelecia prazo para a conclusão do curso pelos alunos que já o houvessem iniciado.

Segundo o ofício endereçado ao Inspetor da Educação Primária na 12ª zona, enviado por Sebastião Arantes, registrou-se que em 1947, por solicitação do prefeito Jerônimo Martins, Sebastião Arantes e dona Java Leão Arantes



assumiram a direção da Escola Normal para que fosse efetivada a formatura da última turma.

A Escola Normal “Santa Rita de Cássia” permaneceu fechada até 1953, quando foi reaberta pelos padres Agostinianos. Iniciaram as atividades com um curso intensivo de dois anos e sob a inspeção estadual. Em seguida, o curso foi firmado com três anos de duração e em regime de externato. Oficialmente, a Escola Normal “Santa Rita de Cássia” foi criada pelo Decreto 299 de 02 de maio de 1953, outorgado pelo Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira e o Cônego José Trindade da Fonseca e Silva (*ver anexo nº 5*). A reabertura da escola deu-se pela insistência da Secretaria de Estado da Educação e Cultura com os padres Agostinianos, como foi possível verificar em uma carta do padre César Rodrigues ao secretário da Educação daquele período. O argumento do governo do Estado era que, na luta contra o analfabetismo, foi autorizada a abertura e o funcionamento dos grupos escolares em várias localidades. Isto fez com que crescesse a necessidade de professores preparados para o exercício do magistério primário, o que exigia a manutenção de Escolas para formação de professores.

Para que os padres Agostinianos aceitassem a incumbência de reabertura e manutenção da Escola Normal “Santa Rita de Cássia”, embora fosse particular, o Estado se comprometeu em subvencioná-la com Cr\$ 60.000,00. Também ficou acordado que a entidade mantenedora seria a Sociedade Agostiniana de Educação e Assistência. Em Rio Verde, também estaria sob a responsabilidade da Paróquia Nossa Senhora das Dores.

Para que fosse possível a inauguração da Escola Normal “Santa Rita de Cássia”, o seu Secretário diretor Rvmo. Pe. Miguel Ferraras Garcia firmou contrato com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura em 07/4/1953. De acordo com a publicação do Diário Oficial do dia 21/6/1953, o contrato estabelecia a manutenção da escola sob o regime de

“inteira gratuidade do curso de Formação de Professores” (ver anexo nº 6). Ficou estabelecido no contrato que os padres Agostinianos deveriam manter o Curso Normal para ambos os sexos; tendo a diretoria da escola completa autonomia para administrar o corpo docente e a disciplina interna, observando o regimento para o Ensino Normal do Estado de Goiás. Exigia-se da Escola Normal a obediência ao Artigo 141, parágrafo 7º da Constituição Federal que estabelecia que o curso de Formação para Professores deveria garantir a liberdade de consciência e crença. Também a escola ficou obrigada a enviar relatório anual de suas atividades à Divisão de Ensino de 2º Grau na Secretaria de Estado da Educação. Da parte do Estado, este ficou obrigado, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, a manter a subvenção de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) em conformidade com Lei nº 862 de 05/11/1953. Porém, o acordo não foi cumprido da parte do governo e a escola não recebeu qualquer ajuda, funcionou em situação de penúria. Os recursos, com os quais podia contar, eram o valor das matrículas pagas por ocasião da admissão à Escola Normal. Os professores passavam meses sem receber e não se conformavam. Muitos desistiam.

O Estado alegava que o não cumprimento do acordo se dava devido ao baixo número de alunos que freqüentavam a escola.

De acordo com dados estatísticos do ensino médio e superior apresentado pelo boletim de informações, em 1955, a Escola Normal “Santa Rita de Cássia” funcionava com seis salas de aula, possuía instalações para educação física e era mantida pela Ordem Religiosa Agostiniana que recebia, com grande esforço dos responsáveis pela paróquia da cidade e da direção da escola, a subvenção de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) do acordo feito com o governo do Estado.

Não havia na escola, segundo questionário respondido pelo secretário da escola à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, grêmios literários e

culturais, conjuntos orfeônicos e culturais, associações esportivas e recreativas, centro de assistências social e moral, biblioteca, museu, laboratórios, oficinas e “ateliers” de desenho e pintura.

Pelo edital de 27/10/55, que tratou sobre os Exames de Admissão na Escola Normal “Santa Rita de Cássia”, a Secretaria da Educação determinou que os mesmos poderiam ser realizados em duas épocas: na primeira época, as inscrições deveriam ser feitas no período de 16 e 30 de novembro, com a realização das provas no período de 01 a 15 de dezembro. Na segunda época, as inscrições se dariam no período de 01 a 14 de fevereiro e as provas seriam realizadas do dia 15 ao último dia de fevereiro. Dos (as) candidatos (as) exigiam-se: idade mínima de 15 anos, requerimento do candidato ou responsável dirigido ao diretor do Estabelecimento, provas regulares de sanidade física e mental e imunização antivaríola e ainda, o certificado de Conclusão do Curso Ginásial.

Não ano de 1956, a Escola Normal “Santa Rita de Cássia” estava a cargo da paróquia da cidade e continuava subvencionada pelo Estado. O governo era relapso no cumprimento do contrato de subvenção e a escola entrou em decadência. Havia apenas 12 alunos(as) matriculados(as) distribuídos(as) em duas salas. Funcionava em prédio próprio e mantinha o Curso Normal em 3 anos, com um currículo de 9 matérias. O regime era de externato e com horário de aulas no período de dezesseis às dezenove horas. Cobrava-se por matrícula, o valor de CR\$ 100,00 (Cem cruzeiros).

O padre Matias Boñar era o diretor da escola nesta época e atuou com muita persistência para a manutenção do Curso de Formação de professores na cidade. Observando uma carta de seu próprio punho, foi registrado que este fez várias viagens a Goiânia, GO com muitas despesas e perda de tempo, sempre encontrando o processo de subvenção à Escola Normal e Ginásio “Santa Rita de Cássia” parado ou engavetado. Diante desta situação, os professores já haviam

trabalhado quase um ano sem receber seus vencimentos e estavam desestimulados .

Diante da exigência da conclusão do Curso Ginásial para a realização dos exames de Admissão, a Escola Normal “Santa Rita de Cássia” fundou através da Sociedade Agostiniana de Castela, o Ginásio em Rio Verde, em 01/8/1956. Com a denominação de Escola Normal e Ginásio “Santa Rita de Cássia” e sob a administração do padre Matias Boñar, foram mantidas as atividades escolares e pedagógicas mediante contribuição dos alunos, donativos de benfeitores e subvenções dos poderes políticos estaduais e municipais. Os membros da escola, naquele momento, não respondiam pelas obrigações sociais. Com duração indeterminada, poderia ser extinta por decretos de legítimos superiores eclesiásticos. A escola contava com um corpo docente habilitado, que recebia por hora-aula trabalhada e era visitada regularmente pelo inspetor escolar do Estado, como consta a publicação do dia 06/9/1956 no Diário Oficial.

Em 1957, o padre César Rodrigues tornou-se o diretor da Escola Normal e Ginásio “Santa Rita de Cássia”. Diante das dificuldades encontradas para manter a instituição, solicitou ajuda à Prefeitura Municipal sobre a alegação de que a Escola Normal “Santa Rita de Cássia” vinha, há tempos, administrando gratuitamente o ensino secundário à juventude feminina e formando professoras para as escolas da cidade. Para que isso ocorresse, a escola contava apenas com uma pequena ajuda do Governo do Estado. Argumentava ainda que os cursos normais e o ginásial estavam em fase de organização e por isso necessitava de maiores auxílios dos poderes públicos.

A direção da escola, buscando manter o nível de qualidade, determinava que para ingressar em qualquer nível, ginásial ou Escola Normal, o candidato deveria se submeter ao exame de admissão.

Para 1958, houve a prorrogação do contrato firmado entre a secretaria de Estado da Educação e Cultura e a Direção da Escola Normal “Santa Rita de

Cássia”. Pelo contrato a escola restabelece a obrigação de oferecer o Curso Normal sob o regime de absoluta gratuidade com uma subvenção de Cr\$ 100.000,00 por ano, pago em 12 prestações. A escola, nesta renovação de contrato, continuaria a gozar de autonomia em relação ao corpo docente e disciplina interna, mas ficaria obrigada a enviar relatórios à Divisão do Ensino de 2º Grau da Secretaria da Educação.

O padre César Rodrigues, em ofício endereçado ao Secretário de Educação de Goiás, informou que naquele ano, dobrou o número de matrículas e então solicitou 60 carteiras, 3 mesas e 3 quadros negros. Noutro documento, fez reivindicação para o aumento da subvenção paga pelo Estado, para CR\$ 200.000,00. A direção da escola ainda solicitou do poder público municipal ajuda para o pagamento do professorado.

No ano de 1959, o padre César Rodrigues escreve à Secretaria Estadual de Educação em nome da paróquia e da direção da escola, denunciando as dificuldades que tinha que enfrentar chamando a Secretária da Educação à responsabilidade. Disse ele dos árduos problemas educacionais de todo o país, salientando a intensa campanha contra o analfabetismo. Lembrava que os grupos escolares estavam em expansão, exigindo professorado numeroso e competente. Evidenciava que a Escola Normal “Santa Rita de Cássia” havia sido reaberta por eles, mas por insistência da Secretaria da Educação que se comprometia em oferecer condições de funcionamento a esta instituição. Em exposição que justificava sua ação, padre César ainda relatou que a escola não possuía nem prédio e nem material pedagógico adequado, e ainda era desprovida de qualquer patrimônio para sua manutenção. Revelou que as verbas consignadas eram absolutamente insuficientes para atender às necessidades básicas do estabelecimento, chegando ao ponto de pagar os professores abaixo do valor estipulado. Depois de retratar a situação que vivenciava, o diretor da Escola

Normal solicitou do governo a renovação do acordo de subvenção por mais dois anos.

No início do ano de 1960, o Rvmo. Pe. Manuel Pietro O. E. S. A., então diretor da Escola Normal "Santa Rita de Cássia" firmou acordo com o governo do Estado para a manutenção da subvenção ao Curso Normal no valor Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) por aluna matriculada. Neste acordo ficou prescrito o atendimento de estudantes apenas do sexo feminino.

A escola foi contemplada com auxílios estaduais acrescentados pela subvenção do governo. Isto foi resultado dos acordos feitos entre a escola e a Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Mas, a escola teve sempre que solicitar com insistência, o cumprimento do acordo quanto ao repasse das parcelas.

A Escola Normal "Santa Rita de Cássia", até 1961 localizava-se na rua Senador Martins Borges. A partir de 1962 estabeleceu-se na avenida Presidente Vargas em prédio próprio e adequado (hoje: Centro de Treinamento João XXIII). Funcionava apenas no turno matutino e contava com 11 professores.

Numa carta endereçada ao padre Ruy Rodrigues da Silva, secretário da Educação e Cultura estadual em 1962, a Escola Normal "Santa Rita de Cássia" descreveu que a instituição só garantia gratuidade graças à subvenção anual que recebia do governo do Estado. Ressaltou que o estabelecimento estava passando por grandes dificuldades de toda ordem, que a subvenção era fruto de constantes batalhas junto ao poder público estadual e que os professores estavam recebendo salários com defasagem de dois anos, o que causava grande desinteresse pelo trabalho docente. Nesta carta, foi feita a proposta que os professores fossem todos nomeados pela Secretaria de Educação e que as Irmãs Vicentinas ficassem responsabilizadas apenas pela Diretoria e Administração da Escola. Enfatizou-se que no convênio entre o Estado e as religiosas, ficassem claros os deveres do Governo e as incumbências das administradoras.

No final de 1962, terminou o convênio entre os padres Agostinianos e a Secretaria da Educação do Estado. Novo convênio foi estabelecido com as Irmãs Vicentinas de Gysegem em 1963. Nesta data, também foi criada a Escola Paroquial "Santa Rita de Cássia" (24/5/1963), onde seria ministrado o ensino primário. Para que houvesse o funcionamento da escola dentro da normalidade, as irmãs sugerem que o pagamento das parcelas da subvenção fosse feito pela Coletoria de Rio Verde. Alegavam que desta forma reduziam custos, trabalhos e burocracia.

Na correspondência, registrou-se a insistência de que o acordo fosse firmado de acordo com a realidade da Escola, para que os recursos a ela destinados fossem suficientes para mantê-la. Para reduzir esforços, a sugestão era para que o pagamento fosse feito pela Coletoria da cidade de Rio Verde.

Com o fim do contrato do Governo com os padres agostinianos que garantiam o funcionamento da Escola Normal "Santa Rita de Cássia", novo convênio foi firmado com as Irmãs Vicentinas de Gysegem. Sob a administração destas religiosas ocorreu a transferência da Escola Normal para o Colégio "do Sol", que nesta data estava em construção.

O Colégio "do Sol", em prédio próprio, criado a partir de agosto de 1964, foi construído pelo Estado para atender aos graus primário e médio, na forma de externato e inteiramente gratuito. O regime de internato ficou autorizado mediante pagamento de taxas escolares fixadas por ato do Poder Executivo. Para a administração e funcionamento da instituição, a resolução nº 86 de 10/12/65 determinou que fosse feito contrato com entidade particular idônea e com vigência para cinco anos, prorrogáveis por um período igual. As Irmãs Vicentinas de Paula de Gysegem firmaram o acordo em 1965, conforme documento registrado no cartório de 2º Ofício da cidade. No acordo ficou autorizado o uso do prédio para residência das religiosas e delas foram exigidos o zelo e a conservação do mesmo. O acordo determinava que os professores e

demais funcionários fossem nomeados e pagos pelo poder público estadual. Também era da responsabilidade deste a fiscalização e a supervisão do funcionamento do colégio, através da Secretária Estadual da Educação.

Havia a preocupação em instrumentalizar o Colégio "do Sol" para atender, com qualidade, os cursos Normal e Primário que ali iriam estabelecer, bem como oferecer o conforto necessário para que as religiosas administrassem o colégio. Isto pôde ser observado na lista feita pelas religiosas sobre o mobiliário para equipar as várias dependências da instituição. Ali, seriam instaladas: Salas de Desenho, de Geografia, de Ciências, sala para Professores, de Espera, salas de Aula, Secretaria, Diretoria e Biblioteca. Para o bloco residencial, listaram a mobília para os dormitórios, sala de leitura, refeitório, cozinha e banheiro.

No ano de 1964 foi inaugurado o Colégio do "Sol" que fora construído através de grande empenho do prefeito municipal da época, Dr. Paulo Campos junto ao governo do Estado. O prefeito professava de forma ardorosa o espiritismo, mas insistiu para que as irmãs agostinianas, de profissão católica se transferissem para o colégio e continuassem com o curso de formação de professoras(es). Sob a alegação de que não haviam professoras mais competentes que as religiosas, o colégio foi construído objetivando atender às necessidades da Escola Normal.

O Curso Normal funcionou no Colégio "do Sol" sob a administração das religiosas juntamente com o ensino primário até 1974, quando o contrato entre a Congregação das Irmãs Vicentinas de Gysegem e o Estado encerrou e as partes não interessaram em renovar o acordo. No depoimento de dona Ercília de Castro Guimarães, que era Diretora do Colégio Martins Borges nesta ocasião observou-se que

... havia alguma resistência à escola que tivesse uma orientação religiosa única. Eu tive pais de alunos, quando eu era diretora de um Colégio, que eram de um nível cultural muito bom, deixavam de por o filho numa escola particular para matriculá-lo na escola pública por nesta não haver a



imposição de idéias religiosas ou de qualquer natureza (Ercília de Castro Guimarães, 31/8/00).

Nesta ocasião a Escola Normal já estava se adaptando à lei nº 5692/71 que modificou a nomenclatura do Curso Normal para Técnico Magistério. Junto com tantas mudanças, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação orientou a Delegacia Regional de Ensino em Rio Verde para que reorganizasse os graus do ensino nos Colégio “do Sol” e “Martins Borges”. A ordem era para que se reunisse em um estabelecimento o ensino primário e no outro, o curso secundário. Então foi realizada uma votação entre professores e personagens políticas e representativas da cidade. Nesta eleição, escolheram o Colégio Estadual “Martins Borges” para sediar o ensino de segundo grau, e o Colégio “do Sol” assumiu o curso primário. Desta forma, o Curso Normal passou desde 1974 para as dependências do Colégio Estadual “Martins Borges” e por força da legislação do país, sofreu descaracterizações ao ponto de, atualmente, estar em extinção.

### *3. Aspectos Pedagógicos da Escola Normal*

Para historicizar os aspectos pedagógicos da Escola Normal de Rio Verde, foram utilizadas entrevistas realizadas com 13 pessoas. Delas, 4 foram professoras e as outras 9 eram alunas desta escola. Exceto por uma que era religiosa e que nasceu e estudou em Laranjal Paulista, vindo a Rio Verde para trabalhar, todas as outras nasceram na cidade ou em localidades do município. A maioria destas estudantes iniciou seus estudos no Grupo Escolar Eugênio Jardim, cursando o primário nesta escola. A quase totalidade delas se formou no Curso Normal, estudando na Escola Normal em seus diferentes momentos. Houve quem estudou quando esta instituição era reconhecida como Escola Normal de Rio Verde, outras diplomaram-se na Escola Normal “Santa Rita de

Cássia” e houve aquelas que cursaram o normal no Colégio “do Sol”. De modo geral, a clientela que frequentou o curso normal pertencia à classe média. Haviam estudantes de classe abastada como também houve quem fosse da classe de necessitados. A distinção social era feita segundo as características das classes sociais da época em que cada estudante ingressou a escola. Durante as conversas preliminares às entrevistas, sempre foi comentado que a classe alta e média de Rio Verde, no período que compreende os anos 30 a 60, geralmente era composta por pessoas que embora possuindo bens, viviam com muita simplicidade e quase sem conforto. Talvez isto tenha ocorrido em decorrência da conjuntura histórica da criação da cidade e do Estado.

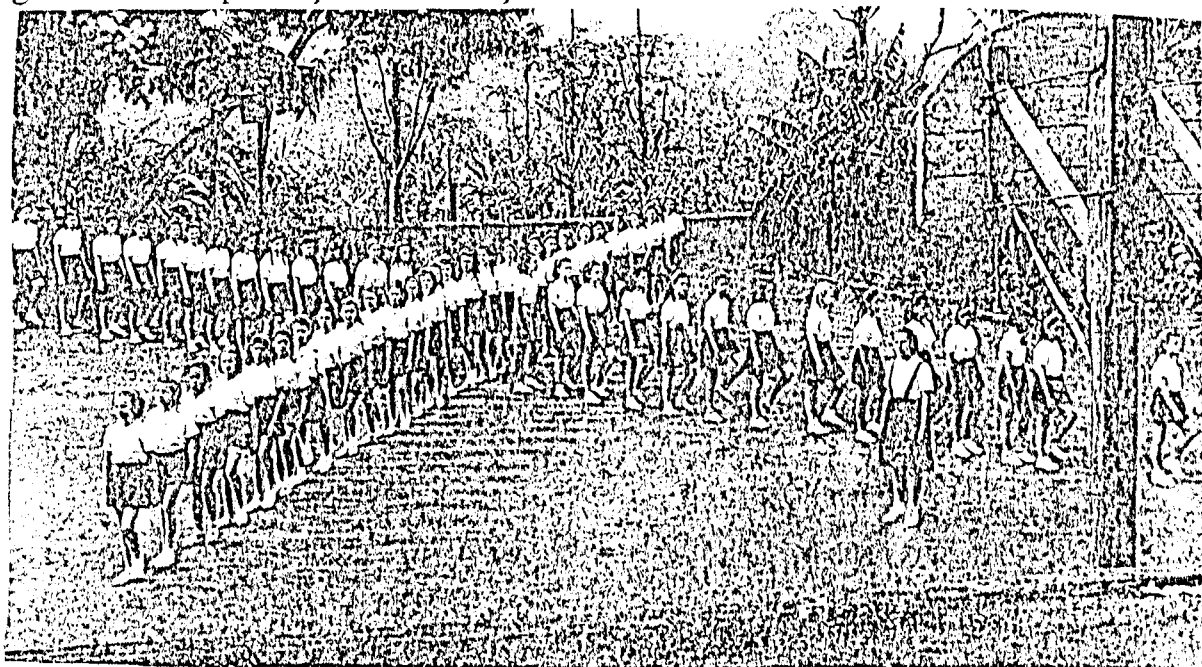
A escolha feita pela Escola Normal se dava por não haver outra opção para ensino secundário e a condição financeira da família não permitira a continuidade dos estudos “fora”; também porque queriam continuar os estudos e “o Normal era o mais indicado”, pelo desejo de ser professora ou ainda, por acaso, como se observou no depoimento da professora Zilda Pires:

“Um fato muito curioso me levou a escolher a Escola Normal. Por acaso e por necessidade fui ser professora. Mudei para uma cidade vizinha (distrito) e fui ser professora. Prestei o concurso da Prefeitura e passei. Eu só tinha a 4ª série primária. Morava num Distrito de Rio Verde. Quando eu vim para Rio Verde, dona Ercília de Castro que era neste tempo, delegada de Ensino disse que me transferia, mas que eu teria que estudar. Então para honrar a palavra que dei a ela (...) prestei seleção para o Normal e passei também e continuei”.

De certa maneira a escolha da Escola Normal determinou que cada uma das estudantes se transformasse em professora primária, pelo menos por algum tempo. A falta de oportunidades em outros setores de trabalho que não fosse a escola, contribuiu para que várias optassem por lecionar. Mas, afirmaram que se tornaram professoras “por vocação”, “por amor ao ensino”, “por sempre receber sempre convites”, “por necessidade”, como se verificou, por exemplo, na fala de dona Java Leão Arantes, que fez questão por responder à entrevista por escrito:

“Com a criação da Escola Normal de Rio Verde, fui premiada com uma bolsa de estudos da Prefeitura local, tendo em contrapartida, de prestar serviços de limpeza no estabelecimento e outras atividades a mim destinadas pela Diretora, como ginástica e canto para os alunos do curso primário da Escola. Foi então que comecei a gostar de ser professora escolhendo assim a profissão do magistério”.

A Escola Normal era portadora de muitas representações perante seus alunos e perante a sociedade, apesar das dificuldades que enfrentava para se estabelecer. Para alguns, ela era a única oportunidade de prazer, alegria e diversão, mesmo que fosse um local destinado para o estudo sério e rigoroso. As atividades por ela promovidas eram solenidades cívicas, quase sempre obrigatórias e que valiam como conteúdo de ensino. Por isso, estas festividades eram acontecimentos marcados por muita seriedade, rigor, disciplina e comprometimento. Eram momentos solenes nos quais os estudantes tinham que comparecer trajando uniformes de gala, e desfilando evoluções sempre bem preparadas e treinadas nas aulas de educação física. Eram apresentações marcadas ao som da fanfarra, quase sempre treinada por algum policial militar da 2ª Companhia Isolada da Polícia Militar do Estado, o qual era solicitado pela diretoria da escola ao Comando da Companhia, acrescido do pedido de gratuidade na prestação dos serviços.



*Aulas de Ed. Física – Feminino*

As entrevistadas afirmaram que a escola Normal correspondia, com seu trabalho, às expectativas dos estudantes e da sociedade. Pôde-se observar que o número de alunas (os) nela matriculadas (os) não foi muito grande. Havia um número maior para o primeiro ano e depois, ocorria uma acentuada evasão. Mas isto era considerado “normal”, como ficou registrado na fala de uma professora informante. Para aquelas que continuaram até a formatura, a escola Normal sempre representava a possibilidade de continuidade, abrindo novas perspectivas para a vida, preparando-as para o exercício profissional eficiente ou para a segurança do matrimônio, garantida por informações que proporcionavam a maternidade responsável. Várias vezes foi destacado que “ninguém teve dificuldades” ao sair da Escola Normal. Quem não foi trabalhar com a escola primária, conseguiu emprego como secretária em escolas e escritórios ou casou-se muito bem. Houve informação da existência de normalistas que foram “para fora” e fizeram o curso “chique”, de Direito, embora não chegasse ao seu exercício.

Nos depoimentos, as afirmações de que a Escola Normal formou e preparou adequadamente sempre trouxe como pano de fundo a formação moral, carregada de valores disciplinadores, os quais orientavam para uma ética que em algumas situações, como a relação matrimonial, sugeria o conformismo. Porém, quando se tratava do campo profissional e do enfrentamento de dificuldades apresentadas pela vida, a orientação era para a disciplina, o rigor, o respeito, a união, o dinamismo e a persistência com base sempre em exemplos próximos.

A formação humana, profissional e escolar sempre tiveram que se tornar conteúdo de ensino-aprendizagem. Por esta razão, apesar de não existir um momento próprio, no tempo da escola, para o planejamento, os professores “mais qualificados” não improvisavam e preparavam suas aulas. Em vários depoimentos foi registrado que os professores trabalhavam na Escola Normal

atendendo a convites das pessoas que as tivessem à frente da administração da instituição. Houve que afirmasse que a indicação política era uma prática comum naquela época. Os conteúdos, quando existiam livros, eram seguidos segundo a organização do autor. Mas em sua maioria eram passados no quadro-giz, sob a forma de resumos “para facilitar para os alunos”; principalmente “os conteúdos de menor importância”. Havia ainda conteúdos que não eram adequados à realidade das alunas, como se verificou na fala de dona Geralda Costa:

“Nas aulas de ciências, a professora era muito boa. Mas o material que ela tinha era adequado para a Europa. Então nos livros de Ciências que tinha higiene, esta parte da saúde, de sanidade, havia livros que falavam assim: tomar banho pelo menos uma vez por semana. E a gente ria, porque num Brasil como o nosso, tomar banho uma vez por semana? !”.

Mas o conteúdo da Escola Normal não estava só nos textos de livros ou em anotações de informações feitas pelos professores. Dona Dayse Cunha Cruvinel assegurou: “A gente estudava o que era útil”. Fazia parte do Currículo, além de matérias científicas, os trabalhos manuais. Segundo afirmação de dona Dayse do Carmo Moraes, “naquele tempo tudo era rigoroso. Havia os trabalhos manuais que ensinavam a bordar, fazer crochê e pintura.” Para a professora Nilda Barros Martins:

“O curso preparava a aluna para a sala de aula e, ao mesmo tempo, para o casamento e futuras mães. Havia uma disciplina, Higiene e Puericultura, que além do conteúdo, construía-se parte do enxoval: toalha de mesa, de linho, bordada com uma lirha especial, chamada ilha da madeira; cobria-se o cesto para colocar fraldas sujas do bebê. Bichinhos de feltro eram confeccionados para alegrar o nenê”.



*Trabalhos Manuais realizado pelas alunas da Escola Normal.*

Todo o trabalho pedagógico era realizado fundamentalmente através da exposição pelo professor seguida pela memorização por parte dos alunos. Houve quem afirmasse que a exposição era característica dos professores mais preparados, e que os menos preparados usavam técnicas como questionário e

trabalhos em grupos. Foi ressaltada a prática do ditado e não foi esquecido o ponto que era tomado pelo professor no início de cada aula.

Esta prática só era possível graças à disciplina “enérgica e ríspida de acordo com a personalidade da diretora” ou segundo a autoridade do professor. Foram correntes as afirmativas de que a disciplina era muito formal, rígida tanto na escola quanto na família. Assim, chamar a atenção já bastava. Considerando que boa parte dos estudantes “era do sexo feminino e mais maduras” havia sempre bom comportamento.

Porém, houve casos em que as alunas, embora educadamente, conseguiam “embromar” as aulas. Dona Geralda Costa contou-nos que:

“havia também o grande professor de português, o professor Percival. A gente brincava muito. Então tínhamos uma colega, que não vou dizer o nome, que era muito levada. Então ela falava comigo! Geralda, tenho certeza que o professor Percival vai chamar você. Certeza! A hora que ele ditar a frase, você escreve no quadro, a frase pra nós analisarmos, você pode ficar tranqüila que eu vou entrar com um assunto. (...) Ela falava com o professor! “Professor Percival, o que o senhor acha do problema da guerra e a falta de açúcar que nós estamos passando? Como o senhor faz em casa?” Ele ia explicar que derretia as balinhas pra fazer café e temperar o leite. (...) E aí o tempo ia passando.”



*Professor Percival Xavier*

Toda a formação oferecida pela Escola Normal era destinada ao exercício do magistério no curso primário. As aulas práticas necessárias ao curso muitas vezes eram feitas em sala de aula na confecção de materiais didáticos ou em momentos em que eram ensinadas as posturas que a professora deveria assumir durante as aulas nas escolas. Em alguns períodos, a Prática de Ensino era exigência no 3º ano e era exercitada com aulas, principalmente, de ensino religioso ou algum ponto sorteado pela professora regente, para que a aluna apresentasse na forma de aula-prática. As aulas eram sempre na própria Escola Normal que mantinha o curso primário que servia ao estágio para docência ou administração escolar.

Mas o estudo na Escola Normal não se resumia às aulas expositivas, memorizações e aulas práticas. Para a avaliação eram freqüentes as provas orais e escritas dissertativas. A média para a aprovação era de 5,0 pontos. Mais tarde, começaram a introduzir trabalho de pesquisa para aprofundamento, embora não fosse do agrado de algumas alunas. Quem tivesse média para aprovação não fazia as provas finais e, quem não conseguisse média mesmo com os exames finais, tinha outra oportunidade nos exames de “segunda época”. Estes ocorriam, quase sempre no início do ano letivo seguinte.

Diante de uma Escola Normal que fez uma história marcadamente de lutas, que influências ou significâncias herdou quem estudou nela? Houve quem afirmasse que ela foi “importantíssima” e que “os sábios ensinamentos serviram para a profissão e para a vida”. Não faltou quem acrescentasse que ela contribuiu para a criação da família, dos filhos, pois foi decisiva na construção de valores morais, éticos e disciplinares combinados com uma forte formação religiosa, na maior parte, sob os princípios do Cristianismo Católico.

Como a Escola Normal foi sempre bem conceituada, respeitada e prestigiada socialmente, facilitava na conquista do emprego. Alguém afirmou:



“É o emprego é que procurava a gente”. E outras pessoas reafirmam a força da Escola ao enfatizar como Dona Carmem de Castro e Silva.:

“As mães deviam quando escolher um curso de 2º grau, ajudar principalmente as filhas. Elas deveriam pesquisar com as filhas se o curso que elas querem não é o Curso Normal. Dá uma segurança muito grande para a mulher que um dia acaba se casando. A Escola Normal fez com que as pessoas que a cursaram tivessem destaque na vida profissional ou matrimonial.

A descrição feita até aqui da Escola Normal na cidade de Rio Verde, pintou um retrato sem retoques de uma instituição que existiu pela persistência de civis e políticos que não concordaram com a sua eliminação. Somou-se à ação destas pessoas, o compromisso de seus administradores, que mesmo subsistindo a toda sorte de problemas, não desistiram e sempre buscaram formas de mantê-la. Por esta razão, quando Nosella e Buffa (1996) afirmaram na introdução de sua pesquisa sobre a antiga Escola Normal de São Carlos, que “a Escola Normal é filha de seu tempo”, necessário se faz acrescentar que ela também é datada, localizada e dependente da cultura e das condições econômicas do povo que a fez e dela usufruiu. A Escola Normal de São Carlos foi fruto da elite cafeeira de São Paulo e deveria cumprir a função de preparar as filhas dos fazendeiros para se tornarem, muito mais, esposas e mães da alta sociedade tradicional. Quanto aos rapazes, estes iam realizar seus estudos na Europa.

Em Rio Verde, ocorreu o extremo oposto. A Escola Normal nasceu da iniciativa de um professor, homem do povo e sem qualquer poder econômico, político ou social que fizesse desta instituição a referência para a formação de filhos e filhas de uma sociedade, em geral, despreocupada com a educação. Ficou evidente a ação de pessoas de boa vontade, as quais se empenharam para que o ensino secundário combinado com a formação de professores, continuasse a existir para que a cidade fosse inserida no quadro de educação do Estado e do País.

## *CONSIDERAÇÕES FINAS*

Os objetivos estabelecidos para esta pesquisa e as informações alcançadas, seja pela fundamentação teórica, seja pela realidade investigada, possibilitaram o redimensionamento das questões que envolveram a formação docente para o ensino primário.

Ao reconstituir a evolução da formação docente, enquanto preparo para o exercício da escolarização no ensino primário, observaram-se as relações dialéticas estabelecidas entre os interesses e objetivos que eram determinados e a realidade contextual de cada localidade na instalação da instituição formadora para a docência. A maior compreensão sobre a docência evidenciou as interfaces social, política, econômica e educacional da prática educativa. Pela via da escolarização, a docência sofreu ressignificações em sua representação social, chegando a ser considerada mera prestação de serviços.

A formação docente no Brasil, em Goiás e conseqüentemente em Rio Verde, por via da Escola Normal, foi marcada pela existência e atuação de profissionais com formação em áreas adversas à educação e com diferentes níveis de formação. Somaram-se a esta caracterização, as diversidades de interesses em torno da instituição que preparava para o exercício docente na escola primária. Contribuiu ainda para a construção da teia que envolve o preparo de professores primários, as singularidades do desenvolvimento sócio-econômico-cultural dos Estados brasileiros. As particularidades nos Estados mostraram que onde houve desenvolvimento, os professores eram valorizados, bem mais preparados e muito mais empenhados em cumprir com os objetivos determinados para escola, através dos conteúdos curriculares e extra-curriculares. Porém, onde o desenvolvimento demorou para chegar, e quando chegou, o fez lentamente, para o ensino primário eram contratados professores leigos e muitos deles sem terem cursado sequer o primeiro grau.

Consequentemente, os professores que compunham o quadro de docentes da Escola Normal eram, na verdade, profissionais liberais e muitos, em várias cidades, eram pessoas de boa vontade que atuavam na formação de professores para colaborar com a diretora ou diretor, com alguma autoridade política ou era religioso de alguma congregação ligada à educação.

Assim, a história tem demonstrado que o desenvolvimento sócio-econômico-cultural e político enquanto cenário para a educação e o ensino de modo geral, e em particular para a formação docente, foi marcado por vários matizes que o intermearam fazendo do Brasil um país de contrastes.

A partir desta visão, ficou inconcebível desejar ou estabelecer uniformidade ou padrão para o ensino no país ou Estado. Uma atitude como essa só demonstraria insensatez e inobservância às leis e contextos construtores da história da educação nacional e local.

A Escola Normal de Rio Verde cumpriu uma trajetória histórica apontando para a (des)importância que era dada ao ensino e à educação no período de sua existência. Foi notória a participação de pessoas, que interessadas em promover uma cultura voltada para o desenvolvimento, ofereceram-se enquanto sujeitos de um processo no qual mais valia o benefício oferecido do que o compromisso sócio-político de toda uma sociedade com sua evolução. Pôde-se constatar através de conversas informais, entrevistas e documentos esparsos que parte da população local, principalmente de nível médio, buscou ascensão social, respeito, consideração e empregabilidade por meio da Escola Normal primeiramente, e posteriormente, pelo Curso Ginásial e Técnico em Contabilidade que foram instalados no Colégio Martins Borges. Mas, contraditoriamente, observou-se que esta população não concebia arcar com os custos desta escolarização, uma vez que Escola Normal foi aberta e fechada algumas vezes por falta de recursos financeiros para sua manutenção. No regime de internato eram cobradas taxas estabelecidas pelo poder público, e estas não

eram pagas pelas famílias dos alunos e das alunas e que, em nenhum momento faziam parte de turmas numerosas.

Esta postura demonstrou um certo descompromisso com a escolarização e reafirmou a concepção de que para ser professor bastava dominar um conteúdo, contar com o respeito, a consideração da comunidade civil e política local e ser portador de sentimento altruístico. Não era necessária a formação docente através da escolarização, muito embora a legislação educacional estivesse cobrando a formação para o exercício da docência na escolarização primária.

A história da formação docente resgatada por este estudo deixou claro que a Escola Normal preparava para o ensino primário e para a constituição de “boas famílias”, tendo na mulher a base para a “educação de berço” no lar. O cenário no qual esta formação se desenvolveu foi constituído de representações morais, éticas, religiosas e práticas que desenhavam a instituição que, de fato, era a responsável pela educação: a família. Entendia-se por educação a formação para a vida em sociedade. A escolarização servia apenas como adereço para aqueles ou aquelas que a conseguiam, fazendo dela mais um instrumento de elevação do seu status social. Não foi observada a preocupação com o desenvolvimento por meio da escolarização. Os documentos consultados e as entrevistas, frutos de um trabalho paciente e coletivo, deram-nos a entender que a escolarização ocorria pela ação de homens (gênero masculino) empreendedores e políticos.

Nas falas, além de evocar um certo saudosismo, transpareceu muita admiração pela maioria das moças que se formaram pela Escola Normal. Elas foram sempre lembradas por haverem se transformado em “senhoras” ativas na família, na área da educação e na sociedade. Assim, a formação para a docência, como foi trabalhada, acabou por empreender nestas mulheres o espírito de luta, de atuação e atualização segundo o tempo em que viveram e vivem.

Quanto aos rapazes, dos quais não houve nenhum que fosse indicado para ser entrevistado, a informação que se conseguiu foi que, a maioria, mesmo tendo cursado a Escola Normal, saíam para outros centros a fim de se formarem em outras áreas, até mesmo em cursos superiores e, preferencialmente, no curso de Direito.

Em todo o processo não foi difícil perceber que a prática docente era como que o laboratório para a vivência em sociedade. Nela, e através dela, eram exercitados os valores que perpassavam a formação para a família e o trabalho. Assim, a obediência como forma de disciplina, a exposição e memorização enquanto métodos de ensino-aprendizagem, a preferência pelas atividades marcadas pelo repúdio aos trabalhos em grupos delineiam a representação, esculpida pelos professores e pela escola, de uma profissão que vem se construído historicamente no coletivo, entremeada de saberes e ações plurais. Isto significa que tanto a formação docente como a prática docente são determinantes e determinadas pelo contexto e pela época de que faz parte.

No resgate e sistematização da história da Escola Normal em Rio Verde não se pretendeu dar a compreensão de terminalidade sobre a investigação deste objeto. O objetivo maior foi (é) motivar para busca histórica enquanto caminho para a compreensão das múltiplas faces dos elementos ou aspectos que fizeram a educação e o ensino da cidade. Tem-se ainda a intenção de promover discussões sobre os vários pontos que a compõe, de forma a suscitar outras pesquisas que façam avançar a construção da história da educação rioverdense sob outros enfoques. Para este resgate, convida-se à rememoração e ao registro desta, as pessoas que viveram (e ainda vivem) a história de uma formação docente.

É preciso ressaltar que minhas expectativas em relação às entrevistas eram muito grandes. Supunha que através delas eu conseguiria suprir a falta de documentos, os quais esclareceriam e informariam sobre a formação docente para professores do ensino primário através da Escola Normal de Rio Verde, GO.

Talvez pela natureza da História Oral enquanto técnica de pesquisa, as informações não ocorreram como eu esperava. A impressão que ficou foi que a pesquisa não apresentou dados suficientes no levantamento documental e histórico minucioso sobre esta instituição de ensino, a qual suscitou em mim o interesse de aprofundar sobre este aspecto da História da Educação da cidade de Rio Verde.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jane Soares de (1995). Currículos da Escola Normal Paulista (1846–1920): Revendo uma Trajetória. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 76, nº 184, p. 635 – 664, set / dez.
- AMARAL, Maria T. M. do (1991). Políticas de Habilitação de Professores Leigos: A dissimulação da Inocuidade. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte: nº13. P. 11-28, jun.
- ANTUNHA, Heládio C. G. (1976) **A Instrução Política no Estado de São Paulo: a Reforma de 1920**. São Paulo: Publicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, V. 12.
- ARANHA, Maria L. de Arruda (1996). **História da Educação**. São Paulo: Moderna.
- ARQUIVO do COLÉGIO ESTADUAL DO SOL (1974). **Álbuns Fotográficos e Pastas de Documentos**. Rio Verde.
- ARQUIVO WALDYR EMERICH PORTILHO (2000). **Álbuns Fotográficos**. Rio Verde.
- AZEVEDO, Fernando de (1963). **A cultura brasileira**. 4ª ed. Ampl. Brasília: Ed. UnB.
- \_\_\_\_\_ (1957) **A Educação na Encruzilhada: problemas e discussões**. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos.
- ARAÚJO, José C. S. **Representações sociais sobre a Profissão Docente no Século XVI**. UFU – MG. S/D.
- ARIÈS, Philippe (1986). **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- AVANZINI, Guy (1997). **La Pedagogía desde el Siglo XVII hasta nuestros días**. México: Fondo de Cultura Económica.

- BASTOS, Maria H. C. e FARIA FILHO, Luciano M.de (1999). **A Escola Elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf.
- BRETAS, Genesco Ferreira (1991). **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG.
- BRZEZINSKI, Iria (1987). **A Formação do Professor para o Início da Escolarização**. Goiânia: Ed. UCG/SE.
- CAMBI, Franco (1999). **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. UNESP.
- CAMPOS, Onaldo (1971). **Rio Verde Histórico**. São Paulo: Grafica e Ed. Edigraf S/A.
- CANEZIN, Maria T. e LOUREIRO, Walderês N. (1994). **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: Ed. Da UFG.
- CARNEIRO, Moacir A. (1999). **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva** artigo a artigo. Petrópolis RJ: Vozes.
- CARVALHO, Laerte Ramos (1978). **As Reformas Pombalinas da Instituição Pública**. São Paulo: Saraiva/Ed. Da Universidade de São Paulo.
- CASSIMIRO, Maria do R. (1974). **Desenvolvimento e Educação no Interior do Brasil**. Goiânia: Oriente.
- CAVALCANTE, Margarida J. (1994). **CEFAM: uma alternativa pedagógica para a formação do Professor**. São Paulo: Cortez.
- CHAGAS, Valnir (1984). **O Ensino de 1º e 2º Graus: antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva.
- COTRIM, Gilberto (1995). **História e Consciência do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva.
- CUNHA NETO, Oscar (1988). **Rio Verde, Apontamentos para sua História**. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular.



- DIMENSTEIN, Gilberto e ROSSETTI, Fernando (coord.) (2000). Aprender a Ensinar. In: **Educação**. São Paulo: Segmento, ano 26, nº 227, março, p. 30-31.
- DOCUMENTOS da Educação Brasileira (1974). **Reforma Capanema RBEP**, Brasília:
- ESCOLA NORMAL e COMPLEMENTAR. Reunião de abertura. **Ata de sessão realizada** no dia 02/3/1933. Livro 1, p. 03 – verso.
- ESCOLA NORMAL e COMPLEMENTAR. COMISSÃO ADMINISTRADORA INTERINA. **Ata da sessão realizada** no dia 30/4/1934. Livro 1, p. 04 – verso.
- FARIA FILHO, Luciano M. de (org.) (1999). **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições.
- FONSECA, Selva G. (1997). **Ser Professor no Brasil: História oral de Vida**. Campinas, SP: Papirus.
- FERREIRA, Lílíana S. (1996). **Educação & História: Algumas considerações** Ijuí. Ed. UNIJUÍ.
- FERREIRA, Vicentina M. (1990). **Conhecendo a Terra Goiana: estudos sociais**. São Paulo: FTD.
- FRANCA, Leonel (1952). **O Método Pedagógico dos Jesuítas: o Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir Editora.
- GADOTT, Moacir (1993). **História das Idéias Pedagógica**. São Paulo: Ática.
- GERMANO, José W. (2000) **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez.
- GILES, Thomas R.(1987). **História da Educação**. São Paulo: EPU.
- GOIÁS (1953). Decreto n. 299 de maio de 1953. Outorga mandato à Escola Normal de “Santa Rita de Cássia” de Rio Verde para manter o Curso de Formação de professores. **Diário Oficial da Republica dos Estados**

**Unidos do Brasil / Estado de Goiás**, Goiânia, ano 116, nº 6881, p. 1, 20 de maio.

- GOIÁS (1953). Secretaria de Estado da Educação. Termo especial de acordo firmado entre a Secretária de Estado da Educação e a Direção da Escola “Santa Rita de Cássia” de Rio Verde para manutenção sob regime de inteiro gratuidade do Curso de Formação de Professores. **Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil / estado de Goiás**, Goiânia, Ano 116, Nº 6881, p. 5, 21 de junho.
- HAIDAR, Maria de Lourdes M. (1972). A Iniciativa Particular e a Liberdade de Ensino. In: **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: EDUSP e Editorial Grijalbo.
- KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise M. F. (1996). **História do Brasil**. São Paulo: Atual.
- KREUTZ, Lúcio (1986). Magistério: Vocação ou Profissão? **Educação em Revista**, Belo horizonte: FE-UFGM, Nº 1, pp. 12-16.
- KULESZA, Wojciech A. (1998). A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1890–1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: V. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez.
- LARROYO, Francisco (1974). **História Geral da Pedagogia**. Tomo II. São Paulo: Ed. Mestre Jou.
- LIMA, Filadelfo Borges de. (2000) **Síntese dos Prefeitos Rio-Verdenses** (de Martins Borges a Nelci Spadoni). Rio Verde: IAM.
- MARQUES, Mário O. (1992) **A Formação do Profissional da Educação**. Ijuí: Ed. UNIJUI.
- MATTOS, Ilmar R. de (1987). **O Tempo Saquarema**. São Paulo/Brasília: Hucitec / INL.
- MONARCHA, Carlos (1999). **Escola Normal da Praça: o lado noturno das Luzes**. Campinas: Editora da Unicamp.

- MONROE, Paul (1979). **História da Educação**. São Paulo: Companhia Nacional.
- MONTENEGRO, Antônio T. (1994). **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto.
- NASCIMENTO, Terezinha A. Q. R. do (1999). **Memórias da Educação: Campinas (1850–1960)**. Campinas: Ed. Unicamp, Centro de Memória.
- NEPOMUCENO, Maria de Araújo (1994). **A Ilusão Pedagógica, 1930-1945: Estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG.
- NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester (1996). **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos**. São Carlos: EDUFS Car.
- \_\_\_\_\_ (1996). **Industrialização e Educação: A escola profissional de São Carlos: 1932 – 1971**. (Rel. Final de Pesquisa). São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos.
- NÓVOA, Antônio (1991). Para o Estudo Sócio-Histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente. **Teoria e Educação**, nº 4, p. 109–139.
- NUNES, Clarice (org.) (1992). **Passado sempre presente**. São Paulo: Cortez.
- PALACIN, Luiz (1976). **Goiás 1722-1822**. 2ª ed. Goiânia: Oriente.
- \_\_\_\_\_ e MORAES, Maria A. de S. (1975). **História de Goiás (1722 - 1972)**. Goiânia: Imprensa da UFGO.
- \_\_\_\_\_ (1995). et alii. **História de Goiás e Documentos: I Colônia**. Goiânia: Editora da UFG.
- PEIXOTO, Ana M. C. (1992). Recessão e Controle: A Política Educacional Mineira na Era Vargas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 15: 5–13, jun.
- PIRES, Zilda (1998). **Rio Verde: Sesquicentenário**. Rio Verde: IAM Gráfica e Editora.
- \_\_\_\_\_ (1998) **Rio Verde: Relato Histórico**. Rio Verde: IAM Gráfica.

- PRATES, Maria H. O. (1990) Uma Pedagogia para o Professor Primário Mineiro: A escola de aperfeiçoamento. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte nº 11: pp. 12 –29, jul.
- RAINHO, João M. (2000) Magistério Superior. **Ensino Superior**. Ano 2, nº 19, mar., 2000, pp. 22-26.
- RIBEIRO, Maria L. S. (1993) **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez.
- RODRIGUES, Marly (1992). **A década de 80**. São Paulo: Ática.
- ROMANELLI, Otaíza de O. (1985) **História da Educação no Brasil – 1930 – 1973**. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1976). **A Educação na Sociedade Tradicional Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG.
- RUIZ, Santiago H. (1969). **Breve Resenha Histórica de la Formación de los Maestros de Educacion Primária**. Projeto Principal de Educacion. México: 2 (7): 36 – 47, jul – set.
- SAFFIOTI, Heleith I. (1979) **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes.
- SAVIANI, Dermeval (1998). **Nova Lei da Educação trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados.
- SILVA, Nancy R. de A. (1975). **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente.
- SOUSA, Cyntia P. de e CATANI, Denice B. (org.) (1998). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente**. São Paulo: Escritura Editora.
- TANURI, Leonor M. (1979). **O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1809–1930**. São Paulo: Publicação da Faculdade de Educação–Estado e Documentos.

- TEIXEIRA, Anísio (1932). Reorganização do Ensino Normal e sua Transposição para o Plano Universitário: Criação. *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro: v.2, nº 1/2, jan / Jun., p. 110 – 117. Via Word Vide <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/artigo/reorganizacao.htm/>
- TOBIAS, José A. (1986) **História da Educação Brasileira**. São Paulo: IBRASA.
- VEIGA, Cynthia Greive (1992). A Formação dos Educadores: entre os mitos e a História. **Educação Em Revista**. Belo Horizonte nº 15: p. 14-20, jun.
- VEREDAS (1985). *Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP*: n.102/103, p. 208 – 360.
- VIDAL, Diana G. (1996). Ensaio para a Construção de uma Ciência Pedagógica Brasileira: Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1937). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 77, nº 185, pp. 220-238, jan/abr.
- VILELLA, Heloísa (1992). A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (org.). **O Passado Sempre Presente**. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_ (1990) A Primeira Escola Normal do Brasil. Niterói, RJ: Dissertação de Mestrado em Educação: Universidade Federal Fluminense.
- XAVIER, Maria E. et alii (1994). **História de Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD.
- WEREBE, Maria J. G. (1994). **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo: Ática.

ANEXOS

ANEXO N° 1

Convênio Celebrado entre a Fundação Universitária de Rio Verde e Colégio  
Estadual do Sol

CONVÊNIO

Celebrado entre a Fundação Universitária de Rio Verde e Colégio Estadual do Sol para que usen em comum a autorização e o regimento do Colégio Estadual do Sol no Colégio Experimental "Universitário".

dos 27 de março de 1973 presentes no ..... Colégio Estadual do Sol ..... situado à ..... Rua Mouradinho ..... nesta cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, e Sr. Dr. Affonso Rodrigues do Carmo Presidente da Fundação Universitária de Rio Verde e a Srª Wilma Nizinski Forman- dos Diretores do Colégio Estadual do Sol ajustam a utilização do Reconhecimento e Regimento deste educandário para se fundar um novo estabelecimento de ensino - Colégio Experimental "Universitário" conforme as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira:

A Fundação Universitária de Rio Verde acima referida, compromete-se a :

- X - Fundar, manter e dirigir o Colégio Experimental "Universitário" no sentido total. Responsabiliza-se pelo bom funcionamento do referido educandário

Cláusula Segunda:

O Colégio Estadual do Sol compromete-se a :

- I - Reconhecer o Colégio Experimental "Universitário" como filial do e assistir-lhe em todas as circunstâncias em que este Colégio necessita apresentar seu reconhecimento junto as autoridades competentes do Conselho Estadual de Educação e demais Entidades do Ensino ficando-se autorizado.

Cláusula Terceira:

- I - Os nomes do Colégio Experimental "Universitário" e Colégio Estadual do Sol figurarão em todos os documentos, trabalhos e publicações, materiais informativos de uso em comum que se referirem ao presente Convênio.

Cláusula Quarta:

- I - A vigência do Convênio será contada a partir da data de sua assinatura, e as suas cláusulas só poderão ser alteradas p



por termo editivo mediante a emissão de cartas às partes co-  
municadas;

II- A duração em vigência deste Convênio será até a data da antg  
duração e reconhecimento do Colégio Experimental "Universitá  
rio" pelo Conselho Estadual de Educação do Goiás;

III- Revoga-se e contraria os itens anteriores;

Cláusula Quinta

3- O inadimplemento das cláusulas do presente convênio por qual-  
quer uma das partes, sem motivo justificado ou expressamen-  
te escrito, implicará na rescisão ou denúncia do mesmo, notifi-  
cada por manifesta decisão da outra parte;

Cláusula Sexta

4- Não eleito o foro - Faculdade de Filosofia de Rio Verde, RJ,  
se discutir quaisquer dúvidas que se originarem na execução do  
presente Convênio.

E por assim acordarem as partes convenientes, foi lavrado o '  
presente termo em seis(6) vias de igual teor, o qual é assinado'  
pelos interessados e pelas testemunhas abaixo assinadas, depois de  
lido e achado conforme.

Rio Verde, 27 de março de 1971

Fundação Universitária

Colégio Estadual do Sol

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

Cartório do 2.º Ofício

RIO VERDE - GOIÁS

João Orlando Rodrigues

2.º Tabelião

Euge Rodrigues

Substituto

Luiz José Maia

Esc. aut.

Assinhou a(s) firma(s) SUPRA RETRO indobada(s)

Dou fé.

Rio Verde, 05 de outubro, 1971

Em test. *[Signature]* da cidade,

*[Signature]*  
2º KDELIAO

Cartório do Registro de Títulos e Documentos

F. 4822 ppg. 271 do Protocolo n.º A-4. Apresentado  
noje das 14.03.50 hs. Transcrito às fls. 301 do livro n.º B-12  
de Transcrição de Títulos e Documentos e outros papéis, sob o  
número da ordem 4.635.

Rio Verde, 05 de outubro de 1971.

*[Signature]*  
OFICIAL

## ANEXO Nº 2

Ata de Instalação das Aulas da Escola Normal e Complementar

Ota da instalação das aulas da Escola Normal e Complementar da cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

Os dois dias de mês de Março de 1933, presentes num dos salões do antigo Azilo local, o venho sr. Dr. José Campos Juiz de Direito da Comarca, sr. Oscar Campos Junior, Prefeito Municipal e um grande numero de pessoas gradadas da cidade, foi realizada, com grande entusiasmo geral, a instalação das aulas da Escola Normal e Complementar desta cidade de Rio Verde fundada e dirigida pelo professor Aristides Patrício de Araújo.

Depois de falarem varios oradores enaltecendo o valor da instrução em nosso meio, e lida pelo referido Diretor da Escola a lista dos alunos matriculados os que se achavam presentes, certificaram-se os assistentes estarem matriculados no 1º ano Normal, 18 alunos, 5 masculinos e 13 femininos; no 1º ano Complementar, 13 alunos, 4 masculinos e 9 femininos e no 2º ano Complementar, 8 alunos, 5 masculinos e 3 femininos.

O corpo docente da Escola Normal e Complementar ficou assim organizado, de conformidade com o artº 3º do Regº do Ensino Normal do Estado:

Portugues e Geografia - o Diretor da Escola, sr. Aristides Patrício de Araújo.

Ortografia e Ciências Físicas e Naturas - prof. Eurico Viana engenheiro civil.

Francês - prof. Henrique Tibicã, advogado.

História e Geometria - prof. César Ferrnino, Normalista.

Publicidade da Comarca.

Norma Ferreira Diana, Normalista.

Encerrado o expediente do dia, houve a reunião esta que a subscrevo com o Diretor da Escola, com os srs. Juiz de Direito da Comarca e Prefeito Municipal e demais autoridades presentes.

Rio Verde, 2 de Março de 1933.

Sônia Costa de Araújo, Secretária da Escola  
 Cassiano Patício d'Arcanjo, diretor da Escola  
 Escalau profunso - Prefeito - Inspetor Escolar

Maria Costa Gomes  
 José Campos Juiz de Direito,  
 Fernando Cunha, Coleta Estadual.



ANEXO Nº 3

Ata de Entrega e Recebimento da Escola Normal

## Ata de entrega e recebimento da Escola Normal de Rio-Verde.

Aos trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e trinta e quatro na sala da Diretoria da Escola Normal de Rio-Verde onde estavam presentes os membros da Comissão Administradora Interina da Escola Normal composta dos Senhores: -

Mayses Costa Gomes, presidente, Wellington Seabra Guimarães, secretário, Felipe Santa Cruz, Tezameiro, o então Diretor: Professor Aristides Patrício de Araújo, o Professor Allan Kardec, foi pelo mesmo Diretor, professor Aristides Patrício de Araújo entregue a referida comissão a Escola Normal de Rio-Verde, o material didático existente bem como os utensílios da mesma Escola, a saber: - 3 carteiras com 3 lugares cada uma; 5 carteiras com 4 lugares; 14 carteiras com 2 lugares; 3 quadros negros; 2 mapas; 4 bancos grandes; 6 bancos pequenos; 1 tablado; 1 estante para musicas; 1 sermãozinha; 1 mesa de centro de sala; 4 mesas pequenas; 2 mesas grandes; 1 cadeira; 9 cadeiras, palhinha; 6 cadeiras forradas a madeira; 1 mastro para bandeira; 1 pote; 1 pertã-talha; 1 globo terrestre; 1 compasso; 1 esquadro; 1 estante para livros; 1 caixa de giz; 1 cadeira; 1 bloco de boletins bi-mestrais; 2 blocos de certificados de graduacao; 4 blocos para recibos; 1 bloco com o timbre da escola; 1 canhão da escola; 1 pagador de papéis; 3 livros de matrícula; 1 livro de atas de exames finais; 1 livro de exames, digo, de atas de exames de graduacao; 3 diários de classe; 1 livro para registro de notas dos alunos; 1 livro de ata de installacao; 3 livros de chamadas do ano passado; 52 fls. e umas de

em zebu, 1 fôrnilho de ferro adaptável ao fogo; 3  
 cacarolos de ferro; 3 cacarolos esmaltados; 1 chalu-  
 ra de alumínio; 1 frigideira; 3 baldes de zinco; 1  
 bule para café; 1 transesta grande, esmaltada; 1 café-  
 teira; 1 mauiho; 1 rolo; duas bacias; 2 colheres de  
 ferro; 1 espuma-de-ferro; 1 canucha; 1 guarda-louças;  
 1 luteira; 21 pratos de louça; 2 tijelas de louça; 2  
 travessas de louça; 5 copos; 6 pratos para doce;  
 7 chavetas; 1 bandeja; 6 ducaras; 10 colheres; 8  
 facas; 10 garfos; 1 colherinha; transferido na  
 mesma data, todo o direito que possuía em a  
 mesma Escola, a referida Sociedade Anonima,  
 por intermédio da citada comissão, pela im-  
 portância de \$ 2.000,00 (dois mil e zero)

conforme recibo firmado pelo mesmo diretor.  
 Nada mais havendo a tratar foi encerrada a  
 referida solenidade de entrega e recebimento da  
 Escola Normal de São-Verde, do que, para certifi-  
 car, eu, Wellington Leabra Guimarães, secretário, lavrei  
 a presente ata que vai subscrita por mim e por  
 todos assinada.

Gustavo Raticio de Araújo, diretor  
 Myres Costa Gomes, Presidente.  
 Wellington Leabra Guimarães - Secretário.  
 Felipe Alves de Jesus -  
 Manoel Augusto Costa - professor

ANEXO N° 4  
Estatutos da Escola Normal S/A



61  
1959  
R. Verdes

ESTATUTOS DA "ESCOLA NORMAL DE RIO VERDE, S.A."

CAPITULO I

Da sociedade, seus fins e duração.

Art.1-Entre os abaixo assinados fica constituída, nesta cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, onde terá sua sede e fóro jurídico, a sociedade civil, sob fórmula anônima, denominada "Escola Normal de Rio Verde, S.A.", regida pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor.

Art.2-Seu fim principal é fundar e manter um estabelecimento modelar de ensino, dos graus primário, complementar e normal, onde a mocidade de ambos os sexos receba a educação e instrução suficientes, de acôrdo com os métodos mais adiantados e não visando os associados qualquer interêsse pecuniario.

§ unico-Por este fim o estabelecimento admitirá alunos internos, semi-internos e externos em numero que comportar a capacidade do estabelecimento.

Art.3-A sua duração será por tempo indeterminado, a contar desta data, não podendo ela se extinguir a não ser por impossibilidade da realização de seu fim revertendo, neste caso, o seu patrimônio a um estabelecimento municipal de fins idénticos ou semelhantes.

CAPITULO II

Do capital social, das ações e dos acionistas.

Art. 4-O capital inicial social é de sete contos e oitocentos mil réis (7:800\$000), representado por 78 ações nominativas, do valor de cem mil réis (100\$000), integralizadas, podendo ser elevado por deliberação da Assembléa Geral, precedendo proposta da Diretoria, ou em vista dos oferecimentos de subscritores que se proponham a tomar novas ações para fomentar o desenvolvimento da sociedade.

Art.5-Nenhum acionista poderá ser proprietário de ações que representem mais de um quinto da totalidade do capital social.

Art.6-As ações são indivisíveis em relação a sociedade, que não reconhece mais de um proprietário para cada uma e só transferíveis por termo lavrado e assinado nos livros da sociedade.

§ 1)-Os acionistas só poderão transferir as suas ações a estranhos, depois de as oferecerem aos acionistas existentes ou aos membros da Diretoria, os quais terão o prazo de 30 dias para aceitar ou recusar a oferta, e a preferência para a compra em igualdade de condições, não podendo, porém, ser exigido preço acima do valor ao par de cada ação.

§ 2)- Provado ter sido feita a oferta, no caso de recusa ou falta de qualquer declaração no prazo declarado no parágrafo anterior, poderá operar-se a transferência a estranhos, nas condições do mesmo parágrafo, mencionando-se esta circunstancia no termo de transferência do livro proprio.

§ 3)-Os acionistas e os diretores da sociedade não são soli-

darios pessoalmente pelas obrigações por ela contraídas.

### CAPITULO III

#### Da administração.

Art.7-A Sociedade será administrada por uma diretoria composta de quatro membros: diretor geral, diretor técnico, secretario e tesoureiro, eleitos por dois anos, podendo ser reeleitos.

§ unico-Cada diretor fará caução de 2 ações para garantia de sua gestão. A caução será feita por termo no livro de registro e vigorará enquanto durarem as funções do cargo e até a aprovação das contas do ultimo ano em que haja o diretor servido.

Art.8-O diretor geral e o tesoureiro não perceberão vencimento algum, sendo os seus serviços considerados relevantes a Sociedade e a instrução de Rio Verde.

Art. 9-O diretor técnico e o secretario terão ordenado mensal respectivamente de 450\$000 e 260\$000, enquanto outros vencimentos não forem fixados pela Assembléa geral ordinária.

§ unico-São obrigados, porém, a dar, pelo menos, três aulas diárias no estabelecimento da Sociedade, sem mais onus para esta, durante o período letivo.

Art.10- Os cargos de diretor técnico e de secretario só podem recair em pessoas que sejam ou se destinam a ser professores do estabelecimento da Sociedade.

Art.11- Os diretores eleitos que, sem causa justificada, deixarem de exercer as respectivas funções por mais de 30 dias, serão considerados como tendo renunciado o cargo, salvo caso de licença, que poderão obter da Diretoria.

Art.12- No impedimento temporario de qualquer diretor ou em caso de renúncia ou falecimento, será convidado pela Diretoria um acionista para preencher a vaga do diretor geral; a do diretor técnico será preenchida pelo secretario, sendo este, por designação sua, substituído por um dos professores do estabelecimento; a do tesoureiro será também preenchida, a convite da Diretoria, por um dos acionistas residente nesta cidade e de grande idoneidade, até que se apresente o substituído ou seja eleito outro diretor;

Art.13º- Compete á Diretoria:

1) elaborar os regulamentos internos e externos do estabelecimento, bem como o da congregação de professores, com colaboração destes;

2) transigir, renunciar direitos, hipotecar ou empenhar bens sociais, contrair obrigações e alienar moveis e direitos, na forma do art.39;

3) alugar, locar e sublocar prédios e bens moveis;

4) resolver sobre compra e venda de moveis e materiais para o estabelecimento;

5) deliberar sobre construções para sede, sucursais ou filiais do estabelecimento e sobre as modificações e melhorias de que os prédios necessitarem;

6) Deliberar sobre o destino das subvenções e auxilios feitos ao estabelecimento;

7) escolher o estabelecimento de crédito onde devem ser depositados os valores sociais;

8) deliberar sobre a expulsão ou exclusão de algum aluno;

9) admitir alunos gratuitamente, conforme as condições do estabelecimento;

10) contratar professores, suspender ou excluí-los, de conformidade com os regulamentos da escola e contratos feitos;

11) convocar as assembléas gerais, ordinárias e extraordinárias;

12) estabelecer programa de educação;

13) trabalhar junto dos poderes federais, estaduais e municipais em prol da escola;

14) decidir sobre criação de sucursais e filiais neste ou em outro município;

15) nomear os diretores das sucursais e filiais e estabelecer o

regulamento das mesmas;

- 16) fazer propaganda do estabelecimento;  
17) conceder licença a cada um dos diretores e professores;  
18) instituir prêmios aos alunos;  
19) expedir e assinar diplomas;

Art. 14-As resoluções da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e, no caso de empate, será sorteado um dos membros do Conselho Fiscal para apenas ter o voto de desempate.

Art. 15-Compete ao diretor geral:

- 1) executar e fazer executar fielmente estes estatutos e as decisões da Diretoria e da Assembléa Geral;
- 2) apresentar á Assembléa Geral dos acionistas, em nome da administração, relatório anual das operações e do estado da Sociedade;
- 3) presidir ás assembléas gerais, ordinarias e extraordinarias e ás sessões da Diretoria.

Art. 16- Compete ao diretor tecnico:

- 1) executar e fazer executar fielmente os regulamentos interno e externo do estabelecimento;
  - 2) fornecer ao diretor geral dados minuciosos sobre as operações e estado da Sociedade;
  - 3) supervisionar todos os negócios e operações da Sociedade que não estejam afetos á Diretoria;
  - 4) assinar os balanços e balancetes; abrir e assinar a correspondência da Sociedade;
  - 5) assinar com o tesoureiro os cheques de retirada de dinheiro dos bancos, bem como quaisquer papéis ou documentos de responsabilidade da Sociedade;
  - 6) visar as contas que devem ser pagas pelo tesoureiro;
  - 7) constituir mandatários que representem a Sociedade em juízo fóra d'ele;
  - 8) endossar os vales das quantias remetidas ao estabelecimento pelo correio;
  - 9) convocar, pelo menos, uma vez por mês a congregação da Escola para serem resolvidas as medidas necessarias á bem da eficiencia do ensino;
- 10)- organizar, de acôrdo com a congregação, os horarios do estabelecimento, as bancas examinadoras e a fórma dos exames;
- 11) presidir ás sessões da congregação;
  - 12) submeter á apreciação da Diretoria a inaptidão, a inefficiencia e as irregularidades de professores;
  - 13) nomear, conceder licença, demittir ou suspender livremente os inspetores de alunos e demais empregados do estabelecimento e marcar-lhes os vencimentos;
  - 14) fazer ver á Diretoria a conveniência, a bem do estabelecimento da exclusão ou expulsão de algum aluno;
  - 15) rubricar os livros de atas e fiscalizar a escrituração do estabelecimento;
  - 16) fiscalizar todos os atos referentes ao ensino;
  - 17) assinar todos os papéis que estejam afetos á Diretoria.

Art. 17- Compete ao secretario:

- 1) redigir toda a correspondencia do estabelecimento, as atas das sessões das assembléas extraordinarias da Diretoria e da congregação, fazer a escrita de todo o movimento e atos referentes ao estabelecimento;
- 2) substituir o diretor tecnico, de acôrdo com o art. 15-
- 3) zelar pela boa guarda e ordem do arquivo;

Art. 18-Ao tesoureiro compete:

- 1) receber e guardar todos os valores e dinheiro pertencentes á Sociedade;
- 2) pagar as contas que forem visadas pelo diretor tecnico;
- 3) assinar, com o diretor tecnico, os cheques de retirada de dinheiro dos bancos, bem como quaisquer papéis e documentos de responsabilidade da Sociedade.

#### CAPITULO IV

##### Do Conselho Fiscal

Art. 19-A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de membros e suplentes, em numero igual, eleitos bianualmente pela Assembléa ordinária, podendo ser reeleitos.

18  
*[Handwritten Signature]*

Art. 20- No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento por mais de dois meses, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo suplente mais votado, no caso de ter havido empate, será o mais velho.

Art. 21- Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes não receberão gratificação alguma; seus serviços serão considerados relevantes à Sociedade e à Instrução de Rio Verde.

Art. 22- Ao Conselho Fiscal compete:

- 1) estudar minuciosamente as contas e relatórios da Diretoria e sobre eles apresentar parecer escrito à Assembléa Geral;
- 2) comparecer às sessões da Diretoria, todas as vezes que fôr convocado, assinando as respectivas atas;
- 3) dar parecer sobre o ensino ministrado no estabelecimento;
- 4) exercer as demais atribuições legais.

## CAPITULO V

### Das Assembléas Gerais.

Art. 23- Compete à Assembléa Geral:

- 1) alterar e reformar os estatutos da Sociedade;
- 2) deliberar sobre as contas prestadas anualmente pela administração;
- 3) eleger, conforme dispõem os artigos 8 e 20, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- 4) deliberar sobre tudo que fôr de interêsse da Sociedade e não estiver expressamente cometido à administração;

Art. 24- A Assembléa Geral reunir-se-á ordinariamente na primeira quinzena de janeiro, e, extraordinariamente, nos casos seguintes:

- 1) quando fôr requerida a sua reunião por acionistas cujas ações representem, ao menos, um quinto do capital da Sociedade;
- 2) quando a Diretoria julgar necessário;
- 3) quando o Conselho Fiscal entender que ocorrem motivos graves e urgentes para a convocação;

§ 1- Nas sessões extraordinárias a Assembléa Geral só poderá tratar do objeto para que houver sido convocada;

§ 2- A convocação ordinaria será feita por carta, com recibos de volta ou pou anúncios publicados na imprensa local, se houver, ou no Correio Oficial do Estado, pelo menos 15 dias antes do indicado para a reunião, e a ordinaria com 5 dias de antecedência.

§ 3- A convocação extraordinária será feita por meio de cartas, com recibos de volta, e, na imprensa local, se houver.

§ 4- O acionista escreverá o nome e o numero de ações que possuir no livro de presença, sempre que houver a reunião da Assembléa Geral.

Art. 25- Os acionistas poderão fazer-se representar por procuradores legalmente constituídos, contanto que estes sejam também acionistas e estejam no gozo de seus direitos sociais, não podendo ser procuradores os empregados da Diretoria, do Conselho Fiscal ou professores e empregados da Sociedade.

§ unico- O procurador escreverá no livro de presença o seu nome e o do mandante, declarando o numero de ações que este possuir.

Art. 26- Cada ação dá direito a um voto.

Art. 27- Quando se tratar de eleição dos membros da administração ou do Conselho Fiscal, da aprovação das contas da Diretoria, da alteração dos estatutos ou da liquidação da Sociedade, a votação será feita por escrutínio secreto, contados os votos na forma do artigo 26; todas as outras votações serão per capita, salvo resolução em contrário da Assembléa Geral, tomada por capital, na forma indicada no artigo antecedente.

Art. 28- A Assembléa Geral sómente poderá deliberar achando-se reunidos acionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

§ unico- Se este numero se não reunir, nova reunião será convocada, com antecipação de cinco dias, por carta, com recibos de volta, ou pela imprensa local, declarando-se que na segunda reunião se deliberará qualquer que seja a soma do capital representado pelos que comparecerem.

Art. 29- A Assembléa Geral, que tem de deliberar sobre a constituição da Sociedade e a aprovação dos valores dados às prestações que não consistem em dinheiro e sobre as modificações e alterações dos estatutos

carece, para validamente se constituir, da presença de acionistas que, no mínimo, representem dois terços do capital social.

§ 1-Se nem na primeira, nem na segunda reunião comparecer o número de acionistas exigido na disposição precedente, convocar-se-á terceira, com a declaração de que a Assembléa poderá deliberar, seja qual for a soma do capital representado pelos acionistas presentes.

§ 2- Neste caso, além, dos anúncios, a convocação se fará por meio de cartas.

Art.30-As deliberações da Assembléa Geral,tanto no caso do art.23 como no antecedente,serao tomadas pela maioria dos socios presentes.

Art.31- Podem votar na Assembléa Geral os acionistas que tiveram transferido suas ações em caução.

Art.32- Serão admitidos a votar na Assembléa Geral :

- 1) o tutor,pelo tutelado e o curador, pelo curatelado;
- 2) o marido, por cabeça da mulher e os pais , pelos filhos menores;
- 3) os socios da firma comercial, pela mesma;
- 4) o representante da administração de sociedade anônima ou corporação, por esta;

5) os representantes da administração publica, por esta;

6) o inventariante, pelo acervo pro indiviso;

7) os syndicos e liquidatarios, pelas massas falidas;

Art. 33- Os membros de administração da Sociedade nao poderão votar todos os balanços, inventarios e contas que prestarem, em os do Conselho Fiscal sobre seus pareceres.

## CAPITULO VI

### Do ano social, dos lucros e sua aplicação.

Art.34-Para todos os efeitos juridicos, o exercicio anual da vida da Sociedade compreende de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 35-No fim da cada ano social, proceder-se-á a balanço,e,do lucro liquido verificado far-se-á a seguinte distribuição:

60 % para o fundo de reserva;

10 % para o diretor tecnico;

20 % para a aquisição de roupa e materiais escolares para os alunos reconhecidamente pobres;

10 % para o tesoureiro.

Art. 36-As importancias do fundo de reserva serão depositadas num banco de grande idoneidade e sao destinadas á construção ou á aquisição de um predio moderno em que devera ser definitivamente instalado o estabelecimento da Sociedade, bem como para a aquisição de laboratorios, materiais escolares e biblioteca.

## CAPITULO VII

Art.37-O patrimônio da sociedade poderá ser tambem aumentado por doações ou legados que se lhe fizerem.

Art. 38-A Sociedade pode crear sucursais ou filiais, neste ou em outro municipio do Estado.

Art.39- Os administrados não podem, salvo expressa autorização da Assembléa Geral, transigir, renunciar direitos, hipotecar ou empenhar bens sociais, contrair obrigações e alienar bens e direitos sociais.

Art.40-Fundado o estabelecimento da Sociedade nao se pode adotar nêlle qualquer religiao ou seita, salvo autorização expressa da Assembléa Geral.

Art.41- Uma vez reconhecida a idoneidade do professor durante o primeiro ano de exercicio, tornar-se-á ele efetivo após concurso da materia ministrante em banca examinadora escolhida epal Diretoria.

§ 1-Terá o professor direito á aposentadoria depois de trinta annos de trabalho exclusivamente dedicado ao estabelecimento ou de ter sido acometido de invalidés permanente, depois de dez annos de serviços nas mesmas condições.

§ 2-Em caso de impedimento até três meses de serviço por doença devidamente comprovada, o professor exclusivamente dedicado ao estabe-



ANEXO Nº 5  
Diário Oficial 20/5/53

República dos Estados Unidos do Brasil

## DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE GOIÁS

ANO 116

Goiânia — Quarta-feira, 20 de maio de 1953

NUM. 6.881

## ATOS DO GOVERNO DO ESTADO

## DECRETO N. 299, DE MAIO DE 1953.

O Governador do Estado de Goiás, usando de suas atribuições legais, especialmente das estabelecidas pelo Decreto-lei nº 270, de 23 de maio de 1947 e o Decreto n. 774, de 31 de dezembro de 1948, que baixou o Regulamento do Ensino Normal do Estado de Goiás, resolve outorgar mandato a Normal de Santa Rita de Cássia, de Rio Verde, pá- Escola Normal de Santa Rita de Cássia, de Rio Verde, para manter a Curso de Formação de Professores, e dois anos de estudo intensivos, conforme permite o artigo 13 do mesmo Regulamento, sob inspeção estadual, a partir do ano letivo de 1953.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 2 de maio de 1953, 649. de República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA  
Cônego José Trindade da Figueira e Silva

O Exmo. Sr. Governador do Estado assinou os seguintes decretos:

Na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública:

DIA 29-4-1953.

Exonerando, de acordo com o artigo 92, parágrafo primeiro, letra "b", Waldomiro Rodrigues, do cargo de Delegado de Polícia, padrão "B", do Município de Trindade.

DIA 6-5-1953.

Nomeando, o Assistente de Estatística, classe P, Maria Feliza de Souza, para exercer, em substituição, a partir desta data, o cargo de Diretor, padrão X, do Departamento Estadual de Estatística enquanto durar o afastamento legal e temporário do respectivo titular, Senhor Geraldo Campos.

Nomeando, nos termos do artigo 15, item IV, do Decreto-lei n. 4.920, de 23 de outubro de 1941, Geraldo Ezequiel Bralzel para exercer, interinamente, o cargo de Guarda Civil, classe "G", inicial da carreira integrante da P.P. — T. III, do quadro geral do funcionalismo do Estado, na vaga verificada com a exoneração a pedido, de José Pinto da Costa.

Exonerando, a pedido, de acordo com o artigo 92, parágrafo 1º, letra "a", do Decreto-lei n. 4.920, de 23 de outubro de 1941, José Pinto da Costa do cargo de Guarda Civil, classe "G", interinamente, integrante da P.P. — T. III, do quadro geral do funcionalismo do Estado.

DIA 7-5-1953.

Exonerando, tendo em vista o que consta do processo n. 1.1-01470/53, protocolado no Gabinete Civil da Governadoria, a pedido, Jerônimo Batista de Melo do cargo de 1º Suplente do Juiz Municipal do Termo de Aurilândia, Comarca de Parauapebas.

Aposentando, tendo em vista o que consta do processo n. 1.1-01483-53, protocolado no Gabinete Civil da Governadoria, por acatando o parecer da Consultoria Jurídica do Estado, por invalidez para o serviço público, Luiz Manoel Guimarães, no cargo de Escriturário, classe "E", integrante da Parte Perceptiva do quadro geral do funcionalismo do Estado, na tabela III, do quadro geral de remuneração da atividade, na importância de dezesseis mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 16.800,00) anuais, nos termos do § 3º do artigo 117 da Constituição Federal, combinado com o artigo 117 da Constituição Estadual e artigos 187, item IV e artigo 189, item I, do Decreto-lei n. 4.920, de 23 de outubro de 1941.

Nomeando, de acordo com o artigo 307, parágrafo único do Código Judiciário do Estado, Epenor Machado de Mendonça para exercer, interinamente, o cargo de Contador, Particular e Distribuidor da Comarca de Corumbasba.

DIA 9-5-1953.

Removendo, tendo em vista o que consta do processo n. 1.1-01477/53, protocolado no Gabinete Civil da Governadoria, a pedido, o Escrivão do Crime da Comarca de Jaraguá, muitas de Freitas para igual cargo na Comarca de Jaraguá.

DIA 11-5-1953.

Nomeando, de acordo com o artigo 203 do Código Judiciário do Estado, José de Paula para exercer, interinamente, o cargo de Oficial de Justiça da Comarca de Inhumas, integrante do Quadro de Justiça de que trata a Lei 151, de 8 de outubro de 1948.

DIA 12-5-1953.

Removendo, tendo em vista o que consta do processo n. 1.1-01698/53, protocolado no Gabinete Civil da Governadoria, com fundamento nos artigos 317 e 320, parágrafo primeiro, do

Código Judiciário do Estado, a pedido, o Juiz de Direito, de primeira entrância, padrão XXIV, da Comarca de Niquelândia, Bacharel Eurico Velasco de Azevedo, para idêntico cargo vago na Comarca de Guapó.

Exonerando, a pedido, Abdala Cardoso da Costa do cargo de Porteiro dos Auditórios da Comarca de Guapó, integrante do Quadro de Justiça de que trata a Lei 151, de 8 de outubro de 1948, e nomeando, de acordo com o artigo 288, do Código Judiciário do Estado, Armando Pinto Duarte para exercer, interinamente, o referido cargo.

Na Secretaria da Fazenda:

DIA 11-5-1953.

Retificando, tendo em vista proposta da Secretaria de Estado da Fazenda, o decreto de 6 do corrente mês na parte em que nomeou Francisco Rosa para o cargo de Vigia Fiscal, padrão "D", constituído da P.P. — T. I, do quadro geral do funcionalismo do Estado; a fim de considerar nomeado Francisco Rosa Teixeira; para nos termos do item I do artigo 15 do Decreto-lei n. 4.920, de 23 de outubro de 1941, exercer, em comissão, o referido cargo.

Na Secretaria da Saúde:

DIA 31-3-1953.

Promovendo, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 50, do Decreto-lei n. 4.920, de 23 de outubro de 1941, e proposta do Serviço Central do Pessoal, Sr. Wilson do Carvalho ao cargo de classe "Q", no cargo da classe "R", da carreira de Médico Clínico, constante da P.P. — T. III, do quadro geral do funcionalismo do Estado, cargo vago criado pela Lei n. 463, de 15 de dezembro de 1949.

## Serviço Central do Pessoal

TERMO de prorrogação de contrato que entre si fazem o Governo do Estado de Goiás e o Sr. Ildelfonso Gomes de Almeida, para o fim que nele se declara:

Aos sete (7) dias do mês de maio de um mil novecentos e cinquenta e três (1953), em Goiânia, no Gabinete do Diretor do Serviço Central do Pessoal, edifício da Secretaria do Estado da Fazenda, 2º pavimento, sito à Praça Cívica, entre o Governo do Estado de Goiás, neste ato, chamado apenas contratante, representado pelo titular da supracitada função, Sr. Antonio Jurgena Di. Guimarães, e o Sr. Ildelfonso Gomes de Almeida, denominada simplesmente contratado; foi prorrogado o contrato que entre si fizeram a 16 de fevereiro de 1951, para o desempenho da função de Assistente Especializado dos Serviços Veterinários, da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante o pagamento do salário mensal de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), correndo a despesa por conta da verba 8.2-8.55.1, do vigente Orçamento, vigorando o presente ato a partir de 1º (primeiro) de janeiro próximo passado até trinta e hum (31) de dezembro do corrente ano, ficando ratificadas todas as cláusulas atais do termo originário.

O presente termo, lavrado por mim, Deusdedit Kunigel Cardoso d'Ávila, Assistente de Administração, classe "Q", da Tabela III da Parte Permanente do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado, às fls. 67 e 67-v do livro próprio, à vista do que consta do processo n. 1.5-00328-53, para firmeza e validade do que fica estabelecido, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, por duas testemunhas e, por mim subscrito, estando isento do qualquer imposto ou taxa, na forma da lei.

Goiânia, 7 de maio de 1953.

Ass. Antonio Jurgena Di. Guimarães, Ildelfonso Gomes de Almeida, Joaquim Alves Marinho, Wilson Ferreira da Silva, Deusdedit Kunigel Cardoso d'Ávila.

Termo de prorrogação de contrato que entre si fazem o Governo do Estado de Goiás e o Sr. Eupimondas Geofre Wanderley, para o fim que nele se declara:

Aos dois (2) dias do mês de maio de um mil novecentos e cinquenta e três (1953), em Goiânia, no Gabinete



ANEXO Nº 6  
Diário Oficial 21/6/53

Testemunhas:  
Pedro Viggiano  
José Cruciano de Araújo

Térmo especial de acôrdo firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Direção da Escola Normal "Santa Rita de Cassia", de Rio Verde, para manutenção sob regime de inteira gratuidade do Curso de Formação de Professores.

Aos 7 dias do mês de abril do ano de mil novecentos cinquenta e três, no Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, presente este e o Revmo. Padre Miguel Ferreras Garcia, Secretário-Diretor daquele estabelecimento, foi firmado o presente acôrdo para a manutenção, sob regime de inteira gratuidade, do Curso Intensivo de Formação de Professores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1º — A Direção do estabelecimento em tela se obriga a manter o curso Normal, sob regime de inteira gratuidade, para alunos de ambos os sexos;

2º — A Secretaria de Educação subvencionará a Escola Normal "Santa Rita de Cassia" de Rio Verde, durante o ano letivo corrente e o de 1954, prazo de duração deste contrato, com a importância de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) divididos em 12 prestações mensais e consecutivas, sendo as prestações, na importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pagas por via da Coletoria Estadual da Cidade de Rio Verde, a partir do mês de janeiro deste ano;

3º — O pagamento das prestações far-se-á até o dia 15 de cada mês;

4º — A direção da Escola Normal terá completa autonomia, dentro do regulamento do ensino Normal do Estado de Goiás, relativamente ao corpo docente e disciplina interna, obrigando-se, todavia, a enviar relatório anual de suas atividades à Divisão de Ensino do Segundo Grau, da Secretaria da Educação;

5º — A direção da Escola Normal, obedecendo ao que reza o artigo 141, parágrafo 7º, da Constituição Federal, garantirá, no Curso de Formação de Professores, aos alunos, liberdade de Consciência e de Crença;

6º — O pagamento da Subvenção, na importância de Cr\$ 60.000,00, para o corrente ano letivo, far-se-á a partir do mês de janeiro, por conta da verba 6.2.1.8384, Consignação I, letra "b", do vigente orçamento do Estado, e, no ano letivo de 1954, pela verba que regular o assunto.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se este termo que vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Secretaria de Estado da Educação, em Goiânia, aos 7 de abril de 1953.

ass.) Cônego José Trindade da F. Silva  
Pelo Diretor, Padre Miguel Ferreras Garcia.

Testemunhas: José Cruciano de Araújo e Maria do Lourdes Silva Arantes.

Térmo especial de acôrdo firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e o Colégio Santo Agostinho, desta Capital, referente a manutenção, sob regime de gratuidade, do Curso de Formação de Professores.

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 1953, no Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Educação, presentes o Exmo. e Revmo. Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, Secretário da Educação, e o representante do Colégio Santo Agostinho, abaixo assinado, foi firmado, o presente acôrdo para a manutenção, sob o regime de inteira gratuidade, de para a formação de professores, na Escola Normal do Santo Agostinho, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1º — A Direção da Escola Normal do Colégio Santo Agostinho se obriga a manter o Curso Normal, sob regime de inteira gratuidade, para alunos do Sexo Feminino;

2º — A Secretaria de Estado da Educação, subvencionará o curso de Formação de Professores Primários do Colégio Santo Agostinho, durante o corrente ano letivo e o de 1954, prazo de duração deste contrato, com a importância de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), divididos em doze prestações mensais e consecutivas, sendo as prestações, na importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pagas por via da Tesouraria da Secretaria da Fazenda, a partir do mês de janeiro.

3º — O pagamento das prestações far-se-á até o dia 15 de cada mês.

4º — Aos alunos que, por indisciplina ou desleixo, causarem dano considerável no prédio, instalações ou material da Escola Normal, se permitirá cobrar a indenização do prejuízo causado;

5º — A Direção do Colégio e Escola Normal Santo Agostinho terá completa autonomia, dentro do Regulamento do Ensino Normal do Estado de Goiás, relativamente ao corpo docente e disciplina interna, obrigando-se todavia a enviar relatório anual de suas atividades à Divisão de Ensino do Segundo Grau, da Secretaria de Estado da Educação, além do relatório ordinário e mensal do Inspetor do Ensino Normal, junto ao estabelecimento;

6º — Garantir-se-á, no Curso de Formação de Professores Primários, aos alunos de liberdade de consciência e de crença, de acôrdo com o que reza o artigo 141, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

7º — O pagamento da Subvenção, na importância de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para o corrente ano letivo, far-se-á, por conta da verba 6.2.1.8384, Consignação I, letra "b", do vigente orçamento do Estado.

8º — No ano letivo de 1954, o pagamento far-se-á, a partir do mês de janeiro, pela verba que regular o assunto.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se este termo, que lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Secretaria de Estado da Educação do Goiás, em Goiânia, aos 14 de fevereiro de 1953.

ass.) Cônego José Trindade da Fonseca e Silva  
Madre Maria Rita Bretas, Diretora.

Testemunhas: José de Souza Pôrto e Pe. Pedro Pereira Piagem.

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Térmo de Contrato, aditivo ao celebrado em 26 de janeiro de 1952, na forma que abaixo se declara.

Aos trinta dias do mês de maio de 1953, nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Secretaria da Saúde, aqui presentes os senhores doutores José Peixoto da Silveira e José Bernardo Felix de Sousa, respectivamente, Secretário da Saúde e Consultor-Geral do Estado, compareceu o senhor José Tiburcio Pereira Pinto, Presidente da Cooperativa de Trabalhadores da Indústria de Construção Civil do Estado de Goiás, de Responsabilidade Limitada, e disse que tendo o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado de Goiás, por despacho número 4.406, de 15 de dezembro de 1952, aprovado o orçamento apresentado para o aproveitamento da ala destinada ao Pronto Socorro de Goiânia, vinha assinar o presente termo aditivo do contrato celebrado para a construção do Hospital Geral de Goiânia, em 26 de janeiro de 1952, uma vez foram autorizadas as modificações, no exclusivo interesse da Administração Pública, por despacho do Chefe do Poder Executivo, de acôrdo com o artigo 797, parte final, do Código de Contabilidade da União, em vigor neste Estado, nos termos do artigo 20, da Lei número 489, de 18 de julho de 1951, que se regerá pelas cláusulas que se seguem.

PRIMEIRA — A Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil do Estado de Goiás, de Responsabilidade Limitada, pessoa jurídica de direito privado, com sede e fóro nesta Capital, se obriga a executar os serviços necessários ao aproveitamento da parte do porão da ala destinada ao Pronto Socorro do Hospital Geral de Goiânia, bem como os aumentos a que se refere o processo número 120152, da Secretaria da Saúde, sendo: desatêrro e demolição; concreto armado em reforço à todas as vigas dos vãos de todas as portas e janelas de ferro; revestimento em todas as paredes internas e externas com massa de acôrdo com as especificações gerais do Hospital; piso de acôrdo com as especificações da planta; esquadrias; portões de ferro nas garagens e entrada para o necrotério, basculantes de ferro em todas as janelas; portal de madeira da mesma qualidade das que forem empregadas no Hospital, óculos de ferro em todos os lugares indicados na planta (basculantes); ferragens, instalação elétrica, um ponto de luz em cada cômodo com interruptores embutidos e cinco (5) tomadas em locais a serem escolhidos; instalação hidráulica: serão colocados três (3) lavatórios para água fria em lugares a serem determinados pelo Fiscal da Obra, ligados à rede geral do Hospital e mais a instalação de um lavatório e um vaso sanitário junto aos serviços de Kalaou X, no primeiro pavimento, roupas, vidros; limpeza; reforço dos alçerces do porão em concreto. As paredes do primeiro pavimento correspondentes ao porão serão de um (1) tijolo e não do meio. Por conta da Cooperativa contratante correrão as despesas de seguros e leis sociais.

SEGUNDA — Os serviços objeto deste contrato aditivo, e especificados na cláusula primeira, serão executados pelo preço certo de duzentos e trinta e um mil oitocentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 231.890,00), que correrá à conta da verba 7.0.3-49.2-III, e será paga pela mesma forma convencionada.

ANEXO Nº 7  
Questões para Entrevistas

## Roteiro Para Entrevistas Com Diretores E Professores Da Escola Normal

### 1- Dados de identificação

- a- Permita-me registrar o seu nome.
- b- Qual é a data e o local de seu nascimento?
- c- Onde e quando iniciou seus estudos?
- d- cursou a Escola Normal? Quando? Em que escola(colégio)?

### 2- Concepção de professor(a)

- a- Qual a sua formação?
- b- Que razões a(o) levaram a escolher a profissão de magistério?
- c- Que relevância teve a Escola Normal na sua trajetória profissional?
- d- Como o Senhor(a) foi trabalhar na Escola Normal?
- e- Como os professores eram admitidos para trabalhar na Escola Normal?

### 3- Dados gerais sobre a Escola Normal

- a- Como surgiu a Escola Normal em Rio Verde?
- b- Qual filosofia orientava as ações pedagógicas realizadas pela Escola Normal?
- c- A Escola Normal cumpria suas funções(pedagógicas e sociais) ?
- d- Como era a organização da Escola Normal(setores, departamentos) ?
- e- Qual a função e como atuava cada setor ou departamento?
- f- O trabalho na Escola Normal repercutia na sociedade? De que forma ele influía?

### 4- Prática pedagógica

- a- O currículo da época refletia a filosofia da Escola Normal?
- b- O currículo era adequado à formação do professor(a) exigido para aquele momento?
- c- Como eram selecionados os conteúdos a serem ensinados?
- d- De que forma se dava o planejamento didático?
- e- Que método de ensino - aprendizagem era usado?
- f- Que técnicas de ensino e estudo eram mais comuns?
- g- Havia trabalhos com a Prática de Ensino? Onde e como eram realizados?
- h- Como era realizado o processo de avaliação? Como se dava a questão aprovação - reprovação?
- i- O que se entendia por disciplina na época? Como esta se dava nas salas de aula do Curso Normal?

### 5- Características do corpo discente

- a- Qual a origem sócio-econômica do(a) aluno(a) que freqüentava a Escola Normal?
- b- Como era avaliado o rendimento dos(as) alunos(as) naquela época?
- c- Qual era o índice de reprovação?

Para os alunos que freqüentaram a Escola Normal em suas diferentes fases históricas as questões formuladas foram:

#### 1- Dados de identificação

- a- Permita-me registrar o seu nome.
- b- Qual é a data e o local de seu nascimento?
- c- Onde e quando iniciou seus estudos?
- d- Coursou a Escola Normal? Quando? Em que escola(colégio)?

#### 2- Informações gerais

- a- Qual a origem sócio-econômica da clientela que frequentava a Escola Normal?
- b- Que fatos a(o) levaram a escolher a Escola Normal?
- c- Por que escolheu a profissão de professor para o ensino primário?
- d- De que forma os estudantes da Escola Normal participavam das atividades promovidas (pela escola e/ou pela comunidade)?
- e- O Curso Normal correspondeu às suas expectativas?
- f- Quantos(as) alunos(as) iniciaram e quantos(as) formaram na sua turma?
- g- A Escola Normal o(a) formou de maneira a atender às exigências do contexto da época?

#### 3- A prática didático-pedagógica do professor

- a- Havia planejamento das aulas por parte dos professores?
- b- Nas aulas, os conteúdos eram adequados à realidade dos alunos?
- c- Que método era utilizado na época?
- d- Como eram realizados os trabalhos com a Prática de Ensino?
- e- Como era o processo de avaliação?

#### 4- Atuação profissional

- a- O Curso Normal lhe preparou adequadamente para o exercício docente no ensino primário?
- b- Após concluir o Curso Normal, atuou como professor(a)? Quanto tempo?
- c- De que maneira a formação recebida na Escola Normal influenciou em sua vida?
- d- Gostaria de acrescentar algo que considera relevante sobre a Escola Normal?

ANEXO N° 8  
Entrevistas

## ENTREVISTAS

Rio Verde, 19/7/00

Nome: Maria Lena Carvalho

Data de Nascimento: 22/5/38 – Faz. Muntivídiu Rio Verde, GO.

- Onde e quando iniciou os estudos:

Aqui em Rio Verde, no Grupo Eugênio Jardim, por volta da 2ª série. Naquela época a gente era preparada em casa, que seria o inicial, o pré, uma temporada em que a mãe preparava agente em casa. Então, a gente só vinha para cidade quando a gente já tinha um pouquinho de estudo e já pegava lá mais pra frente.

- A senhora cursou a Escola Normal?

Cursei. Em 1957, 1958 e 1959. Escola Normal Santa Rita de Cássia.

- De modo geral, qual a origem social econômica dos alunos que freqüentava a Escola Normal?

De modo geral, era média a situação econômica. Nas turma que eu freqüentei, normalmente era de um padrão médio. Eu atribuo que na época eram pessoas que tinham bens, mais viviam uma vida bem simples.

- Que fatos a levaram a escolher a escola normal?

Quando terminei a fase ginásial, que na época era falada assim, eu vim de um colégio de Silvânia, GO., onde eu tinha feito as quatro séries do ginásio. Eu tinha sido muito bem preparada nesta fase, porque tive a oportunidade de fazer um curso ginásial muito bem feito. Eu vivia interna, para estudar exclusivamente, tinha vindo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que era um colégio regida pela Freiras Salesianas, de onde a gente teve uma preparação muito boa, porque a gente estava ali exclusivamente para estudar. Eu tinha que ter uma opção de continuar os estudos e o curso normal era o mais indicado, porque na época com o 2º grau só existiam Curso Normal e o técnico em Contabilidade.

- Por que a senhora escolheu a profissão de professora para ensino primário?

Pela a falta de empregos, porque na época não tinha lojas, não tinham estas variedades de emprego que se tem hoje. Mas eu acredito que era vocação, porque ao contrário, não teria ficado tanto anos.

- Como era a participação dos estudantes em relação a Escola Normal e em relação as atividades promovidas? Na época a vida não propunha tantas variedades de viver, sonhar. Na época tudo que faziam na escola causava muito prazer e muita alegria, era diversão, porque na realidade não existiam. Promoções, lazer e tudo que era de contentamento, entretenimento era na escola.

- O Curso Normal atendeu sua expectativa, com relação a preparação do estudo, à formação?

Não deixou de ser uma continuidade daquilo que a gente já tinha adquirido na fase inicial, com eu falei. Contribui sim, a gente teve muita facilidade depois para exercer o cargo de professora primária.

- Quantos alunos iniciaram e quantos terminaram de sua turma?

Deviam ter sido uma faixa de 20, mais ou menos 21. Éramos todas mulheres e terminamos em 16, comigo. Uma média de 4 a 5 desistências.

- A Escola Normal a formou de maneira a atender às exigências do contexto da época?

Formou. Eu acredito, que de acordo com a exigência da época, a gente teve uma preparação adequada.

- Havia planejamento das aulas por parte dos professores?

Eu diria que não fosse tanto quanto hoje, que já tem o período estabelecido para a programação, das aulas, né! E mesmo assim hoje tem tanta coisa que favorece, igual mimeógrafo, apostila, coisa que hoje contribui com os trabalhos, computadores e xerocadora, tudo isso, hoje, acho que favorece muito mais, mais para época pelo que tinham, eu acho que preparavam bem.

- Nas aulas os conteúdos eram adequados a realidade?

Eu acho que sim. ? Eu acredito.

- Qual era o método mais utilizado para ministrar as aulas?  
Deve ter sido método expositivo, O professor explicava, colocava alguns resumos na lousa, ou a gente mesmo fazia alguns apanhado durante o tempo que professor estava expondo a matéria. Basicamente eram assim as aulas.
  
- Como é que o professor conseguia manter a disciplina?  
Bom, na nossa turma, era mais de moças e turma pequena, era muito fácil para o professor conseguir a disciplina. Não só pelo o número de alunas, como também acredito que as aulas deviam preencher aquela necessidade dos alunos. Era muito rigoroso na disciplina por parte da família. A gente era criada e acostumada com uma vida muito mais disciplinada do que hoje. Então, acho que tudo isso contribuía para que a gente tivesse na escola com aquela finalidade de estudar.
  
- Como eram realizados os trabalhos com a Prática de Ensino?  
Normalmente a prática era exigida mais no 3º ano, na época de formar. Era a prática em sala de aula, na própria escola, onde funcionava também o curso primário, a escola paroquial.
  
- Como era o processo de avaliação na Escola Normal?  
Era com as provas mensais, prova orais e escritas e trabalho individuais. Na época não me lembro se fazia trabalho em grupo. Os trabalhos para pesquisar alguma coisa a gente buscava fora da aula.
  
- O curso normal lhe preparou adequadamente para o exercício docente, no ensino primário?  
Acredito.
  
- Após concluir o curso normal a senhora atuou como professora? Por quanto tempo?  
Atuei. Até me aposentar em novembro de 1988, com 28 anos de trabalho, como professora, incluindo a Escola Normal.
  
- De que maneira a formação que a senhora recebeu da Escola Normal influenciou a sua vida?  
Bom, particularmente, eu acho que foram ensinamentos que contribuíram para que eu pudesse continuar sendo professora e na vida particular eu acho que a matéria de puericultura, que a gente recebia muitas informações as quais contribuíram na própria vida, na própria criação da família. Havia curso de bordado, aula de bordado, de costura e canto também.
  
- A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa que a senhora considera relevante sobre a Escola Normal?  
Não, acho que eu tenho alguns materias, que pode ser as prova de tudo que eu tou falando.



Rio Verde, 20/7/00

Nome: Zilda Pires da Silva

Data de Nascimento: 28/5/45 – Cachocira Alta (distrito de Rio Verde).

- Onde e quando iniciou os estudos:

Por volta de 8 anos de idade, em escola da fazenda, aquelas escolas que você lia a cartilha, - a Cartilha do Povo - depois você lia o livro Vamos conhecer o Brasil, Vamos Estudar. Então, assim, em estudei 6 meses com um professor que meu pai contratou, os fazendeiros contratavam professores para darem aulas em casa para os filhos. Então lá, nós estudávamos numa casa velha, que era a "tapera" que ficou lá quando nós mudamos, formou uma sala de aula lá. Colocou bancos de tábuas e a mesa também de tábuas, o quadro negro era feito de uma caixa que veio de embalagem, passou tinta azul nele e não tinha giz. Eu não me lembro, mas escrevia com uma "coisa" branca, não sei se era pedra. E nós escrevíamos na pedra verde de ardósia que chamava lousa. Eu acho que era algo como calcário ou gesso o que usavam para escrever no quadro. No momento do intervalo, nós tínhamos que ir para a bica d'água e passar carvão nela até sair os riscos dos lápis do mesmo material e que vinham amarradinhos nela. Inclusive, há uma coisa curiosa, eu tinha horror a matemática e meu 1º professor chamava-se Anestor Antunes e ele passava a lousa cheinha. A minha lousa era média. Tinha uma técnica que ele usava pela qual ele já sabia o resultado que dava. Se eu desse conta de fazer todas aquelas contas certinhas ele me dava um ano de escola. Eu pus qualquer número pra não acertar as contas e não ganhar o ano de escola. Eu não queria de jeito nenhum estudar.

- Você cursou Escola Normal? Quando?

Curvei. Comecei em 1973, no Colégio estadual do "Sol". Naquele tempo ainda tinha seleção e o curso durava 3 anos. Fiz um ano lá. Quando foi transferido para o "Martins Borges" (o Colégio) com o nome de Técnico Magistério, então eu terminei com a última turma do curso Normal. Meu "diploma" me dá o título de normalista.

- Qual a origem sócio-econômica da clientela que freqüentava a Escola Normal?

Em grande parte, eram pessoas mais humildes. Nós tínhamos colegas, naquele tempo só tínhamos colegas, meninas mesmo, quase todas eram de classes menos favorecidas. Havia algumas que eram de classe mais abastada, mas na verdade os da elite faziam o curso Técnico em Contabilidade, porque dava mais campo para prestar um vestibular. Nós que fazíamos o magistério pensando só naquele mundo ali; era só fazer o Magistério e estava habilitada pra lecionar. Eu já era mãe de 3 filhos e já era professora.

- Que fatos a levaram escolher a escola Normal?

Um fato muito curioso me levou a escolher a Escola Normal. Por um acaso e por necessidade fui ser professora. Mudei para uma cidade vizinha e me chamaram para ser professora. Prestei o concurso da Prefeitura e passei. Eu só tinha a 4ª série primária. Morava num Distrito de Rio Verde. Quando mudei para Rio Verde, dona Ercília de Castro Guimarães, que era, neste tempo delegada de Ensino, disse que me transferia, mas que eu teria que estudar. Então pra eu honrar a palavra que dei pra ela, eu fui estudar. Naquele tempo, fiz seleção para 5ª série e depois o tal de Madureza e passei. Prestei seleção para o Normal e passei e também continuei. Então o fato que me levou a fazer o Curso Normal foi o cumprimento de uma palavra que eu tinha com ela, D. Ercília. Tinha que fazer o Magistério, já que ela me transferiria da Zona Rural para cidade onde não aceitava professores que não tivessem o Magistério.

- Porque escolheu a profissão de professora para o ensino Primário?

Não foi escolhida. Foi acontecida. Eu fui criada, abastada, filha de fazendeiro que tinha grande quantidade cafezais, que era criador de bezerros e vacas leiteiras; então eu fui educada pra ser uma moça prendada para casar e não para estudar. Meu pai dizia que as meninas não precisavam estudar. Era só aprender assinar o nome para não pedir arrego na hora de casar. Não precisa aprender escrever pra não escrever carta pra namorado. Ai eu aprendi tudo que era fino: bordado o quando fosse possível: à mão, a máquina e costurava. Eu era prendada e estava pronta para o casamento. Quando me casei, assumi a ideologia de ajudar o marido. Só as costuras não deram. Então a coisa aconteceu. Comecei a dar aulas particulares em casa. Os vizinhos pediam, por certo achavam que eu sabia alguma coisa para ensinar aos alunos, filhos dos vizinhos. Eu comecei a tomar gosto e aconteceu que eu fui chamada pra lecionar por necessidade. Passei a gostar e me apaixonei mesmo. Uma verdade: eu nunca gostei de ser uma professora primária. Quer dizer, lecionei e gostei de lecionar. Mas quanto mais a série fosse adiantada, mais eu preferia. Lecionei mais de 10 anos na 4ª série, como você mesma é prova

disso. Nunca tive dom pra trabalhar com alunos muito c  
ficar: Tia ! Tia. Deixa eu apagar o quadro, "Deixa eu car  
rianças. Achava muito chato aquele negócio de criança  
regar o material. Na verdade, eu não tive muita escolha.

- De que forma os estudantes da Escola Normal partic  
Zilda, era muito fechada, havia pouca participação. A  
muito unidas. Então, nem fizemos álbuns de fotografias  
de Grau. Não tinha união. Naquela época, nem gincana. E  
restrita, muito fechada mesmo. Era no tempo que o prof  
que temos hoje.  
ipavam das atividades promovidas pela escola?  
pesar que éramos um grupo pequeno, nós não éramos  
nem festas. Fizemos a formatura apenas com Colação  
havia muita pouca participação mesmo. Era coisa muito  
sor falava e que você concebia. Não tinha esta abertura

- O Curso Normal correspondeu às suas expectativas?  
As minhas expectativas não eram grandes. De maneira  
Didática porque eu fui nua e crua. Então ajudou um po  
aprendizagem, de conhecimento era pouco. Mas, ajudou  
abertura de novas perspectivas de vida.  
geral, me ajudou muito mesmo. Na parte de Psicologia,  
co. Na verdade, um pouco só, já que a perspectiva de  
muito porque foi o primeiro passo para a inovação, a

- Quantos começaram / terminaram?  
Em não tenho em mente o total. Começamos numa fi  
terminaram. Nesta época ainda não havia curso de Direi  
chique, de fazer Direito. Elas desapareceram. Tenho até  
que aconteceu. Muitas eu conheço e atuam no magisté  
fazendo o mesmo curso. Depois fizemos um outro curso,  
3. Nos chamavam "As irmãs Cajazeiras".  
aixa de 30 alunas e terminamos umas 22, por aí. Se  
o aqui e inclusive muitas tinham sonho, naquele tempo  
vontade de entrar em contato com algumas para saber o  
o. Deste grupo, continuamos em 4 fazendo faculdade,  
nós 4, no mesmo grupo. Uma desistiu e passamos a ser

- A Escola Normal a formou de maneira a atender as e  
Sim. Ela era rígida de acordo com a instituição mantened  
ela deu formação. Até no estágio era bem menos que hoj  
além do que era exigido. A escola normal era mais discip  
xigências da época?  
ora, o Estado exigia. Então, de acordo com o que exigia  
os que a gente vê. Ela cumpria a obrigação, mas nada  
linadora que formadora.

- As aulas eram planejadas?  
Por alguns sim, outros não. Inclusive, naquela época imp  
Estados e outras regiões. Nós tivemos oportunidade de ter  
negação. Ela era depravada. Ela bebia as cachaças e fic  
outro dia pra ser uma professora de magistério daquela  
cima da mesa e ia conversar lorota. Na verdade, tinha p  
que você tinha horror. Os cadernos deles estava da cor  
mesma idade do meu material.  
portava, como sempre, importavam professores de outros  
uma professora de Psicologia que era uma verdadeira  
va nas gandaias dela no final de semana e chegava no  
época! Ela chegava, sentava e cruzava as pernas em  
professores bons que preparavam as aulas e tinha outros  
dos materiais que passei pra você, como se tivesse a

- Os conteúdos eram adequados?  
Nos não tínhamos realidade. A realidade nos era impost  
quase 30 anos atrás não se tinha muita visão. A menta  
conceber o que era imposto e estava bom. Mas tinha prof  
o conhecimento. Em contra partida tinha alguns qu de  
am a coisa à vontade.  
a. Então você concebia, acatava e pronto. Você vê, há  
idade era muito pequena. Nós éramos educadas para  
essores (as) ótimas, excelentes mesmo que transmitiam

- Qual o método?  
Método tradicional e como material didático: quad  
preparados realizavam técnicas de grupos ou de question  
rio, muito questionário.  
o-giz. Exposição pelos mais preparados. Os menos

- E a disciplina?  
Para nós, é até fácil dizer porque éramos quase todas,  
indisciplina. Nem conversinha paralela tinha. Quando h  
a atenção no quadro. Eu era uma das visadas porque eu  
professora. Então falavam assim: Zilda presta atenção  
aprender! Então era um chamamento para a sua vergonh  
disciplinados. A turma já era madura mesmo. Agora, h  
colegas nossas que eram fiéis na cola e como saíam tom  
tomavam conhecimento, ou não queriam tomar, não sei.  
qui! Você precisa mais que as outras! Você tem que  
o seu caráter, o seu brio. Então nós nos mantinhamos  
com notas excelentes! E os professores às vezes, não

- Como era trabalhada prática de Ensino?

A prática de ensino que nós tivemos foi mais na confecção de materiais didáticos em sala de aula, e muito menos na praticidade de vivenciar em sala de aula, na exposição de uma aula. Não havia escola modelo ou escola de aplicação.

- Como se dava o processo de Avaliação?

Em Grande parte prevalecia a prova. Também havia os trabalhos. Muitos professores não aplicavam qualquer outra forma de avaliação. Era a prova simplesmente, Enquanto, outros já davam vários trabalhos. Naquela época, nós já expúnhamos os nossos trabalhos, muito restritos, ma já havia exposição de nossos trabalhos. Os trabalhos eram feitos em grupos e também individual. As provas variavam de acordo com o professor. Inclusive tive excelentes professores que cobravam a escrita em provas dissertativas mesmo. E tinha professor que dava a prova objetiva daquela que o aluno inteligente se ele marcasse a na (questão) nº 1 ate a última (questão) mesmo que fossem dez alternativas, era nota máxima.

- A Escola Normal lhe preparou para o ensino primário?

Na época sim. Valorizo até hoje porque foi a minha base, foi o meu pré-requisito, foi o meu estímulo. Por que talvez se eu não tivesse feito o Normal, como eu seria profissionalmente. E hoje, que profissão eu exerceria. Ele me deu segurança pra eu exercer a profissão e aí fui exercer a profissão com habilitação. Terminei o Curso com ansia de continuar na educação e nela estou até hoje.

- Você continua atuando como professora?

Como você sabe, eu continuei e continuarei. Quando eu morrer e me fizerem a pergunta, quando chegar a São Pedro: Filha, você vai voltar à terra, que profissão você escolhe? Eu falei: São Pedro, quero ser professora de novo. Eu tenho 33 anos de profissão.

- Influência da Escola Normal na vida em geral.

Eu fui criada na fazenda, na roça mesmo. Fui preparada para outras circunstâncias. Com a Escola Normal ela me preparou porque comecei a estudar psicologia, sociologia, didática e aquela disciplina que hoje não existe, higiene e puericultura. Eu era uma pessoa muito fechada e eu fui me abrindo e me soltando para o mundo, para o dia-a-dia. Me ajudou muito para a criação de meus filhos. Mesmo eu sendo muito fechada, ainda com minha filha teu acho que atrapalhei muito a vida dela, a formação dela. Hoje eu acho que continuo fechada com ela ainda. Mas me preparou muito bem. Foi a semente para a preparação que continua até hoje. Mas acho que vou morrer sem estar preparada.

- Acrescentar.

Acho que todas as mães devem fazer uma escola que as preparem para ser educadora. Se ela não pode participar de um curso superior – no caso a Pedagogia – o Normal é o essencial para preparar uma mãe. Normal assim como eu estudei. Por que na época eu tive muitas colegas que até hoje são minhas vizinhas, elas não exerceram a profissão, mas o Normal serviu pra elas prepararem o enxoval do bebê, aprender como cuidar do bebê, aprender uma higiene, como cuidar de casa. Então o Normal era uma preparação para fazer a mulher prendada na verdade. Acredito que isto é de grande valia, principalmente para as pessoas que não puderam continuar os estudos ou fazer cursos de aperfeiçoamento, como hoje existe. O antigo Normal tem que continuar a existir.

Rio Verde, 18/7/00

Nome: Zelma Arantes Leão

Data de Nascimento: 17/2/46 – Rio Verde GO.

- Onde e quando iniciou os estudos?

Iniciei em 1953 na escola Paroquial Santa Rita de Cássia.

- Cursou a Escola Normal? Quando? Onde?

Sim. Em 1962 – iniciei na Escola Normal Santa Rita de Cássia.

- Qual a origem sócio-econômica da clientela que frequenta a Escola Normal?

Era variada. Mais do nível médio. Médio baixo, não era baixo, baixo totalmente não. Tinha pessoas que trabalhava até como doméstica. Não era um nível só.

- Que fatos a levaram escolher a Escola Normal?

Gostar de lecionar. Brincava de escolinha desde criança..

- Por que você escolheu a profissão de professora para o ensino primário?

Porque a escola (Normal) preparava para ensino primário. E eu queria ser professora, então fiz magistério para lecionar para o primário. Achava que era por aí, e acho até hoje. A pessoa tem que começar a lecionar lá na alfabetização que é um início.

- De que forma os estudantes da Escola Normal participava das atividades que eram promovidas pela escola/comunidade?

Acho que era mais pela escola, a comunidade... também! Era o desfile. Nós não tínhamos muita escolha, né? Os estudantes tinham o dever de participar. Tinha os direitos e os deveres para cumprir e nada era questionado em relação a isto. É interessante, ninguém questionava; fazia parte da cultura local. No Sábado sempre havia palestra. Era interessante, diferente. Todo mundo participava! Menos a Zelma, que não gostava de falar pra ninguém.

- O Curso Normal atendeu as suas expectativas?

Acho que atendeu. Não foi só para mim, mas para todas nós que saímos de lá e não tivemos dificuldades nenhuma. Na verdade a Escola Normal não preparava só pra sala de aula.

- Quantos (as) alunos (as) iniciaram / terminaram a Escola Normal?

Eu não tenho certeza, mas éramos umas 20 e poucos. Acho que todas que iniciaram, concluíram.

- A Escola Normal a formou de maneira a atender as exigências do contexto da época?

Acho que foi a formação da escola Normal que era aprovada pela sociedade. Inclusive, quando terminava, já tinha lugar para lecionar. Já havia concurso e a Escola Normal dava acesso ao concurso.

- Os professores planejavam suas aulas?

Naquele caderninho! Mas planejava sim. Só tinha um professor de Biologia que não (planejava).

- Os conteúdos eram adequados à realidade...?

Sim. Acho que sim!

- Qual era o método de ensino mais usado?

Expositivo

- Como era mantida a disciplina?

Naquele tempo não havia problema com disciplina. Havia respeito. As pessoas que assumiam o magistério já iram com outra postura. A família dava respaldo, era normal para a época. No ginásio era triste. Mas no Normal não tinha problema.

- A Prática de Ensino...

Era feita dando aulas mesmo, assistindo aulas Desde o primeiro ano nós tivemos Ensino Religioso que era utilizado na Prática para darmos aulas de religião.

- Avaliação...  
Através de provas, trabalhos de pesquisa, trabalhos em grupos.

- O Curso Normal preparou para o ensino primário?  
Sim.

- Após o Curso Normal, atuou como professora primária?  
Desde o ano seguinte à formatura. Continuei sem interrupção. Tenho só 35 anos de exercício no magistério.

- Influência da Escola Normal.  
A influência não foi pela informação completa recebida. A formação religiosa, a escola era administrada por religiosas da igreja, era castradora por excelência e realmente interferiu na vida pessoal. Na Escola Normal não foi só formação profissional. Nesta parte de ética, por exemplo, que está ventilando hoje, todos os dias se trabalhava, inclusive pela própria postura dos professores. Postura responsável, tinha horário para cumprir, deveres para cumprir. Era o exemplo. Não tinha o que se tem hoje, as pessoas chegam na sala já querendo ir embora. A professora era valorizada na época só por ser professora ou estudar para ser professora, mesmo recebendo pouco.

- Acrescentar.  
Acho que a Escola Normal foi boa na preparação dos professores. Depois caiu. Mas de lá prá cá muito coisa aconteceu. A Escola Normal era quase equiparada à Faculdade. O colégio não preparava o professor primário. Nos termos da reforma de 1971, a lei 5.692 transforma a Escola Normal em técnico em Magistério e a formação do professor primário perdeu muito. É que as pessoas ligam muito por terminologia e mudou o nome (de Escola Normal para Técnico em Magistério).

Rio Verde, 31/7/00

Nome: Dayse Cunha Cruvinel  
 Data e Local de nascimento: 16/3/1934

- Onde iniciou os estudos:  
No grupo Escolar Eugênio Jardim, não me lembro quando.
- Quando cursou a Escola Normal?  
Cursou a Escola Normal em 1953/54 na Escola Normal Santa Rita de Cássia, na rua Senador Martins Borges.
- Origem sócio econômica das alunas  
Era mais para bem de vida. Eram de classe média da época. Eram moças mais maduras as que frequentavam a escola de mais idade. A escola demorou a funcionar, demorou a iniciar as aulas então as moças ficavam paradas, outras vinham da fazenda.
- O que levou a escolher a Escola Normal?  
Não tinha outra oportunidade, outra opção.
- Por que escolheu a profissão de professora para o ensino primário?  
É porque na época só tinha este curso, então eu deveria continuar. Só tinha chances para o primário.
- De que forma participavam das atividades?  
Nós tínhamos vôlei, jogávamos vôlei. Tinha os jogos e fazia torneios. Nas aulas de Ed. Física não tinha ginástica. Era só jogos.
- O Curso Normal correspondeu às expectativas?  
Mais ou menos. Eu gostaria de ter mais oportunidade. Eu fiz o Complementar e queria aprender mais. Na nossa época, eram poucas as oportunidades.
- Quantos começaram e quantos terminaram? Começamos 5 e terminamos 5.
- A Escola Normal atendia as necessidades da época?  
Sim. Naquela época a gente ensinava para o primário e a Escola Normal formava para isso.
- As aulas eram planejadas? Ah, eram! Eles eram os teólogos, muito rigorosos.
- Os conteúdos eram adequados?  
A gente estudava o que era útil. A matemática que me ajudou, inclusive para ajudar meu marido.
- Qual era o método? Era decorativo. Aulas, os padres explicavam e a gente decorava.
- A disciplina ...  
Boa. Nós todas éramos professoras, já lecionávamos. A sala era pequena e pelo padre a gente tinha respeito.
- A Prática de Ensino .... Não haviam prática.
- Avaliação.  
Era feita através de provas escritas, mensais e no final do semestre fazia-se uma média. Quem tinha média não precisava fazer provas finais.
- O Curso normal preparou adequadamente? Preparou.
- Atuou como professora? Sim, 5 anos
- Como Escola Normal influenciou na vida?  
Influenciou bastante porque eu fui trabalhar logo. Meu pai tinha muitos filhos. Nós éramos 8 mulheres, daí eu fazia minha despesa. Eu tinha o meu sustento, trabalhando também na Secretaria da Escola de Enfermagem.
- Acrescentar.  
Nada.

Rio Verde, 15/8/00

Nome: Gelva Carmo de Moraes.

Data / Local de Nascimento: 05/12/1927 – Paraúna GO.

- Onde e quando iniciou os estudos?  
Comecei a estudar com 7 anos de idade e nestas “escolinhas muito boas de cidade pequeninha”. Ai, parei. Fiquei um período sem estudar e voltei pra fazer o ginásio. Fiz o ginásio completo que era de 4 anos. Fiz admissão, fiz um pouco em Paraúna, 1ª, 2ª e 3ª série – que corresponde a 5ª, 6ª, 7ª série em Paraúna. A 4ª série, que corresponde a 8ª série eu vim pra Rio Verde pra o Colégio estadual “Martins Borges” onde terminei o ginásio. Como neste período não tinha Escola Normal aqui porque estava paralisada, então eu fez Curso Técnico de Comércio – SENAC de Rio Verde em 3 anos.
- A Escola Normal acabou na época da criação do ginásio aqui – quando criou o Colégio estadual “Martins Borges” em 1948/49. Ficou fechado aproximadamente até 1952. Em 1953, voltou a funcionar com os agostinianos com umas 6 alunas. Funcionava o Normal com 2 anos. Em 1954/55 a escola ficou paralisada. Em 1956 voltou a funcionar com poucas alunas (5 ou 6 alunas). Nesta época funcionou 2 anos, o magistério foi de 2 anos. (1953/54). Em 1954 não teve seleção porque a escola foi proibida para registro. Em 1954/55 a escola ficou paralisada. Ela voltou a funcionar em 1956 com poucas alunas num primeiro período. Então a escola continuou, ai veio um grupo de umas 10. No outro ano já era minha turma com umas 20 alunas, mas terminaram umas 14 ou 15 em 1960. Depois destas turmas não paralisou mais. Ficou lá embaixo (Rua Senador Martins Borges) mais um período. Depois construiu onde é o prédio do Centro de Treinamento João XXIII.
- Qual a sua formação?  
Fiz Estudos Sociais – Licenciatura Curta. Na primeira turma da Fesurv que só tinha Letras. Nós fizemos o curso completo de Estudos Sociais na Fesurv.  
- Na “Faculdade Federal” tinha o curso da CADES e tínhamos registro. Eu fiz Estudos Sociais / História / Geografia. Onde não tinha faculdade, este diploma valia.
- Que motivos a levou escolher o magistério como profissão?  
Até não sei. A gente começou assim, começou estudando, depois foi convidada para lecionar e tinha necessidade de trabalhar. Comecei e gostei. Comecei a lecionar quando ainda estudava no Ginásio, na 4ª série da época. Fui convidada pela Prefeitura a lecionar, achei bom e ai comecei a fazer o Curso Técnico em Contabilidade. Depois voltei e fiz o Normal. E ai, paralisou. Depois fiz cursos em Goiânia. Todo ano fazia cursos de aperfeiçoamento.
- Qual a importância do Curso Normal para sua profissão?  
A profissão que eu tive a vida toda foi a que eu aprendi com o Normal. Fui ser professora desde nova. .
- Qual era a filosofia da escola?  
Eles pegavam muito as diretrizes que vinha do Rio Grande do Sul, de São Paulo. Mesmo no primário pegávamos coisas de outros Estados. O Rio Grande do Sul naquela época tinha uma educação perfeita. Depois que comecei a lecionar, que recebia alunos de outros lugares, os melhores eram do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul. Depois caiu.
- A Escola Normal cumpriu com sua função..?  
Nossa! Se você ver a educação que tinha. Era de tudo! Até música tinha! Muito diferente de hoje. Aluno fazia poesia. Hoje não ensina isso. A escola era boa! Hoje é que não tem, né? (Ed. Física). O professor dava ordem e os alunos já faziam estrela, bandeira Nacional, tudo com um sinal. Dava o sinal e já mudava para outra gravura, do jeito era ensinado e treinado pra fazer. O negócio era muito bom. O treinador físico na época era muito bom.
- Como era organização da Escola Normal?  
Era só a diretora que organizava. Não tinha pedagoga. Era só a diretora e os professores. Não haviam departamentos. Havia também secretário.
- O trabalho da Escola Normal repercutia na sociedade.  
Influenciava muito. E os professores da época eram muito mais valorizados, né? Dava-se valor nos professores.
- O currículo da Escola Normal era adequado à formação do professor?

Era. Haviam 13 disciplinas. Tinha Didática e Prática e Ensino. Eram muito bem dadas. Quase não tinha aula prática (estágio) que a gente dava para o professor ver. Mas a matéria (Prática de Ensino) ensinava como dar aula.

- Como eram selecionados os conteúdos?

Vinha de fora o programa. Pegava o programa de outros Estados. Agora você escolhia o método que queria aplicar. Tinha livros e seguia os livros. O professor pegava outros livros e preparava as aulas. As coisas mais interessantes que tinha noutro livro e que precisava passar para o aluno, passava no quadro.

- Qual o método mais usado?

Expositivo. Eu nunca adotei o método de trabalho de grupo porque eu acho ridículo – era aceitar cópias que os alunos fizessem. E falo até hoje para a professora que usar, que adotar: este método é ridículo! Por que o aluno copiar, qualquer um sabe. O professor Celso Antunes deu uma aula pra nós em Goiânia que eu fiquei de boca aberta. Ele fez uma pesquisa sobre o Himalaia. Fez perguntas infinitas e os alunos iam perguntando, pesquisando ele ia explicando. Foi trabalho muito bom. Uma aula perfeita. Nunca vi funcionar deste jeito o trabalho de grupo. Uma vez eu fiz aqui sobre os países da América do Sul (Colômbia) – O aluno que fez, foi muito bom. Mas foi individual. O trabalho em grupo, um faz e os outros assinam.

- Como era feita a avaliação?

Tinha sabatina e tinha prova. Todo mês tinha nota e somava e dividia pelo número de provas e esta nota ia para o diário. A de junho e novembro era diferente. Tinha pesos diferentes.

- A Prática de Ensino...

A prática de ensino era dada na disciplina que tinha a teoria que ensinava com dar uma aula. Dava-se como se fosse um plano pra você seguir na vida escolar. A gente aprendia bastante com esta prática de ensino que dava na época.

- Origem sócio-econômicas..

Pobre não tinha condição. Só estudava quem tinha condição de pagar. E não era barato, não!

- De que forma os estudantes participavam das atividades?

Era obrigado. Todo mundo gostava. Era muito incentivado. Os pais incentivavam e iam também. Tinha uma participação muito boa.

- A Escola Normal correspondeu às Expectativas?

Correspondia. Não tenha outra opção de trabalho para mulher.

- Quantos iniciaram / formaram.

Naquela época era chique sair daqui pra estudar em Silvânia, Campinas. A escola era a mesma, mas... Começou uns 20 terminou uns 15.

- A Escola Normal formava segundo a exigência da época.

Formava. A escola era rígida e a educação também era rígida. Dentro dos limites ensinava tudo. Até culinária ensinava, né?

- Havia planejamento?

O professor planejava. Havia bons professores.

- Os conteúdos eram adequados?

Numa sala de 40 alunos, como tratar a realidade de cada aluno.!

- E a disciplina?

Eu não fui aluna do Percival. Mas muita gente que foi aluno do Percival falava que ele não era bom professor. Ele era assim. O aluno dizia pra ele: Professor eu preciso de tanto. E ele respondia: Fique quietinha. E dava nota pra aluna. Você conhece aluno, né? Não gosta de estudar, vai pedir nota.



Rio Verde, 15/8/00

Nome: Daisy Carmo de Moraes

Data / Local de Nascimento: 02/3/1922 em Paraúna GO.

- Iniciou os estudos....

Comecei a estudar em Paraúna, quando tinha 7 anos. Em 1929. Estudei lá até 1935. Ai paralisei. Meu pai morreu em 1937 e em 1938 eu vim pra cá estudar em Rio Verde e estudei na Escola Normal que a D. Othília Emerich era diretora. O curso era de 6 anos e contava o ginásio e o magistério tudo junto. Tinha o primário, depois vinha o Complementar. Então eu vim pra cá e me puseram no 4º ano primário. Como eu sabia mais, depois de uma semana de experiência, passei para o 1º ano complementar.

- Qual a sua formação?

Eu fiz o magistério (normal) depois fiz o técnico em Contabilidade. Ai fiz faculdade de Matemática (Ciências Exatas e Biológicas), aqui mesmo, na faculdade Fesurv. Fiz só a Licenciatura Curta, a Plena eu não voltei para fazer. Era só mais um ano e terminava a plena. Mas eu já ia aposentar, não voltei mais. Eu comecei na Universidade Católica, mas deixei. Vim pra cá, mas estava custoso demais. No curso da CADES na Universidade Federal - fiz o curso de matemática. Onde não tinha Faculdade este diploma valia.

- Que motivos a levou escolher o magistério como profissão?

Primeiro, porque vim estudar aqui (Rio Verde). Ai, só tinha esta escola e era Magistério (Normal). Comecei nela. Depois que comecei, gostei do curso. Então eu fui fazendo curso na área da educação. Todo curso que eu fazia, eu fiz muitos cursos em Goiânia, todos os cursinhos que eu fazia era sempre na área da educação. Eu fiz o técnico de Contabilidade, mas eu gostava mesmo era da educação. No princípio, era porque não tinha outra e era forçado fazer aquela, não tinha opção. Tinha também do Patronato, que era uma escola rural que era também Magistério (Normal), que ensinava uma área agrícola, porque era uma escola agrícola. Formava professores para o ensino rural, mas era magistério. Lá era pública Federal. A que eu estudei era particular.

- Qual a importância do Curso Normal para sua profissão?

A profissão que eu tive, a vida toda, foi a que eu aprendi com o Normal. Fui ser professora desde nova. Lecionei 40 anos. Lecionei em Paraúna em Escolas particulares, de 1943/50. Em 1951 passei para o Estado, quando estava sem diretora o grupo Escolar Professor Ferreira em Paraúna. Fiquei lá até junho de 1952. Em agosto de 1952, eu vim pra cá e para ser diretora do grupo Escolar Eugênio Jardim. Fiquei no Grupo Escola Eugênio Jardim até 1960 como diretora. De 1960 a 1966/67 eu lecionei no primário no Eugênio Jardim.

- Como os professores eram admitidos / contratados para trabalhar na Escola Normal nesta época?

A Escola Normal era particular e os professores eram convidados e já começavam a lecionar. No tempo de dona Othília tivemos vários professores. Como o professor João Pires Vieira, era advogado e lecionava História. Teve também Paulo Gramound que era jornalista em São Paulo. Veio aqui e lecionou nesta época. O professor Percival, ele era advogado, o que mais acumulou diploma na vida foi ele. Ele tinha muitos diplomas, mas era professor, lecionava. A dona Loyde, também lecionou mas não sei que curso ela tinha.

- A Senhora sabe como surgiu a Escola Normal em Rio Verde?

Foi na década de 30, até 1935.

- Qual era a filosofia que orientava o trabalho da escola?

As diretrizes sempre existiram. O que vinha não era de Goiás. Vinha muito de outros Estados. Pegava muito os planos os projetos do Rio Grande do Sul, de São Paulo. Era filosofia que vinha de fora, não daqui de Goiás. Quando eu já lecionava tinha aquela revista O Ensino do Rio Grande do Sul, ótima revista. Também tinha cartazes excelentes para Estudos Sociais.

- A Escola Normal cumpria com sua função social e pedagógica?

Cumpria. Naquele tempo tudo era rigoroso. Havia os trabalhos manuais. Aprendia a bordar, fazer crochê, pintura. A educação física era bem dada, levantava 6 horas e fazia até 7 horas. A gente fazia dança, fazia ginástica, corrida. Era bem feita.

- Como era a organização da Escola Normal ?

Tinha o Centro Educativo, onde os alunos aprendia poesia, música. Tinha bons professores de música. O Tenente Sebastião, era da polícia e tinha uma banda de música. Ele era bom de música. Então ensinava a cantar. Era música mesmo o que aprendíamos. Tocava piano na Escola. Aluno não. Quem tocava era professor. No desfile, era marchando mesmo, na cadência do tambor.

- O trabalho da Escola Normal repercutia na sociedade.

Oh, repercutia muito. Influenciava muito porque era a única escola que tinha. Os alunos tinham admiração pelos professores. Quando as freiras agostinianas vieram administrar a Escola Normal esta passou a chamar Escola Normal Santa Rita de Cássia. Fiz o 2º e 3º Normal com as freiras. Tinha bastante alunos.

- O Currículo era adequando à formação do professor?

Era. O tanto de matéria que tinha. Eram 13 matérias. Tinha Prática de Ensino teve até pouco tempo. A matéria que ensinava como dar aulas era incluída na didática. Quando eu lecionci, a prática de Ensino era como alfabetizar e as didática de cada ensinava como ensinar.

- Como eram selecionados os conteúdos para o ensino?

Tudo vinha com professores de outras regiões. Vinha de São Paulo. O professor e os alunos tinham livros e seguiam os livros. Quando tinha coisa importante em outro livro, passavam no quadro. O aluno podia copiar no próprio livro, no capítulo que estava sendo estudado.

- Qual o método mais usado?

Exposição. O método de grupo não funcionou: se quiser e a professora souber aplicar, o método é bom. A professora precisa ter muita competência.

- Como era a avaliação?

No começo era feita uma sabatina todo sábado. Tinha uma no mês. Todo mês tinha outra prova. No mês de junho tinha a sabatina do sábado, tinha prova escrita e outra prova. E tinha prova oral. Em novembro era igual. Tudo era muito rigoroso.

- E a prática de Ensino?

Havia a prática de ensino junto com a didática, não era separado como agora se tem. Cada aluno dava uma aula no final do ano para avaliar. Não tinha aula prática fazia teórica. A aula prática era dada para os colegas.

- Origem sócio-econômica.

Pobre não tinha condição Quando eu lecionci, era só gente de posse. Quando eu estudei, a escola era particular e só estudava quem pudesse pagar. Não tinha gente pobre lá na escola. As outras iam lá pra escola Rural que era federal. E quem não pudesse pagar estudavam na Federal. Os professores também eram gente de posses. Era tenente, engenheiro, jornalista, bancário e dona Othília e dona Loyde era média, ganhavam bem.

- De que forma os estudantes participavam das atividades?

Quando eu estudei, quase não havia promoções. A escola, a pesar de ser particular, o povo ajudava, a prefeitura ajudava. O povo mais rico ajudava a escola funcionar porque eles precisavam de uma escola aqui.

- A Escola Normal correspondeu às expectativas?

Correspondia. Mulher naquela época não trabalhava noutra profissão que não fosse professora, era dona de casa, costureira, doméstica. Banco do Brasil não aceitava mulher.

- Quantos alunos iniciaram / formaram.

Iniciaram duas turmas de 30 Eram 60 alunos. Formamos 8.

- A Escola Normal formava segundo as exigências da época?

A Escola correspondia muito à vida da época.

- Havia planejamento?

Na época que eu estudei eu não sei. Quando eu lecionci, havia. Na escola particular não exigia.

- Os conteúdos eram adequados?

Ah! Não eram não. No tempo que eu estudei não era não.

- Disciplina.

Os alunos daquela época eram muito obedientes. Quando eu estudei os alunos tinham bastante admiração pelo professor. Mas quando cometia deslize, todos eram repreendidos.

Rio Verde, 31/8/00

Nome: Ercília de Castro Guimarães.

Nascimento: 06/5/1934 - na Fazenda Rio Preto, município de Quirinópolis, que nesta época pertencia ao município de Rio Verde.

- Onde e quando iniciou os estudos.

Meus estudos preliminares eu não sei, exatamente, dizer a época. Mas foi a partir de 2 anos, antes dos 3, minha mãe me alfabetizou, alias sem nenhum planejamento, sem nenhuma intenção, meio por acaso.

- Cursou escola Normal?

Não cursei a escola Normal, a não ser nos cursos preparatórios que depois do primário fiz dois anos de Complementar que seriam os propedêuticos ao curso Normal. Isso foi em 1945 e 1946. - 1º e 2º Complementar na antiga Escola Normal Santa Rita de Cássia. O meu curso de 2º grau, como hoje se entende foi o Curso Científico que fiz no Colégio Marconi em Belo Horizonte. O meu ginásio foi feito aqui no então ginásio Martins Borges e fui da primeira turma do Colégio, a que inaugurou o prédio em 1947. Terminamos em 1950.

- Qual a sua formação.

Sou licenciada em Letras - Português e Inglês. Não entendo nada de Inglês. Para ler, entendo um pouco, mas falar nada. Mas leio, traduzo. Especializei mais no vernáculo.

- Razões para escolha da profissão.

Fui mais escolhida do que escolhente. Havia a escola Normal Santa Rita Cássia com dificuldades para sobreviver. O padre Bonilha, muito amigo do meu pai, insistiu com ele pra que eu viesse da fazenda, que eu já era casada e morava na fazenda, para lecionar. Nesta época eu só tinha o 2º Grau. Eu não estava disposta porque fazia 10 anos que eu estava afastada de livros e de tudo. Eu recusei. Meu pai insistiu muito, achou que talvez fosse por motivo de não receber. Propôs até a me pagar os salários pra eu ajudar a escola. Então, por vergonha de meu pai e um pouco de solidariedade, eu fui estudar para dar aulas e atender o pedido do padre. Eu lecionava português. Quem falou ao padre do meu potencial foi o professor Chafic que era meu amigo e confiava muito em mim. De alguma forma, nasceu com o professor Chafic a idéia de que eu pudesse ajudar na escola.

- Relevância da Escola Normal na trajetória profissional.

Foi decisiva. De lá eu nunca consegui sair. A Escola acabou desaparecendo e abriu no Colégio do Sol, foi construindo e aproveitou quase todo o pessoal da escola Normal Santa Rita de Cássia. Alias, quem primeiro administrou o Colégio do Sol foram as freiras que administravam a Escola Normal Sta. Rita de Cássia. Elas eram Irmãs de São Vicente e os padres eram agostinianos e também davam aulas.

- Em que ano ocorreu a transferência da Escola Normal Santa Rita de Cássia para o Colégio do Sol?

Foi em 1964 ou 1965. Não estou bem segura. Mas acho que foi em 1965. Foi no Governo Mauro Borges. Eu fiz até um Curso de CADES em Goiânia em 1964. Mas 1964 houve a revolução e ele saiu do Governo. Foi antes. Foi em 1964 sem dúvida.

- A importância da Escola Normal..

A importância foi total, porque eu não teria jamais ido para o magistério se eu tivesse iniciado lá e não fosse contaminada pelo gosto e pelo prazer de conviver. Uma das coisas que mais seduzem é a convivência com aluno. Parece que começa a haver uma relação pessoal, uma integração tão grande entre a gente, os alunos e as famílias dos alunos. Naquele tempo, tudo aqui era uma família grande e todo mundo tinha suas raízes por aqui. A gente tinha uma consideração tão grande pelas alunas! Além de uma atividade, era um prazer desenvolver aquele trabalho, de conviver com aquelas pessoas. Lecionei não só Língua Portuguesa, mas Higiene e Puericultura e Ciências Biológicas que era área que eu estava mais habilitada na época porque meu curso de 2º grau foi Científico, um curso muito bom.

- Quais as causas da decadência da Escola Normal Santa Rita de Cássia?

É uma dedução minha, não tenho isso como fato registrado, mas ao que me parece, havia alguma resistência à escola que tivesse uma orientação religiosa única. Digamos, um partido religioso na administração. Eu tive pais de alunos, quando eu era diretora de um Colégio, que eram de um nível cultural muito bom, deixavam de por o filho numa particular escola pública por nesta não haver a imposição de idéias religiosas ou de qualquer natureza. Na escola Pública, como a própria expressão diz, ali a pessoa era livre pra ter sua opinião religiosa. Também, provavelmente a Paróquia já não conseguia manter uma escola, que era uma entidade grande demais

pra ficar com uma paróquia pobre, como era na época. O governador construiu um colégio grande e bom. Então, acredito que foi por um consenso que se transferiu, a escola.

- Os professores eram admitidos por concurso ou convite para trabalharem com a Escola Normal?  
Eu não tenho conhecimento de nenhum concurso no meu tempo de Escola Normal. Todos eram convidados. Eu pelo menos fui e não me lembro de ninguém concursado.

- O currículo refletia a filosofia da Escola Normal?  
Não recebi nenhuma instrução, nenhum material da administração da Escola Normal Santa Rita de Cássia pra que fosse aquele assunto que eu deveria tratar dele. Segundo o que me pareceu, eu deveria dar a aula que bem entendesse. A própria, Gramática já tem uma certa estruturação didática. Então eu fui desenvolvendo as coisas segundo a distribuição do livro. As vezes eu abandonava minha própria orientação, aquele planejamento meu. Como a maioria das minhas alunas na Escola Normal eram professoras e tinham problemas de conteúdos, elas me levava. Então às vezes eu escapava do que tinha planejado para atender a uma solicitação.

- O currículo era adequado para a formação do professor da época?  
Eu não diria que pelo menos o meu fosse. Eu não era uma professora, professora mesmo! Profissional. Eu acredito que a aula que eu dei naquela época foi a que eu dei conta de dar. Eu acho que se alguém desse aquela mesma aula, hoje, pra um filho meu, eu não ficaria muito satisfeita não. Eu fiz o que pude. Havia muito pouca gente disponível.

- Qual o método de ensino mais usado na época?  
As aulas eram mais expositivas. Já havia uma doutrina contra a exposição e alegavam que as aulas expositivas eram muito sem graça, que deixava o professor consumindo apenas seu cuspe e seu giz e o aluno, lá, plantado e espectador. Então, a gente já era alertado, principalmente nestes cursos de CADES que a gente pusesse mais o aluno pra trabalhar do que o professor. Era uma mais eficiente de aprendizagem. Mesmo com a propaganda que se fazia contra a aula expositiva, eu acho que as aulas eram muito mais expositivas do que seria permitido.

- A avaliação.  
Ninguém nunca me deu uma norma pra avaliar. Particularmente fazia minhas avaliações inspirada num professor de Ciências Biológicas lá em Belo Horizonte. Mensalmente eram feitos trabalhos bons, não eram trabalhos simples não. Ao final da aula sempre reservava alguns minutos para fazer aguções relâmpago. Geralmente eu distribuía minhas avaliações numa prova mensal, nem trabalho e nas arguições. As provas eram individuais e sem consulta.

- Quando a Escola Normal foi transferida para o Colégio Martins Borges, a senhora ainda era professora lá?  
Em 1966 eu fui para a Delegacia de Ensino e aí não tinha como lecionar. Era outra forma de trabalho. Em 1972, eu fui pra o Colégio Martins Borges como diretora. Estivemos lá por 2 anos, me parece. Nesse tempo havia os dois colégios funcionando com o 1º e o 2º grau. O Colégio do Sol tinha o Curso Normal e Científico e o Colégio Martins Borges tinha o técnico em Contabilidade e o Ginásio. Aí veio a LDB de 1971, que foi posta pra funcionar a partir de 1972. Como a lei era novidade o movimento de aluno não era tão grande a Secretária de Educação determinou que ficasse um único colégio com o 2º grau e que esta escolha fosse feita local. A Secretária não quis intervir nisto. Determinou que as pessoas se reunissem, os educadores, os alunos inclusive de outras escolas, os centros cívicos e escolhessem qual a melhor localização para o 2º grau. Então decidiram que o Colégio Martins Borges era mais central, em termos de localização favorecia mais. Então ficou o Colégio do Sol só com o primeiro grau e o Martins Borges só com o segundo. Aí todos os alunos foram remanejados. Depois de escolhido o local foi feita uma eleição pra escolha qual diretor ficaria com o 2º grau. Me escolheram para ficar com o 2º grau.

- A senhora se lembra se houve documento de transferência de uma escola para outra?  
Já faz muitos anos, eu não posso garantir. Provavelmente deve existir uma ata. Mas eu não me lembro disso não. Eu acho que o negócio foi discutido mais apaixonado e não foi documentado. A instrução (da Secretaria de Educação Estadual) também não veio por escrito. Foi mais um consenso e ao que me parece, todo mundo ficou satisfeito.

- A transformação da Escola Normal em Técnico em Magistério não causou nenhuma resistência, ou discussão?

A idéia foi trabalhada, afirmando que a diferença estava só na nomenclatura.

Rio Verde, 19/7/00

Nome: Selva Campos Monteiro  
Nascimento: 05/6/1925 em Rio Verde.

- Onde e quando iniciou seus estudos?  
Em rio Verde, no Grupo escolar Eugênio Jardim.
- Cursou a Escola Normal?  
Cursci. O 1º ano eu fiz em Rio Verde. O 3º e 4º ano cursci no Colégio santa Clara, em Goiânia. Cursci entre 1938 a 1941.
- Qual a sua formação?  
Tenho o Curso de Letras feito aqui na Faculdade de Rio Verde.
- Que razões a levou escolher a profissão de Magistério?  
Na época em que eu iniciei na profissão, aqui em Rio Verde não existia profissão para mulheres. Então a única profissão que existia era a profissão de professora. Eu havia feito Curso Normal, gostava, tinha muito amor pela profissão. Mas não foi assim por uma opção dizendo quero ser isto ou aquilo. Depois de algum tempo que eu já estava lecionando no Curso Normal e dando aulas nos grupos (escolares) de Rio Verde. Eu tinha vontade de fazer outros cursos também. Mas infelizmente não foi possível porque eu não podia sair de Rio Verde pra estudar. fazia cursinhos de formação continuada. Fiz o curso de um ano para diretores no INEP, no Rio de Janeiro.
- Relevância da Escola Normal pra sua trajetória profissional.  
Teve relevância muito grande, porque foi ela que me deu orientações, me deu alegria de viver, de trabalhar. Eu sentia prazer em ser professora. Às vezes eu tinha aspiração de outros cursos. Mas como eu já estava na parte do magistério, eu preferi continuar como professora e também aqui em Rio Verde não tinha outras opções.
- Como a senhora foi trabalhar na Escola Normal?  
Fui trabalhar a convite de dona Maria José que era diretora. Depois ela foi embora e eu fiquei na direção por uns tempos, mas quando chegou o fim do ano eu deixei. Não quis ficar lá mais.
- Como os professores eram admitidos pra trabalhar na Escola Normal?  
Eles eram admitidos através de política. Por indicação política, quase todos os professores eram indicados por políticos. Os diretores também eram escolhido por indicação política.
- Que filosofia orientava as ações pedagógicas da Escola Normal?  
Não tinha uma programação, uma relação de conteúdos. O que acontecia era que o professor dava aquilo que achava que devia dar. A escola não exigia. A direção da Escola não exigia o que o professor devia dar. Não havia uma matriz curricular. Depois começou a trabalhar de acordo com os livros de leitura. E o resto a gente pesquisava em casa e levava a matéria pronta. Chegava na escola e passava no quadro, explicava e os alunos copiavam. Não havia ainda uma filosofia do que ensinar.
- A Escola Normal cumpria suas funções pedagógicas e sociais?  
O que se exigia na época, ela cumpria. A Escola Normal tinha status na sociedade porque o professor era alguém de muita relevância. Aqueles que estavam lecionando ou estudando tinham na sociedade, tinham uma posição muito elevada. O estudo para as moças casadoiras era uma faca de dois gumes. Primeiro os rapazes tinham medo das moças que tinham cursos porque eles eram mais ignorantes e tinham menos cultura que a mulher. Então, às vezes eles deixavam boas moças porque elas tinham cultura e ascensão de conhecimentos maior que eles. Por outro lado, tinha aqueles que se vangloriavam de estar se casando com uma professora, estar namorando ou mesmo sendo amigo de uma professora. Era uma glória para eles. Naquela época as mulheres estudavam mais que os homens.
- Como a Escola Normal era organizada?  
Tinha somente as classes, a diretoria e secretaria. O diretor era uma espécie de supervisor geral da escola. Ele dava as ordens, todo mundo tinha que obedecer, fornava os horários, que tinha que ser feito nas salas, recebia os pais, orientava os professores.

- O trabalho da Escola Normal repercutia na sociedade?  
Influenciava na sociedade local porque os professores, diretores de escola eram as pessoas que orientavam e eram as pessoas mais consideradas na cidade. Porque não tinha outras funções. A moça, se ela era professora, ela era considerada uma mulher de muita cultura, de muito conhecimento. Era muito bem quista por todos. Então a Escola Normal tinha um papel primordial na parte social da cidade. E na parte cultural tudo que se fazia na cidade era através dos professores e das escolas. Nós não tínhamos aqui pessoas de cultura mais elevada que não fosse os professores.
- A Escola Normal ensinava de acordo com as exigências da época?  
Sim. Ensinava aquilo que havia necessidade de ser ensinado. Principalmente para o desenvolvimento das classes anteriores, do ensino primário.
- Como eram selecionados os conteúdos?  
O professor ensinava o que queria. Escolhia através dos livros que ele adotava o livro de leitura para o aluno. Todo aluno tinha seu livro de leitura. Agora, o conteúdo das matérias o professor formulava em casa de acordo com o livro que ele adotava pra ele.
- Planejamento ...  
A gente não tinha esse planejamento que hoje nós fazemos hoje. Cada professor seguia as orientações dos livros, que eram poucos. A gente passava de um ano para o outro, a mesma matéria com pequenas modificações. Atualizava e só. Só se preparava as aulas.
- Qual o método de Ensino?  
Era a exposição, as arguições orais. - Todo fim de ano era dada a prova escrita e a prova oral. A prova oral era feita com a diretora e mais dois professores que compunham a banca examinadora. Não haviam trabalhos em grupos ou individuais.
- A Prática de Ensino na Escola Normal.  
Éramos obrigadas a preparar uma aula pra ser dada para os alunos do curso primário. Fazia parte da disciplina de Didática.
- Avaliações...  
Através de provas escritas e provas orais. No Curso Normal havia pouca reprovação. As alunas eram interessadas em tirar nota.
- A disciplina...  
Naquela época os alunos tinham uma obediência muito grande. Então era fácil controlar o aluno porque eles obedeciam muito. Havia também os pais, que eram muito interessados. Quando eram chamados, compareciam na hora. A disciplina na família era valor máximo e podia ser confundida com obediência. Também o aluno tinha medo. No Curso Normal não havia indisciplina. Quem estudava lá era muito entusiasmado com a nova possibilidade que surgia em Rio Verde.

- O trabalho da Escola Normal repercutia na sociedade?  
Influenciava na sociedade local porque os professores, diretores de escola eram as pessoas que orientavam e eram as pessoas mais consideradas na cidade. Porque não tinha outras funções. A moça, se ela era professora, ela era considerada uma mulher de muita cultura, de muito conhecimento. Era muito bem quista por todos. Então a Escola Normal tinha um papel primordial na parte social da cidade. E na parte cultural tudo que se fazia na cidade era através dos professores e das escolas. Nós não tínhamos aqui pessoas de cultura mais elevada que não fosse os professores.
  
- A Escola Normal ensinava de acordo com as exigências da época?  
Sim. Ensinava aquilo que havia necessidade de ser ensinado. Principalmente para o desenvolvimento das classes anteriores, do ensino primário.
  
- Como eram selecionados os conteúdos?  
O professor ensinava o que queria. Escolhia através dos livros que ele adotava o livro de leitura para o aluno. Todo aluno tinha seu livro de leitura. Agora, o conteúdo das matérias o professor formulava em casa de acordo com o livro que ele adotava pra ele.
  
- Planejamento ...  
A gente não tinha esse planejamento que hoje nós fazemos hoje. Cada professor seguia as orientações dos livros, que eram poucos. A gente passava de um ano para o outro, a mesma matéria com pequenas modificações. Atualizava e só. Só se preparava as aulas.
  
- Qual o método de Ensino?  
Era a exposição, as arguições orais. – Todo fim de ano era dada a prova escrita e a prova oral. A prova oral era feita com a diretora e mais dois professores que compunham a banca examinadora. Não haviam trabalhos em grupos ou individuais.
  
- A Prática de Ensino na Escola Normal.  
Éramos obrigadas a preparar uma aula pra ser dada para os alunos do curso primário. Fazia parte da disciplina de Didática.
  
- Avaliações...  
Através de provas escritas e provas orais. No Curso Normal havia pouca reprovação. As alunas eram interessadas em tirar nota.
  
- A disciplina...  
Naquela época os alunos tinham uma obediência muito grande. Então era fácil controlar o aluno porque eles obedeciam muito. Havia também os pais, que eram muito interessados. Quando eram chamados, compareciam na hora. A disciplina na família era valor máximo e podia ser confundida com obediência. Também o aluno tinha medo. No Curso Normal não havia indisciplina. Quem estudava lá era muito entusiasmado com a nova possibilidade que surgia em Rio Verde.

Rio Verde, 28/7/00

Nome: Vilma Nitri Fernandes  
Nascimento: 18/3/1933 - Laranjal Paulista

- Onde e quando iniciou os estudos?

Na cidade de Laranjal Paulista, no Grupo escolar Quinzinho do Anaral, em 1944.

- Cursou a Escola Normal?

Sim. Em Laranjal Paulista na Escola Normal Madre Hermeta.

- Qual a sua formação?

Graduada em Letras Modernas e Pós-Graduada em Legislação Escolar

- Que razões a levaram escolher o magistério como profissão?

Na ocasião era a única opção possível, sempre gostei de lidar com a educação.

- Como a Senhora foi trabalhar na Escola Normal?

Na ocasião era religiosa, não escolhi, fui mandada.

- Como os professores eram admitidos para trabalharem na Escola Normal?

As religiosas eram apenas as administradoras, a escola era estadual, eram nomeado, embora nem todos tinha sido concursados.

- Como surgiu a Escola Normal em Rio Verde?

Segundo o que sei, a primeira Escola normal foi a Escola Normal Rural de Rio Verde, sob a responsabilidade dos padres Agostinianos

- A Escola Normal cumpriu suas funções?

Sim.

- Como era organização da Escola Normal?

Não havia departamentos.

- O trabalho na Escola Normal repercutia na sociedade?

Sim. A escola sempre foi conceituada, prestigiada. Na preparação do educador e principalmente as mães capacitadas para compreenderem e orientarem seus filhos.

- O currículo da época refletia a filosofia da Escola Normal?

Sim.

- Como eram selecionados os conteúdos a serem ensinados?

Recebiam orientação do Conselho Estadual de Educação.

- De que forma se dava o planejamento?

Em grupos, havia integração entre os professores.

- Qual método de ensino?

Variava, de professor para professor.

- Que técnicas de ensino e de estudos eram mais comuns?

As habituais da época.

- Havia trabalhos com a Prática de Ensino?

Os alunos davam aulas para os próprios colegas, não havia interação entre o 1º e o 2º grau.

- Como era realizada a avaliação?

Com provas finais elaboradas e aplicadas por professores designados pela delegacia de ensino.



- O que se entendia por disciplina na época?  
Alguns professores se limitavam em aulas apenas expositivas mas os professores de disciplinas pedagógicas tinham método próprio, cada um criava de acordo com o interesse do aluno e do momento.

Rio Verde, 30/08/2000.

Nome: Java Leão Ferreira Arantes

Filiação:

Pai: Ovídio Sudário Ferreira \* 12-05-1877 - + 16-09-1924.

Mãe: Carolina Leão Ferreira \* 06-07-1882 - + 15-09-1971.

a) Data e local de nascimento:

27-07-1921, em Rio Verde – GO.

b) Onde e quando iniciou seus estudos?

No grupo escolar “Eugênio Jardim” – Rio Verde – GO em 1928.

c) Cursou a Escola Normal? Quando?

Sim. De 1935 a 1941. Em 1939 fui morar com meu irmão em Campo Grande (naquela época MT, hoje capital de MS), onde permaneci por um ano. Em 1940 voltei para minha terra natal, retornei à Escola recebendo meu diploma em 1941.

1- Concepção de professora

a) Qual sua formação?

Nasci de uma família humilde sendo a caçula de 12 irmãos. Aos três anos, fiquei órfã de pai, por isso, nada me ficou na memória. Por relatos de minha mãe e irmãos mais velhos, tomei conhecimento de seu caráter de homem probo, moralista, energético, trabalhador, disciplinar, inculcando nos filhos respeito e união. Gostava de pescar e caçar. De vez em quando saía com a esposa e filhos para arrancharem no mato à beira dos riachos. Faleceu com 47 anos de idade. Minha mãe, viúva, despojada de qualquer ajuda financeira, foi sempre uma mulher forte, corajosa, batalhadora, honrada, enérgica, porém bondosa e alegre. Era, por todos que a conheciam cognominada de “TIA CAROLA”, e pelos netos e bisnetos “VÓ LOLA”. Lutava diuturnamente, ora na máquina de costura, ora na fonte lavando roupas alheias e engomando os ternos finos dos coronéis da cidade, e ainda encontrava tempo para estar ao redor do “forno de barro”, que ela construiu com as próprias mãos, para assar os pães e quitandas que os filhos vendiam pelas ruas; Descobrando-se assim, quase que desesperadamente, em todo e qualquer trabalho digno que lhe rendesse algum dinheiro para o sustento de seus filhos, conseguir a peripécia de nunca nos deixar passar fome.

A minha formação moral foi, portanto, alicerçada na orientação e exemplos dessa mãe querida, que faleceu com 89 anos de idade, rodeada por seus filhos, noras, genros, netos e bisnetos.

Quanto à minha formação escolar, além do magistério cursei o 1º e o 2º anos de advocacia na Faculdade de Direito na Universidade Federal de Goiânia.

b) Que razões a levaram a escolher a profissão de magistério?

Convém lembrar que naquela época a instrução era ainda muito precária, com algumas escolas particulares e o único ensino primário gratuito era o grupo Escolar “Eugênio Jardim”, onde iniciei meus estudos. Com a criação da Escola Normal de Rio Verde, fui premiada com uma bolsa de estudos da Prefeitura Local, tendo, em contrapartida, de prestar serviços de limpeza no estabelecimento e outras atividades a mim destinadas pela Diretora, como ginástica e canto para os alunos do curso primário da Escola. Foi, então, que comecei a gostar de ser professora escolhendo assim a profissão de magistério.

c) Que relevância teve a Escola Normal na sua trajetória profissional?

Importantíssima. Os sábios ensinamentos que ali recebi, me serviram para amar e procurar transmitir aos meus discípulos os conhecimentos de que dispunha, numa convivência sadia e alegre até a extinção da Escola Normal.

d) Como a Senhora foi trabalhar na Escola Normal?

Mesmo antes de receber meu diploma e, em decorrência da minha “bolsa de estudos”, a então diretora D. Othília Emrich, grande amiga e ilustre educadora que me apontou o caminho sublime do magistério, designou-me para substituir a inigualável e competente mestra D. Helena Gordon, que se afastou temporariamente por justa causa, mas deixou gravado nos corações de seus discípulos, sua imagem dinâmica e progressista, contribuindo, de maneira especial para nossa formação cultural, ensinando-nos a conhecer e apreciar os grandes mestres da música clássica com as suas imortais composições. Assim que concluí o curso normal, passei a fazer parte do corpo docente com remuneração igual aos demais.

Na administração das Irmãs Agostinianas, fui nomeada, pelo governo estadual, para o cargo de Fiscal da referida Escola.

Com o fechamento do Curso Normal em todo o país, e, por solicitação do prefeito Sr. Jerônimo Martins, em 1947, meu esposo Sebastião Arantes e eu, assumimos a direção da Escola até a conclusão da última turma de formando. Mantínhamos o internato misto.

e) Como os professores eram admitidos para trabalharem na Escola Normal?

Naquela época havia dificuldades para conseguir professores especializados para ministrarem o ensino das diversas matérias do currículo escolar, que era bem extenso. A cidade estava começando a crescer e progredir atraindo a atenção de migrantes que chegavam como médicos, advogados, promotores, juizes, professores, etc., que deram contribuição na formação cultural da juventude lecionando na Escola Normal, a convite da Diretora.

2- Dados gerais sobre a Escola Normal

a) Como surgiu a Escola Normal de Rio Verde?

Referente a este item, você, com suas pesquisas, conseguiu coletar verdadeiras informações que eu própria ignorava. Parabéns!

b) Qual a filosofia orientava as ações pedagógicas realizadas pela Escola Normal?

Especialmente sobre a metodologia extraída dos trabalhos de Jean Jacques Rousseau e Maria Montessori.

c) A Escola Normal cumpria suas funções (pedagógicas e sociais)?

Creio que sim e de maneira satisfatória.

d) Como era a organização da Escola Normal?

Diretoria, secretaria e departamento financeiro.

e) Qual a função e como atuava cada setor ou departamento?

Cada setor atuava com sua função específica sob a orientação e fiscalização da diretoria.

f) O trabalho na Escola Normal repercutia na sociedade? De que forma ele interferia?

O trabalho na Escola Normal foi de grande repercussão e aceitação pela sociedade rio-verdense, e teve influência benéfica no aprimoramento da mentalidade e dos costumes da população, principalmente daqueles que tiveram a oportunidade de conviver naquele recinto em busca do saber.

4 – Prática Pedagógica

a) O currículo da época refletia filosofia da Escola Normal?

Sim.

b) O currículo era adequado à formação do professor exigido para naquele momento?

Tratava-se de um currículo muito abrangente em que eram ministradas diversas matérias que considerei muito importante no decorrer do meu trabalho de magistério e, mesmo para minha vida pessoal.

Os itens “c”, “d”, “e” e “f” eram coordenados pela diretora e professores, e, acredito que tenham sido corretos, levando-se em conta a nossa aceitação e nosso aprendizado.

g) Havia trabalhos com a prática de ensino?

Sim. Era muito bem orientado e executado. As aulas eram ministradas aos alunos do curso primário da própria Escola.

h) Como era realizado o processo da avaliação? Como se dava questão aprovação/reprovação?

O processo de avaliação era realizado pela média de provas semestrais – escritas e orais. A nota 10 (dez) era máxima; Acima de 05: aprovados e, abaixo de 05, reprovados.

i) O que se entendia por disciplina na época? Como esta se dava nas aulas?

A disciplina, de um modo geral era enérgica, e ríspida de acordo com a personalidade da Diretoria. Nas salas de aula os alunos se comportavam, como hoje, dependendo de autoridade e competência do professor.

*OBS.: Dona Java fez opção por responder a entrevista por escrito.*

Rio Verde, 17/7/00

Nome: Carmem de Castro e Silva  
 Data de Nascimento: 08/8/39 em Rio Verde

- Onde e quando iniciou os estudos?

Em Rio Verde, no Grupo Escolar "Eugênio Jardim" em 1946.

- Você cursou Escola Normal? Quando?

Sim, Cursei o Normal. Concluí em 1959. Eram 3 anos o Curso na Escola Normal "Santa Rita de Cássia".

- Qual a origem sócio-econômica dos alunos?

Os alunos que freqüentavam a Escola Normal tinham renda média, pertenciam à classe média. Porque nesta época, outras colegas da minha época de ginásio, da meninice e da infância, elas eram mandadas para estudar fora. Então elas iam para Silvânia, iam para outras cidades que os pais tinham condições melhores e iam preparar melhor suas filhas e seus filhos.

- Que fatos a levaram escolher a Escola Normal?

Uma dedicação que eu sempre tive. Quando terminei o ginásio, o curso ginásial eu sentia aquela vontade de ensinar para as outras pessoas, de passar à frente o que eu estava aprendendo cada vez se destacava dentro de mim, no meu íntimo. Então isto foi um dos motivos que me levou a procurar a Escola Normal em 1957. Eu continuava a estudar se não houvesse a Escola Normal. Em 1958 eu comecei, à noite, no curso Técnico em Contabilidade. Em Rio Verde já havia outras oportunidades de estudo – a Escola de Comércio SENAC. Então havia a Escola Normal e uma terceira opção, professora Zilda, era a Escola de Enfermagem "Cruzeiro do Sul".

- Por que escolheu a profissão de professora para o ensino Primário?

Professora primária – Eu sentia dentro de mim, uma vocação muito grande para o magistério. Eu sentia bem, sentia prazer. Quando eu ainda estava estudando fui convidada por uma professora antiga de Rio Verde, chamada Dalva Leão Teixeira, a substituí-la durante poucos dias, no Grupo Escolar "Eugênio Jardim". Com a cara e a coragem, eu fui e enfrentei essa sala de aula. E o resultado foi positivo. Eu sempre entrei numa sala de aula, Zilda, pensando em transmitir o melhor que eu pudesse para os meus alunos. Então eu sinto que o ideal estava em primeiro lugar. A vocação, o ideal e a vontade de me realizar através do magistério.

- Como os estudantes participavam das atividades promovidas pela Escola Normal?

Não se compara com os dias de hoje. Naquela época era muito menor o nosso envolvimento. Não existia estas promoções, como as que tem hoje, na questão de esportes. As principais eram as atividades cívicas que eram comemoradas durante o ano todo na nossa escola. Não existia um envolvimento maior. Hoje a participação é muito grande. Não se compara.

- O Curso Normal correspondeu às suas expectativas?

Eu gostava muito de estudar. Então, tudo aquilo que eu estudava, eu procurava ir um pouco mais além que o professor orientava, do que ele nos pedia. Então eu estudava não era só pra adquirir aquelas notas. Eu sinto que para a época que eu estudei, ele me deu uma formação que foi a altura daquilo que eu precisava, porque em consequência disso, aliás o resultado disso muito positivos. Porque eu mal terminei, já comecei a lecionar.

- Quantos alunos iniciaram / formaram?

A gente sempre sabe, quando começa o 1º ano, a turma é bem maior, né! São mais alunos que matriculam no 1º ano e com o passar dos anos, do 2º até o 3º, a turma sempre diminui. Há alguns casos de transferências. Há outros casos que o próprio aluno(a) deixa de estudar. Nesta época, 99% da EN era formada de mulheres, só de moças. Nós sabemos que há uma certa evasão para motivos quase os mesmos que nós podemos registrar nas escolas de hoje. A minha turma, quando nós terminamos o curso, eu tenho fotografias aqui, nós terminamos, acho que foram 19. Eu não me lembro muito certinho. Mas nós tivemos uma turma, uma sala de aula com menos de 40 alunos. Começava sempre assim. A evasão era muito grande. Oh, Zilda, nesta época em que eu estudei a mentalidade dos pais era até não permitir que se fizesse o 2º grau. A mentalidade era essa: ficava moça com 15 ou 16 anos, os pais não tinham o menor interesse em pagar, em custear escola para as filhas. A mentalidade era essa agora você tem que achar um noivo arrumar um casamento. Este motivo, por mais estranho que pareça hoje, naquela época predominava. Enquanto não aparecesse o candidato ia estudando. Do momento que ele aparecesse, dava as costas para o curso, não continuava. Parava de estudar para casar. Era normal.

- A Escola Normal a formou segundo as exigências da época?

Naquilo que ela se propôs que era a formação de professorandas, de pessoas capacitadas a entrar numa sala de aula e cuidar das crianças. Porque nesta época o preparo era para o ensino primário, para a escola primária. Eu acho que atendia sim, Zilda.

- A Prática Didático Pedagógica do professor

- Havia planejamento....?

Nem todos os professores. Alguns deixavam alguma coisa a desejar. E com nós não tínhamos escolha, os cursos eram restritos em Rio Verde, nós tínhamos que continuar com o curso e fazer o melhor possível e vê se a gente tirava esta diferença, posteriormente. Se é que algumas das alunas, algumas de nós continuássemos no magistério.

- Os conteúdos eram adequados à realidade dos alunos ?

Eu considero que sim. Pelo que eu estudei na minha época. Eu tenho as lembranças, as melhores possíveis. Os professores, aqueles que se esforçavam, planejavam as aulas, passavam pra gente aquelas informações e haja vista que logo em seguida fomos colocar em prática. Pelo menos no meu caso, tive muito sucesso no Colégio "Martins Borges", onde passei a ser uma das professoras e tendo na frente de tudo que eu fazia o meu grande ideal, a minha grande vocação do magistério.

- Como eram selecionados os conteúdos a serem ensinados?

Nós tínhamos livros. Alguns passavam no quadro. Matérias de menor peso era feita assim. Inclusive, Zilda, eu sinto que quando, na comparação que faço no tempo que eu lecionei lá no Martins Borges, lá no curso Técnico em Magistério. Se você comparar a época que eu estudei com hoje. Alguns professores chegam a preparar apostilas para os alunos. Eles tiram os conteúdos do livro que o aluno deveria conhecer para ter uma base muito maior. O professor retira aquele conteúdo para facilitar para o aluno, para não onerar no bolso do aluno. Este deveria ser um complemento do livro. Um professor que se preze deve ter o seu livro-texto que o aluno possa conhecer o autor, possa conhecer aquela opinião e dela partir para outros que seriam e ajudariam o aluno para pesquisa.

- Qual método era utilizado?

Exposição. Basicamente aulas expositivas. Já estava começando os trabalhos em grupos.

- A Prática de Ensino

Os alunos(as), numa faixa de 20 não eram muitos. Os professores não tinham queixa não. Eles entravam numa sala e todos os alunos se levantavam da carteira para cumprimentar o professor. Ele entrava, dava um bom dia e se era um padre, fazia uma oração. Havia um cumprimento formal da parte dos alunos com o professor. O respeito era muito grande, Zilda. Ninguém chamava ninguém por você. Era Senhor, Senhora. Eu tive uma professora que era da minha idade, do mesmo mês que eu, que morava aqui em Rio Verde. Ela se sobressaiu muito em desenho, em artes – Ariene Seabra Guimarães.

Sim. – Prática, Estágio, era muito pouco os trabalhos fora da sala de aula. A prática se resumia nas orientações das posturas para sala de aula.

- O Processo de avaliação?

Avaliações eram mensais, através de provas escritas e provas orais que se usava muito nesta época. A questão do conceito ainda não existia. E trabalhos de pesquisa para aprofundamento eram poucos.

- Atuação Profissional

- O Curso Normal a preparou adequadamente?

Acredito que sim. Juntou aí a minha vontade.

- Após concluir o Curso Normal, atuou como professora ? Quanto tempo?

Atuei no ensino primário. Comecei lecionando na Escola Primária "Morceira Guimarães". Passei a substituir uma professora que foi embora para Goiânia chamada Luiza Leão Ferreira. Durante 27 anos e meio. Lecionei começando no primário, depois passei para o ginásio e sempre me realizando na sala de aula a cada dia que passava. Adorei trabalhar com a turma de ginásio, porque já era uma matéria específica, então me sentia muito bem.

- Como a Escola Normal influenciou sua vida?

Influenciou muito. Fazer Normal me fez sentir bem. Eu estava no caminho certo. Eu era a pessoa certa no lugar certo. O que eu quis fazer, eu fiz. A Escola Normal influenciou na relação com a família. As mães deviam quando escolher um curso de 2º grau, principalmente para filhas, elas deveriam pesquisar com as filhas se um curso que elas tivessem um Curso Normal. Dá uma segurança muito grande para a mulher que um dia acaba se casando.

- Acrescentar...?

A Escola Normal fez com que as pessoas que a cursou tivesse destaque na vida profissional ou matrimonial com as pessoas e comunidades. Ninguém se perdeu era minha amiga de infância e nos deu aulas. Aqui eram poucos os professores que tinham curso superior mas conseguiram passar para os alunos o principal.

Rio Verde, 20/8/00

Nome: Geralda Costa Barbosa

Nascimento: Em 21/2/1931 . Em Rio Verde-Go

- Onde e quando iniciou seus estudos?

Em Rio Verde – na Escola Experimental da Zona Rural,, mais ou menos em 1938, com 7anos.

- Cursou a Escola Normal?

Sim, eu cursei o Curso Normal. Iniciei em 1945. O Curso Normal durava 5 anos, incluindo o Complementar .Para fazer o Normal, tinha que fazer antes o Complementar de 2 anos. Dois anos, eu fiz na Escola Normal de Rio Verde, que era assim que se chamava. E o último ano eu fiz no Instituto de Educação de Goiás em Goiânia.

- Origem sócia-econômica...

Frequêntava a Escola Normal a classe média e pobre. Tinha que pagar a escola, que era particular. A escola teve que fechar exatamente por isso; por falta de pagamento. O pessoal pensava que podia pagar e não acertava as contas regularmente. A prova é que esta escola fechou. Mudou. Fechou a particular e passou para o Estado. Montou nova estrutura.

- Que fatos a levaram a escolher a Escola Normal?

Pra ser sincera, eu gostava de estudar e era a escola que nós tínhamos aqui. Era o recurso da época. Era a única escola que tinha. Embora eu já fosse professora. Aos 12 anos eu já lecionava para as colegas, em escolinha, em casa.

- Por que escolheu a profissão de professora para o ensino primário?

Escolhi ser professor primária por amor mesmo, por amor ao ensino, por amor à educação. Que na realidade a gente tinha outros convites na época para trabalhar em escritórios. Prova era eu trabalha num escritório também. Mas num horário que fosse permitido eu lecionar também. Eu era professora e trabalhava num escritório de contabilidade particular também.

- Como os estudantes da Escola Normal participaram das atividades promovidas?

Aquelas atividades obrigatórias como os acontecimentos cívicos, especialmente a semana de 7 de setembro, 21 de abril, 5 de agosto. Os acontecimentos cívicos, estes eram realizados com muito rigor. Não era tanto gostar. Menino não gosta de ir. Eram muito bem realizados, muito bem feitos as datas civis da nossa história. Usava-se uniforme especial, era muito rigorosa a disciplina para realizar os eventos.

- O Curso Normal correspondeu às suas expectativas?

Pra minha cabeça e inteligência da época, correspondeu. Eu acredito que eu estava com a razão dentro dos limites que nós podíamos dizer dessa formação. Porque não tinha outro para fazer comparação, mas todos ou quase todos que saíram daquela Escola Normal tiveram bom êxito na vida intelectual.

- Quantos alunos iniciaram e quantos formaram?

No início eu não sei bem quantos, não. Terminaram, enquanto eu estava aqui em Rio Verde 9 alunas.

- A Escola Normal a formou segundo as exigência da época?

Acredito que sim, apesar que a gente não conhecia outros contextos. Gente nova e pobre, não conhecia outros contextos, mas no meu entendimento ela foi muito boa.

- Havia Planejamento ...?

A maioria dos professores já chegava preparada. Dava os exemplos, os exercícios. Não tirava só da memória ou do momento. Não eram improvisados. Especialmente na área de Português, na área de História, havia uma professora espetacular em História, a professora Lígia Rabelo, havia também o grande professor, de português, o professor Percival, a gente brincava muito, nós tínhamos uma colega, não vou dizer o nome, que era muito levada. Então ela sempre falava contigo. "Geralda, eu tenho certeza que o professor Percival vai chamar você. Certeza. A hora que ele ditar a frase, você escrever no quadro a frase para nós analisamos, você pode ficar tranqüila que eu vou entrar com um assunto. Lá no fundo. Ele falava assim: Senhorinha Geralda Costa Ataíde. Por favor dirija-se à lousa. Pegue o giz e escreva": e ai ditava a frase. Quando eu terminava de escrever a frase, ela falava assim, você pode assentar. Ela falava com o professor: "Professor Percival, como é que o senhor acha que foi o problema da guerra, a falta do açúcar que nós estamos passando? Como o senhor faz lá dentro de casa? Ai ele ia explicar que derreteria as balinhas pra fazer café, pra temperar o leite. Ele ia explicar aquela situação de guerra e pós-guerra, da II Grande Guerra Mundial que chegou até aqui o sofrimento da ausência dos alimentos. E outro dia e outra vez, tornava a me chamar, tornava ir à sala ( lousa) e ela falava: "Hoje é outra coisa, mas você

pode assentar, senão você vai cansar. E ela matava o resto da aula”. Ele era um Professor fantástico. Tão educado que não se saía das armadilhas dos alunos. Ele gostava tanto de fotografia. E ela dizia: “Professor Percival, como é que o senhor consegue fazer tanta fotografia bonita, bela, heim? Qual método o senhor usa? Como o senhor faz?” “E aí o tempo ia passando. Ele era muito sábio, mas muito ingênuo.

- O conteúdo eram adequados à realidade dos alunos?

Nem sempre. Eu acho que para a cabeça da criança, agente não sabe dar o retrato fiel daquela realidade, né? E a cabeça da gente, adolescente, a gente não podia saber.

Nas aulas de ciências, a professora era muito boa, mas o material que ela tinha era adequado para a Europa. Então nos livros de Ciências que tinha higiene, esta parte de saúde, de sanidade, havia livros que falava assim: “tomar banho pelo menos uma vez por semana”. E a gente ria. Porque, num Brasil como o nosso, tomar banho uma vez por semana! Mas no mundo inteiro, em qualquer situação existem falhas. E aqui estas falhas existiam. A matemática era muito boa, muito bem explicada. Mas a exigência era além da compreensão.

- Que método era utilizado na época?

Expositivo. O professor vinha preparado.

A gente que tem experiência de magistério de delegada de ensino, então a gente vê que eles não tinham tanta consulta no livro e depois a direção da escola era muito exigente e tinham que trazer o material organizado. Estou falando sobre o início da Escola. Eles iam bem preparados. Inclusive. A professora de História, no 2º dia de aula – o 2º dia de aula: Geralda, faça o favor de me explicar qual foi o assunto que eu dei na aula passada?

Como a gente era estudiosa e avisada, então eu memorizava as aulas. O ensino era memorizado. Então a história, a gente memorizava até as vírgulas. A minha memória visual era muito boa. E a gente dava aquele show. A aula às vezes era ditada, às vezes era passada no quadro. Não tinha livros, passa no quadro e a gente estudava.

Quando você entrava numa sala de aula, já estava preparado. Por que a exigência era grande.

- Como era disciplina na sala de aula do Curso Normal?

Havia indisciplina. Mas era muito menor. O professor se colocava num patamar mais alto, mais qualificado. Ele mesmo se sentia mais importante. Ganhava pouco, mas o status era maior. E a Escola Normal que eu comecei era dirigida por irmãs agostinianas que tinham o método bem rigoroso. Então, a disciplina, a custa de sacrifícios ela era mantida. Mesmo porque o castigo era forte. Na hora que formava fila pra entrar para escola, para as aulas, a gente cantava e depois era aqueles segundosinhos de sair e ir para classes, sala por sala, ano por ano – pra subir as escadas. Então se a gente conversasse, trocasse uma palavrinha ali, que a diretora escutasse lá do alto, mandava todo mundo descer e contar quem foi. E a gente sabe que o adolescente é solidário. Não denunciava e a gente ia para o castigo. Escrever linhas: Não devo conversar na fila. Eram 200 linhas, 300 linhas. Terminava a aula e aí você ficava. E aí todos eram castigados. Inocentes pagavam pelos pecadores. Então a gente fazia com 3 lápis na mão para fazer 3 linhas de uma vez.

- A Prática de Ensino...

Eu não me lembro de Estágio nos 2 primeiros anos. No último ano a gente ainda fazia algum estágio.

- Processo de Avaliação..

Avaliação – especialmente a prova oral. Era prova oral e prova escrita também.

E o comportamento tinha nota à parte, mas fazia parte do boletim.

- O Curso Normal lhe preparou adequadamente para o exercício docente no ensino primário?

Eu acho. Não é só escola. A pessoa conta com a família. Eu tinha uma mãe que enxergavam muito longe e abria os olhos da gente em tudo. Eu acho porque foi muito feliz como professora.

- Atuou como professora? Quanto tempo?

Atuei como professora primária 10 anos. E servi à educação também como delegada de Ensino e também servi como diretora várias vezes na escola primária. E depois da Delegacia de Ensino, aí, eu fui para a Escola Normal.

- Influência da Escola Normal ...

Acho que a escola Normal me preparou. Para cada segmento da vida, me preparou um pouco. Porque nós recebíamos muita instrução moral, instrução ética além da parte de instrução corriqueira de conteúdo que foi muito bom. Também tive a igreja, para me ajudar muito. Os professores iam trabalhar na Escola Normal por convite. Eu fui convidada. É claro que depois alguém apontava. A gente era escolhida, a escola pedia, aí alguém apontava. Um político ou pessoa assim. As pessoas não iam atrás do serviço. Era o emprego que ia atrás da gente.



Rio Verde, 13/07/2000.

Nome: Nilda Barros Martins  
 Nascimento: Rio Verde-Go 03-03-51

- Onde e quando iniciou os estudos?  
 Em Rio Verde, Grupo "Eugênio Jardim", 1957.

Cursou a escola Normal? Quando? Onde?  
 Curso Normal, de 1967 a 1969 (3 anos), Colégio Estadual "do Sol".

- Origem sócio-econômica da clientela  
 Classe rica, média e baixa.

- Que fatos a levaram escolher a Escola Normal?  
 Havia o curso de Contabilidade, turno noturno, no Colégio Estadual "Martins Borges". Pouco procurado pelo sexo feminino. No Colégio "do Sol", Curso Normal, turno matutino. Somente para o sexo feminino. Daí a preferência.

- Por que escolheu a profissão de professor para o ensino primário?  
 Pela formação escolar (Curso Normal) e pela demanda, pois estava inaugurando a Escola Estadual "Manoel Ayres".

- Participação das estudantes da Escola Normal...?  
 As normalistas sempre participavam de todas as atividades da escola e da comunidade. Primeiro que tudo era "obrigatório". Também, ser normalista na época era importante, sua presença, sempre fundamental.

- O Curso Normal correspondeu às suas expectativa?  
 No segundo ano normal já dava aulas, e os conhecimentos adquiridos ajudavam bastante.

- Quantas iniciaram/formaram?  
 24 alunas no início. 22 formadas.

- A Escola Normal a formou segundo as exigências da época?  
 Para as exigências da época, a Escola Normal foi suficiente.

- Havia planejamento...?  
 Sim. Tudo indicava que havia planejamento por parte dos professores.

- Os conteúdos eram adequados a realidade dos alunos?  
 Os conteúdos eram adequados à realidade das alunas, enquanto alunas ricas, futuras professoras e moças casadoiras. O curso preparava a aluna para a sala de aula e, ao mesmo tempo, para o casamento e futuras mães. Havia uma disciplina, Higiene e Puericultura, que além do conteúdo, construía-se parte do enxoval: toalha de mesa, de linho, bordada com uma linha especial, chamada ilha da madeira, cobria-se o cesto para colocar fraldas sujas do bebê. Bichinhos de feltro eram confeccionados para alegrar o nenê.

- Que método eram utilizado na época?  
 Os conteúdos eram ministrados através de aulas quase sempre expositivas, seguidas de atividades, na maioria dissertativas.

- Como era a disciplina na sala de aula do Curso Normal?  
 Colégio de freiras, alunas muito educadas de bom comportamento. A disciplina era muito rígida.

- Haviam trabalhos com a Prática de Ensino?  
 As aulas de estágio no colégio de aplicação (ensino primário) – turno vespertino. Sorteava-se o ponto, conforme as disciplinas. A aula era dada na sala para as colegas juntamente com a professora de estágio. Posteriormente,

na sala da escola primária. O planejamento era orientado pela professora. As atividades eram elaboradas conforme a criatividade da normalista.

- Como era o processo de avaliação?

Avaliação era mensal, através de provas orais e escritas, sempre dissertativas.

- O Curso Normal lhe preparou adequadamente para o exercício docente no ensino primário?

Para a época, o Curso Normal me preparou para o exercício de docente na escola primária.

- Após concluir o Curso Normal, atuou como professora? Quanto tempo?

Como professora de ensino primário, por mais nove anos.

- De que maneira a Escola Normal influenciou sua vida?

A Escola Normal influenciou de maneira decisiva na minha vida. Pela disciplina, pela organização, pelos conteúdos ministrados, pelo exemplo de honestidade que nos passavam.

- Acrescentar...?

A Escola Normal ensinava, educava e preparava para a vida. Estes eram os seus objetivos que se conseguiam, talvez, pelo modelo de educação desenvolvido naquela década.